

deBatEs#1

**MAIS
FORÇA
PARÁ
VENCER**

**X CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA
PAVILHÃO DO CASAL VISTOSO | LISBOA
25 E 26 DE JUNHO 2016**

MAIS FORÇA PARA VENCER

A X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda foi convocada pela Mesa Nacional, no passado dia 2 de abril, com a aprovação do Regulamento e da composição da Comissão Organizadora da Convenção (COC). Desde esse dia que o processo está em marcha, envolvendo todos/as os/as aderentes e organizações do Bloco por todo o país.

A sessão final da X Convenção Nacional será nos dias 25 e 26 de junho, reunirá mais de 600 delegados/as em representação do universo de aderentes de todos os distritos, regiões autónomas e emigração.

Até lá, o caminho implica ampla informação e participação das diversas organizações bloquistas, como acontece em todas as convenções. Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas todas as condições para que as quatro Moções validadas para debate no processo convencional promovam sessões de apresentação e de controvérsia por todo o país, que decorrerão entre 27 de maio e 4 de junho.

Encerrada esta primeira fase, terão início as assembleias para eleição dos/as delegados/as à Convenção que terminarão a 19 de junho. As Coordenadoras Distritais e Regionais devem ter em atenção que as listas para delegados/as terão de dar entrada até 4 de junho.

Os dias seguintes após a eleição de delegados/as constituirão a reta final dedicada à preparação da deslocação das delegações até Lisboa, onde decorrerá a Convenção. Entretanto, muito mais haverá a fazer. É preciso envolver os/as aderentes no processo da Convenção, garantindo informação e possibilidade de participação. Todos/as os/as aderentes deverão proceder ao pagamento da sua quota de 2016, como condição indispensável para votar e/ou ser eleito.

Até 15 de maio, qualquer aderente pode propor adendas e alterações às Moções de Orientação, bem como propostas de alteração aos Estatutos. O prazo para envio de textos de debate/contributos à COC termina, por sua vez, a 23 de maio.

Com quatro propostas de Moção de Orientação em debate, o Bloco demonstra a sua vitalidade, assume o seu carácter plural e afirma de modo ímpar a sua democracia interna.

O próximo boletim deBatEs sairá no dia 27 de maio e será enviado para os/as aderentes via email. Esse boletim contará com os contributos, opiniões e propostas de quem queira apresentar e divulgar as suas próprias ideias, propor alterações às Moções e aos Estatutos.

É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação, e será também nesse sentido que todos os números do deBatEs, assim como todos os documentos relativos à Convenção, estarão disponíveis na internet, no site do bloco.org.

Resta informar que a COC é composta pelos/as camaradas Fabian Figueiredo, Helena Figueiredo, José Gusmão, Mariana Carneiro e Nelson Peralta eleitas/os na Mesa Nacional para esse efeito, e pelos/as representantes das moções A, B, C e R, respetivamente, Dina Nunes, Jorgete Teixeira, Paulo Teles e Samuel Cardoso. A comunicação com a COC deverá ser feita através do e-mail coc.2016@bloco.org ou pelo telefone da sede nacional (+351 213510510). Bons debates!

[2]

A Comissão Organizadora da Convenção



REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA X CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da X Convenção Nacional do Bloco.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a 02 de abril de 2016.

2. A X Convenção Nacional é convocada para os dias 25 e 26 de junho de 2016, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

P.1 - Instalação da Convenção: i) votação do relatório da COC, ii) votação do Regimento da Convenção, iii) eleição da Mesa da Convenção,

P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor,

P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política,

P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco no dia seguinte ao da sua aprovação e enviados via email e CTT para todas/os os aderentes durante essa semana.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: **Fabian Figueiredo, Helena Figueiredo, José Gusmão, Mariana Carneiro e Nelson Peralta**. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC.

5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da X Convenção Nacional do

Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção, o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento, a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição dos delegados.

6. O boletim deBatEs é publicado em bloco.org até às datas indicadas neste Regulamento e enviado de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritos e com endereço eletrónico disponível. Os boletins deBatEs #1 e #2 apenas são entregues em suporte papel aos aderentes que o solicitarem à Sede Nacional e o #3 é distribuído na Convenção.

7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento após a eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional uma Moção de Orientação. Estas moções deverão ser entregues à COC no dia **4 de maio, até às 17 horas, sendo publicadas no deBatEs #1 a 9 de maio**. As moções são entregues em suporte informático, não podem ultrapassar os 30 mil caracteres (incluindo espaços), devem incluir a lista de subscritores, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.

9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários aos aderentes, **competem em exclusivo aos promotores**

das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respectivas propostas, no período compreendido entre os dias 27 de maio e 4 de junho.

A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada moção por distrito/região, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre moções, bem como à respetiva deslocação dos/as representantes das moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

10. Os textos de debate/contributos a publicar no deBatEs #2 deverão ser enviados à **COC (coc.2016@bloco.org)** até dia 23 de maio em suporte informático e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).

11. **Até 15 de maio**, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade.

12. Os redatores de cada uma das moções dispõem **até dia 21 de maio** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e informarem a COC.

13. Os redatores podem decidir, até dia **21 de maio**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.

14. No boletim deBatEs #2, a publicar até **27 de maio**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores parágrafos 12 e 13.

15. Os redatores de cada Moção enviam à COC, **até dia 21 de maio**, o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites.

16. As propostas não incluídas pelas Moções poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção no deBatEs #3.

[4]

17. **Só serão admitidas a votação as moções publicadas no deBatEs #3 subscritas por 15 dele-**

gados/as. O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

18. Qualquer aderente poderá, **até 25 de abril**, apresentar à Mesa Nacional (**correiodamesa@bloco.org**) propostas de alteração dos Estatutos.

19. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no **dia 7 de maio**.

20. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia 9 de maio, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o Relatório de Atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

21. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, **até 15 de maio**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático e não deverá exceder os 2000 caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.

22. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, as **propostas de revisão de Estatutos publicadas no deBatEs #3 e subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.**

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

23. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, **no mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

24. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regi-



mento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, uma mulher ou um homem em cada ordenação sequencial de duas candidatas/os, de modo a assegurar um resultado final de acordo com critérios estatutários de paridade.

25. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

26. As/os delegados são eleitos pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Ou seja, cujas inscrições constem dos registos centrais até ao dia **3 de abril de 2016**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2016.

27. A eleição de delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **17, 18 ou 19 de junho**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.

28. As e os delegadas/os são eleitos **na proporção de 1 delegado para 16 aderentes**, tendo por base o apuramento dos inscritos até **3 de abril de 2016**.

29. As listas de candidatos/as a delegadas/os podem, em alternativa:

- a) Estar associadas a uma Moção de Orientação,
- b) Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada, com texto que não ultrapassa os 10 mil caracteres (incluindo espaços), subscrita pelo mínimo de 5 aderentes.

30. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade dos candidatos/as elegíveis por cada Assembleia Eleitoral.

31. As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegados é definido pelos seguintes critérios, cumprimen-

do as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

- a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes,
- b) Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada, agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes,
- c) Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes.

32. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

33. As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) enviam à COC, **até ao dia 23 de maio**, o respetivo Regulamento Eleitoral dos/as delegados/as à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento, sendo igualmente enviado por email aos aderentes incluídos no respetivo universo eleitoral **até dia 24 de maio** e publicado em bloco.org e no sítio do Bloco de Esquerda distrital ou regional correspondente.

34. Às Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:

- a) As listas de candidato/as são entregues às Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, **até 4 de junho**, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e enviadas aos aderentes **até dia 7 de junho**,

b) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver colocado num envelope sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, devidamente preenchida e assinada,

c) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até à véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados

DEBATES #1 - REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA X CONVENÇÃO

juntamente com os votos presenciais,

d) As MAE são indicadas pelas respectivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R), tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um(a) representante para cada mesa eleitoral constituída.

e) Compete à COC organizar a(s) MAE dos aderentes emigrantes.

35. A eleição dos delegado/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.

36. A MAE deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las no prazo de 12 horas à COC, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional (CCD/R) decidirá até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.



PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A X CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

DATA, LUGAR E LEMA

1. A X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias **25 e 26 de junho de 2016**, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Visto - Areeiro, em Lisboa, sob o lema **“Mais Força para Vencer”**.

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é aberta a todas/os as/os aderentes e constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidadas/os todas/os aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

7. A X Convenção inicia-se com a credenciação das/ os delegadas/os a partir das 20h00 de sexta-feira, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção e eleição da Mesa da Convenção, no sábado, ainda sob responsabilidade da COC.

a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos e o caráter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

13. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

15. Cada moção de orientação ou plataforma

publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção,

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate,

c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

16. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respectivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção, Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção, Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.

a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.

24. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

27. As eleições para os órgãos nacionais – Comissão de Direitos e Mesa Nacional – decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a



partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

30. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.

31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os géneros, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

34. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

Eleição da Mesa (11h15m),

Alocação de abertura da Convenção (11h30m),

Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50m),

Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 15h00m sábado, votação final 12h00m domingo),

Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo),

Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).

ORDEM DE TRABALHOS

Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h00m),

RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2014-2016)

1. Convocada a X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, para os dias 25 e 26 de junho de 2016, a Mesa Nacional finda o mandato conferido pela IX Convenção Nacional, realizada nos dias 22 e 23 de novembro de 2014.

1.1. Direção Política

A Mesa Nacional, saída da IX Convenção do Bloco de Esquerda, elegeu, na sua primeira reunião, uma Comissão Política de dezoito membros que contaria, de acordo com os estatutos aprovados nessa mesma Convenção, com oito membros da lista U, oito da lista E, um da lista B e um da lista R.

Decidiu, ainda, constituir uma Comissão Permanente com seis membros. Catarina Martins foi designada sua porta-voz e Pedro Filipe Soares líder do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

1.2 Combate ao governo PSD/CDS

O executivo liderado por Passos Coelho e Paulo Portas mereceu a mais veemente oposição social e política por parte do Bloco de Esquerda. Na rua, como no parlamento, o Bloco foi sempre parte ativa, presente e agregadora de forças para derrotar as políticas de austeridade, os constantes ataques à Constituição da República Portuguesa e o derrube do governo PSD/CDS.

As diversas lutas sociais, sindicais e greves que se fizeram notar por todo o país e ao longo dos quatro anos de mandato da direita, essenciais para a construção da resistência social e popular ao governo da troika, contaram sempre com o empenho do Bloco e dos seus ativistas.

Durante e após a intervenção da troika, o governo PSD/CDS notabilizou-se pelo feroz ataque aos serviços públicos e aos direitos sociais

e laborais.

A deliberada perda de qualidade dos serviços públicos, o encerramento de escolas, os hospitais à beira do colapso, os profissionais sobrecarregados, o fecho de tribunais, os cortes nos salários e nas pensões, as privatizações, o desvirtuamento do papel da Segurança Social e sua substituição por mecanismos caritativos externos ao Estado, o aprofundamento da precarização das relações laborais, o bloqueamento da contratação coletiva e o ataque à escola pública são a súpula do penoso rastro que a direita deixou ao país. Em suma, a direita mobilizou-se para destruir o que foi construído pelos trabalhadores e o povo desde a Revolução de Abril.

Ao mesmo tempo, a denominada política de “ajustamento” catapultou a dívida pública para valores históricos, não controlou os valores do défice, nem estabilizou o sistema financeiro. Os alfas e omegas da retórica da direita, que serviram de permanente orientação propagandística para a inevitabilidade da austeridade, esbarraram com a realidade social e económica.

O experimentalismo das políticas intervencionistas europeias não resolveram nenhum problema estrutural da sociedade portuguesa, muito pelo contrário, agravaram-nos olímpicamente, do que são exemplos tristemente espetaculares o crescimento das taxas de desemprego, pobreza e emigração, no decorrer do mandato das direitas.

1.3 Eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira

Em janeiro de 2015, a Mesa Nacional do Bloco aprovou uma resolução na sequência da proposta da Assembleia de aderentes do Bloco na Madeira, prevendo a apresentação de uma candidatura própria às eleições regionais ante-



cipadas com a saída de Alberto João Jardim da liderança do PSD/Madeira.

O Bloco de Esquerda apresentou, na Região Autónoma da Madeira, uma candidatura com propostas claras em torno do combate à corrupção, defesa dos serviços públicos fortes, fim dos privilégios à finanças e determinada a derrotar a hegemonia do PSD.

Apesar de não ter conseguido cumprir o objetivo de derrotar a lista social-democrata liderada por Miguel Albuquerque, a estratégia revelou-se correta. Com 3.8 por cento dos votos, o Bloco de Esquerda obteve o seu melhor resultado de sempre nestas eleições: elegeu dois deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Roberto Almada e Rodrigo Trancoso, recuperando a sua representação parlamentar, depois de nas eleições de 2011, em que obteve 1.7 por cento dos votos, ter perdido o seu único deputado.

1.4 Depois da Grécia: confrontar a Europa da austeridade permanente

Na cimeira europeia de 12 de julho de 2015, a resposta à democracia do referendo grego foi a ocupação financeira da Grécia. A imposição de uma humilhação nacional, contra a vontade inequívoca de um povo, seguida de mais punição social.

Existe uma grande coligação entre conservadores e socialistas, dirigida pela Alemanha, que é quem manda na União Europeia, e que impõe uma ditadura dos mercados e uma política de austeridade, desemprego, pobreza e desigualdade. Esta União ataca e obstaculiza todos os governos que de alguma forma não obedeçam cegamente aos dogmas da política de austeridade.

A União Europeia, definida pelos seus tratados, tem sido um dispositivo sem controlo democrático e vocacionado para a institucionalização das políticas de direita: exposição das economias nacionais à concorrência externa, concentração do capital, diminuição do Estado Providência e pressão sobre os rendimentos do trabalho, são alguns dos seus principais elementos. A moeda única foi um passo crucial, e natural, na consagração deste projeto.

A esquerda que o Bloco representa sempre se

opôs a este modo de integração europeia e à criação da moeda única. Os programas de austeridade impostos por Berlim e Bruxelas justificaram e alimentaram a mentira dos países terem entrado em crise por os seus povos terem vivido acima das suas possibilidades. Depois de Maastricht e Lisboa, o Tratado Orçamental, em 2012, constitucionalizou a austeridade e a proibição de políticas de defesa os direitos dos trabalhadores ou de expansão do Estado Social. Perante o primeiro governo antiausteridade que a Europa conheceu, a lógica total dos tratados europeus foi concretizada na prática. Foi assim que o bloco central alemão instalou a sua lei sobre dezoito países e que o próprio diretório franco-alemão se reduziu à figura da chanceler. O governo alemão é hoje o centro todo-poderoso da decisão política e do controlo orçamental.

O desenlace dos seis meses de enfrentamento, durante o qual a abertura do governo de esquerda grego para um acordo viável entre Estados iguais contrastou com o extremismo e a vingança dos 'parceiros europeus', transformados em credores, demonstra que uma esquerda comprometida com a desobediência à austeridade e com a desvinculação do Tratado Orçamental tem de estar mandatada e preparada para a restauração de todas as opções soberanas essenciais ao respeito pela democracia nacional. Reconhecendo estes factos e as perplexidades do percurso, a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda reitera o seu compromisso na construção de uma alternativa ampla das forças que combatem a austeridade e lutam pela democracia.

1.5 Eleições Legislativas e acordo à esquerda

Nas eleições legislativas de 2015, o Bloco de Esquerda obteve o seu melhor resultado de sempre, ultrapassando pela primeira vez os 10 por cento. No total, o Bloco obteve 549.153 votos, 10.22 por cento e dezanove mandatos: um por Braga, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Faro e Madeira, cinco pelo Porto, cinco por Lisboa e dois por Setúbal.

O Bloco de Esquerda concorreu pela primeira vez em 1999, obtendo 131.840 votos, 2.46 por cento e 2 mandatos, pelo círculo de Lisboa. Em 2002, obteve 149.543 votos, 2.75 por

cento e três mandatos, dois por Lisboa e um pelo Porto. Em 2005, o Bloco consegue uma grande vitória, obtendo pela primeira vez oito mandatos, quatro em Lisboa, dois no Porto e dois em Setúbal. Teve então 364.430 votos e 6.38 por cento.

Em 2009, obteve 9.82 por cento dos votos, 558.062 votos e elegeu dezassei deputados, um por Braga, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e Faro, três pelo Porto, cinco por Lisboa e dois por Setúbal. Em 2011, o Bloco tem a sua primeira quebra eleitoral, recuando para os oito deputados, dois pelo Porto, um por Aveiro e Faro, três por Lisboa e um por Setúbal, correspondendo a 5.17 do percentual eleitoral nacional e 288.973 votos.

O Bloco tornou-se uma força indispensável para uma solução política para acabar com o ciclo governativo PSD/CDS. A Mesa Nacional concentrou-se no objetivo de proporcionar uma mudança política de fundo, partindo do afastamento da direita do governo e da afirmação de uma maioria que se comprometa com a proteção do emprego, dos salários e das pensões.

A Mesa entendeu mandar o Grupo Parlamentar do Bloco para apresentar uma moção de rejeição do programa de governo da coligação PSD/CDS, no caso de Passos Coelho ser indigitado pelo Presidente da República, inviabilizar qualquer moção de rejeição que a direita apresente contra um programa de governo do Partido Socialista, prosseguir negociações com o PS com vista à consagração, no programa de governo, de princípios de política orçamental coerentes com a proteção do emprego, salários e pensões e à viabilização de um governo com apoio parlamentar à esquerda, prosseguir o diálogo com o PCP sobre o processo de negociações com o PS e os desafios colocados à esquerda antiausteridade no próximo período.

A rejeição no parlamento do governo minoritário de PSD/CDS e o acordo estabelecido entre as forças políticas que compõem a nova maioria parlamentar (PS, Bloco, PCP e PEV) marcou um novo ciclo político comprometido com o início da reposição de rendimentos do trabalho e com a defesa do Estado Social. O acordo conseguido para parar o empobrecimento é

fruto do contributo das forças à esquerda do PS em particular do Bloco de Esquerda. Foi o reforço eleitoral e a maior representação desta esquerda que permitiu a alteração do quadro político. Essa é a lição democrática que a direita e o então presidente Cavaco Silva tiveram que aprender.

1.6 Eleições presidenciais e campanha da Marisa Matias

Nas eleições presidenciais de 24 de janeiro, registou-se o melhor resultado de uma candidatura presidencial da área do Bloco de Esquerda na história do partido. Marisa Matias foi a terceira candidatura mais votada, com 10.1 por cento franciscdos votos e merecendo a confiança de mais de 465 mil eleitores, ficando à frente de Maria de Belém e Edgar Silva, apoiado pelo PCP, entre outros.

Em 2006, a candidatura de Francisco Louçã obteve 5.31 por cento e 288.261 votos. Em 2001, Fernando Rosas conquistara 3 por cento e 129.840 votos.

A Mesa Nacional saudou Marisa Matias pela campanha exemplar que protagonizou e todos os e as ativistas que a apoiaram, da recolha de assinaturas à mobilização na campanha. Sinalizou a dificuldade do percurso, feito em pouco tempo, com meios limitados e num quadro de enorme desigualdade de cobertura mediática.

A Mesa Nacional definiu como um dos objetivos contribuir para uma segunda volta que abrisse caminho à derrota do candidato de direita e pré-anunciado vencedor. Este resultado não foi atingido, mas, pela sua parte, o Bloco fez tudo o que estava ao seu alcance. Os resultados confirmam que a candidatura de Marisa Matias foi a melhor opção para alargar a mobilização da esquerda nestas eleições.

2. REUNIÕES E DELIBERAÇÕES DA MESA NACIONAL

Durante este mandato, a Mesa Nacional reuniu onze vezes. Em 2014, realizou-se uma reunião a 30 de novembro, em 2015 realizaram-se reuniões a 11 de janeiro, 18 de janeiro, 22 de março, 10 de maio, 5 de julho, 26 de julho, 18 de outubro e 6 de dezembro. Em 2016, a Mesa Nacional reuniu duas vezes, a 31 de janeiro e 2



de abril.

A primeira reunião da Mesa, a 30 de novembro de 2014, uma semana após a IX Convenção, discutiu e aprovou o regimento interno da Mesa Nacional e elegeu a Comissão Política e a Comissão Permanente do Bloco.

A segunda reunião, a 11 de janeiro de 2015, reconduziu a tesoureira nacional em funções e debateu o ponto de situação sobre as eleições regionais da Madeira, tendo sido agendada uma reunião extraordinária da Mesa para o fim de semana seguinte, de forma a prosseguir o debate. Foi ainda discutido e aprovado o projeto de resolução política "Contra a austeridade: emprego e direitos". A Mesa aprovou ainda a lista para a Coordenadora Nacional do Trabalho e o regulamento da V Conferência Nacional de Jovens do Bloco.

A 18 de janeiro de 2015 a Mesa Nacional voltou a reunir, tendo aprovado a resolução "Sobre as eleições Regionais na Madeira", que inclui a deliberação de apresentar lista autónoma a essas eleições. Foi ainda votado o nome do camarada Roberto Almada para encabeçar a lista a essa eleição.

A quarta reunião da Mesa Nacional ocorreu a 22 de março e aprovou as contas de 2013 por unanimidade e o orçamento para 2015 com uma abstenção. Foram eleitos os membros da Comissão Nacional Autárquica e dos Grupos de Trabalho internacional, de regulamentação dos referendos internos, do estatuto de funcionário e da revisão do regulamento de finanças. Foi ainda aprovada a resolução política "Recuperar a dignidade, pôr fim à austeridade".

A quinta reunião teve lugar a 10 de maio de 2015, com debate e aprovação da resolução política "A democracia é a única saída para a crise" e a discussão dos grandes eixos programáticos para as eleições legislativas. Foi ainda aprovado o regimento da III Conferência Nacional do Bloco e prorrogado o mandato dos membros dos Grupos de Trabalho eleitos na reunião anterior até à data da próxima reunião. Foi ainda aprovada a constituição de uma comissão de inquérito para análise e resolução de um problema nas eleições concelhias de Matosinhos.

No dia 5 de julho de 2015, a Mesa Nacional voltou a reunir para discutir as propostas dos Grupos de Trabalho formados em março (referendos, finanças e estatuto de funcionários) e apreciar o relatório da comissão de inquérito constituída na reunião anterior. Após debate e votação de propostas de alteração e adendas, os documentos propostos foram aprovados. Foi ainda aprovada a constituição de um grupo de trabalho sobre o exercício de voto por correspondência nas eleições internas do Bloco. A Mesa Nacional mandou a Comissão Política para ratificar as listas às legislativas nos círculos que ainda não tinham indicado os seus candidatos. Foi discutido e aprovado o texto do Manifesto Eleitoral e as listas de candidatos por cada distrito/Região. Foi ainda aprovada uma resolução política centrada na oposição à chantagem de Bruxelas sobre o governo grego, num momento em que ainda não era conhecido o resultado do referendo na Grécia.

A Mesa Nacional reuniu em sessão extraordinária a 26 de julho, tendo aprovado a resolução "Democracia contra o colonialismo financeiro", novamente a propósito da chantagem financeira sobre a Grécia e reafirmando a recusa de mais sacrifícios pelo euro. Nesta reunião foram ratificados os nomes dos candidatos que não tinham sido votados na reunião anterior.

A oitava reunião da Mesa Nacional teve lugar a 18 de outubro, com a discussão e aprovação da resolução política com o balanço das eleições legislativas e a proposta de apresentação de uma moção de rejeição ao indigitado governo da minoria PSD/CDS. Decidiu ainda prosseguir as negociações com o PS e o diálogo com o PCP para um governo com apoio parlamentar à esquerda. Foi também discutido um problema detetado na equipa de Finanças do Bloco e constituída uma comissão para elaborar um relatório sobre ele. A reunião elegeu ainda Pedro Filipe Soares para líder parlamentar e indicou Marisa Matias para candidata às eleições presidenciais.

A Mesa reuniu pela nona vez a 6 de dezembro, tendo aprovado uma resolução política destacando a resposta aos atentados de Paris e à espiral da guerra e o acordo alcançado com o PS para travar o empobrecimento e abrir um novo ciclo político. Foi aprovada a proposta de cons-

tituir um grupo de trabalho para criar nova tabela de apio às reuniões e a de comunicação à Mesa Nacional das contratações efetuadas pelo Secretariado. As votações sobre Estatuto do Funcionário, proposta de apoio às regiões para 2016 e Relatório do Voto por Correspondência foram adiadas para a reunião seguinte. Foi ainda aprovado um voto de pesar pela morte do camarada José João Cardoso.

A décima reunião da Mesa Nacional, a 31 de janeiro de 2016, aprovou as contas e o Orçamento para 2016, bem como a proposta de Estatuto de funcionários, o relatório sobre o voto por correspondência e sobre a situação da equipa das finanças, e ainda os pontos do documento de proposta de apoio às regiões que transitaram da anterior reunião. A reunião discutiu e aprovou a resolução política “O Bloco preparado para o segundo combate contra a troika”, que reflete o balanço da campanha de Marisa Matias para as presidenciais e a preparação do Orçamento do Estado para 2016. A Mesa Nacional aprovou ainda a realização de diversos plenários setoriais durante os meses de fevereiro e março.

No dia 2 de abril de 2016, a Mesa Nacional reuniu pela décima primeira vez, tendo aprovado uma resolução política que se pronuncia sobre o Orçamento do Estado entretanto promulgado, o risco de “espanholização” da banca e a necessidade de tirar a troika das relações laborais.

3. GRUPO PARLAMENTAR DO BLOCO DE ESQUERDA

O período que passou desde a IX Convenção do Bloco de Esquerda engloba dois momentos políticos diferentes que, como é compreensível, marcam indelevelmente o trabalho parlamentar. Neste período assistimos à perda da maioria absoluta de PSD/CDS e à criação de uma maioria parlamentar contra o empobrecimento.

Na última sessão legislativa do governo PSD/CDS o Bloco deu continuidade ao trabalho de confronto com as políticas de austeridade. Nesta sessão legislativa o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 81 projetos de lei e 124 projetos de resolução. O Bloco foi o partido da oposição que mais iniciativas

legislativas conseguiu aprovar, na sua larga maioria centradas no combate às discriminações e à violência de género.

Foram realizadas duas jornadas parlamentares: no Porto e em Setúbal. Nas primeiras foi apresentado um pacote em defesa da transparência dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos. Nas segundas, o centro político foi em torno da iniciativa de criação de uma Lei de Emergência Social, projeto de lei que foi o tema do agendamento potestativo realizado.

Foram marcados pelo Bloco um debate de urgência sobre a Situação da Saúde em Portugal e um debate de atualidade sobre a Privatização da TAP. As interpelações ao governo realizadas neste período incidiram sobre Precariedade Laboral e outra sobre a Destruição da Oferta Pública de Transporte.

A dinâmica parlamentar também foi marcada pela comissão de inquérito ao BES, da qual decorreu a apresentação de um pacote alargado de iniciativas sobre o sistema financeiro.

Recusamos a receita da austeridade e o garrote da dívida sobre o povo e defendemos sempre que era necessário um programa de crescimento, de valorização do trabalho e de reposição do poder de compra dos portugueses. Por isso, o Bloco bateu-se pela renegociação da dívida.

Continuamos a defesa dos preceitos constitucionais contra o ataque as direitas fizeram à Constituição de abril. Defendemos os serviços públicos da vontade de desmantelamento do SNS e do emagrecimento da Escola Pública. Lutamos pela valorização do salário e pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e o reforço da contratação coletiva em contraciclo com o plano de destruição de direitos laborais da direita e da troika. Apresentamos uma alternativa na economia, dinamizadora da criação de emprego, combatendo as privatizações e sustentando a democratização das escolhas económicas com a presença do estado nos setores estratégicos.

O Bloco fiscalizou o governo com 73 requerimentos e 1570 perguntas.



Mudança do quadro político

As eleições de outubro de 2015 trouxeram uma nova composição parlamentar. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem agora o maior número de deputados e deputadas de sempre: 19. Face à tentativa da direita de dar continuidade ao governo PSD/CDS, o Bloco apresentou uma moção de rejeição e alcançou um acordo político que sustenta uma maioria parlamentar que combate o empobrecimento.

No novo momento político, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 63 projetos de lei e 85 projetos de resolução e alcançou já a aprovação de 8 leis. As leis aprovadas resultantes de iniciativas do Bloco garantem direitos dos trabalhadores, como o pagamento dos complementos de pensões aos trabalhadores das empresas do setor público do estado, o fim da requalificação de docentes, o alargamento do acesso às pensões de velhice e invalidez dos trabalhadores da ENU. Conseguimos a reposição dos feriados que tinham sido roubados pela direita. Alcançamos a restrição da aplicação de processos sumários a crimes com moldura penal superior a 5 anos. Alcançamos a alteração profunda do regime especial de proteção na invalidez, garantindo a manutenção dos direitos que o governo PSD/CDS queria eliminar.

O Bloco marcou o agendamento e conseguiu a aprovação do fim da humilhação das mulheres que recorrem à IVG. Foi também possível, fruto da nova maioria parlamentar, defender os direitos das crianças permitindo que casais do mesmo sexo possam candidatar-se ao regime de adoção.

O Orçamento de Estado para 2016 permitiu um avanço no cumprimento do acordo estabelecido entre o Bloco e o PS. É um orçamento que vira a página do caminho de empobrecimento do país e respeita os preceitos constitucionais. Incorpora já as decisões de aumento do Salário Mínimo Nacional e as 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública, escolhas pela valorização dos rendimentos do trabalho, respeito por quem trabalhou uma vida inteira e agora deixa de ter a pensão ou a reforma cortada para passar a ser atuali-

zada. Reafirma a devolução dos rendimentos do trabalho com a eliminação dos cortes nos salários e a redução progressiva da sobretaxa de IRS.

No debate parlamentar, o Bloco conseguiu aprofundar as escolhas já iniciadas no combate à pobreza e às desigualdades com o reforço do Complemento Solidário para Idosos e para os primeiros escalões do Abono de Família, a atualização do Abono de Família para dependentes com deficiência, melhorias para um regime contributivo mais justo para os trabalhadores a recibos verdes, mais equidade no IMI evitando que o filho de um rico valha mais que o filho de um pobre. Não menos importante é o acesso a bens essenciais como a eletricidade e o gás, facilitado com a automatização do acesso à Tarifa Social de Energia, medida que baixará os custos com energia a um milhão de famílias.

Foi marcado pelo Bloco um debate de atualidade sobre os “Panama Papers”. O Bloco fiscalizou o governo com 401 requerimentos e 1078 perguntas.

4. O BLOCO NO PARLAMENTO EUROPEU

Após um início de mandato (julho 2014) essencialmente dedicado às negociações internas e à constituição das comissões e das delegações parlamentares, a delegação do Bloco de Esquerda obteve representação na Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) e na Comissão de Indústria, Investigação e Energia (ITRE).

Marisa Matias é, além disso, a coordenadora do Grupo Parlamentar GUE/NGL para os assuntos económicos e monetários. A deputada do Bloco de Esquerda foi também eleita vice-presidente da Comissão Especial sobre as Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares (TAXE), constituída na sequência do escândalo Luxleaks e que encerrou os seus trabalhos a 30 de novembro de 2015, sendo atualmente vice-presidente da TAXE2, a comissão especial que foi constituída para continuar os trabalhos da TAXE. Marisa Matias é também Presidente da delegação do Parlamento Europeu para as relações com os países do Maxereque

(Líbano, Síria, Egito e Jordânia) e Presidente do Intergroupo do Parlamento Europeu dos Bens Comuns e Serviços Públicos e membro do Grupo de Trabalho sobre Diabetes.

Assim, nesta legislatura, a delegação do Bloco de Esquerda tem desenvolvido a sua atividade sobretudo no âmbito das questões económicas e monetárias, seguindo relatórios relativos ao Semestre Europeu ou a revisão e avaliação da governação económica ou sobre a atividade do BCE, mas também confrontando os responsáveis por estas políticas quer na Comissão ECON quer no plenário.

O Bloco de Esquerda foi o primeiro a exigir uma comissão de inquérito para investigar o Luxleaks, que viria finalmente a ser chumbada e substituída por uma comissão especial cujos poderes são muito mais limitados. Tem acompanhado os grandes acordos internacionais que estão a ser negociados de forma muito pouco clara e transparente pela UE, como o CETA, o TTIP ou o TISA.

Tem acompanhado várias questões de direitos humanos, nomeadamente a situação em Angola.

Tem seguido de perto as questões relacionadas com a crise migratória. Este é um mandato também marcado pelos sucessivos naufrágios no Mediterrâneo onde perderam a vida milhares de pessoas que tentavam chegar à UE, e mais recentemente pela crise de refugiados provenientes da Síria e das zonas ocupadas pelo auto-proclamado Estado Islâmico e para quem nem a UE nem os Estados Membros têm resposta digna ou adequada. Além da atividade institucional de Marisa Matias, no âmbito das suas funções enquanto Presidente da Delegação do Maxereque, como foi exemplo a Delegação oficial ao Líbano, têm sido apresentadas sempre que possível, emendas solicitando um embargo à venda de armas para as áreas em conflito e à compra de petróleo proveniente dos territórios ocupados mas que até ao momento ainda não obtiveram os votos necessários à sua aprovação. Marisa Matias visitou em dezembro de 2015 o campo de refugiados em Calais, na França, conhecido como a "Selva". O Bloco, em parceria com o eurodeputado Miguel Urban

do Podemos e várias associações, organizou ainda uma sessão de solidariedade com imigrantes "sem papéis" no Parlamento Europeu.

O último ano e meio de mandato ficou também marcado pela participação numa série de campanhas eleitorais, tais como a Grécia, o referendo grego, as eleições autonómicas no Estado Espanhol, as eleições legislativas em Portugal e mais recentemente as eleições presidenciais.

Durante este período a Delegação do Bloco de Esquerda no Parlamento Europeu organizou por si ou juntamente com outras delegações, entre outras:

- Conferencia "Employment and Social Cohesion in EU"
- Apresentação do livro "A vida dos trabalhadores de urânio: Trabalho Ruim"
- "European Forum on Social and Solidarity Economy"
- Conferência "Another Energy for Another Europe"
- Conferência "The policy of the ECB"
- Conferência "Critical evaluation of the austerity programmes & the scrutiny role of the European Parliament in the case of Greece and beyond"

No âmbito das atividades do Intergroupo Bens Comuns e Serviços Públicos co-organizou e promoveu:

- Conferência "The Commons: A New European concept?"
- Conferência "Common Goods and Public Services: Two notions for one goal? A short methodology"
- Conferência "Digital Libraries: Valuating Common Goods Via New Public Services"

De 1 de outubro de 2014 a 30 de Abril 2016, a deputada do Bloco de Esquerda:

- foi nomeada relatora sombra de 11 relatórios:

- Regulamento que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito às isenções aplicáveis aos operadores em mercadorias
- Diretiva que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre



o valor acrescentado, no que se refere à duração da obrigação de respeitar uma taxa normal mínima

- Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2015

- Diretiva que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade

- Regulamento que estabelece medidas respeitantes ao acesso aberto à Internet e que altera a Diretiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas e o Regulamento (UE) n.º 531/2012 relativo à itinerância nas redes de comunicações móveis públicas da União

- Diretiva do Conselho que revoga a Diretiva 2003/48/CE do Conselho

- Programa sobre soluções de interoperabilidade para as administrações públicas, as empresas e os cidadãos europeus (ISA2) A interoperabilidade como um meio para modernizar o setor público

- Revisão do quadro de governação económica: avaliação e desafios

- Regulamento relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros

- Regulamento que altera o Regulamento (CE) n.º 2532/98 relativo ao poder do Banco Central Europeu de impor sanções

- Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2014

- foi autora de 1 Parecer:

- sobre a proposta do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros

- foi nomeada relatora sombra de 1 Parecer:

- sobre as recomendações à Comissão Europeia sobre as negociações relativas à Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)

- foi autora de 54 Propostas de Resolução

- Proposta de resolução comum sobre ataques a hospitais e escolas como violações do Direito Internacional Humanitário

- Motion for a resolution on attacks on hospi-

tals and schools as violations of international humanitarian law

- Motion for a resolution on the displacement of children in Northern Nigeria as a result of Boko Haram attacks

- Proposition de résolution sur le Pakistan, en particulier sur l'attaque à Lahore

- Proposta de resolução sobre a situação na Polónia

- Proposition de résolution sur la République Démocratique du Congo

- Proposta de resolução relativa ao acordo sobre tabaco (acordo com a PMI)

- Proposta de resolução comum sobre a introdução de sistemas compatíveis para o registo de animais de companhia em todos os Estados-Membros

- Proposta de resolução sobre a introdução de sistemas compatíveis para o registo de animais de companhia em todos os Estados-Membros

- Proposition de résolution sur Bahrain: le cas de Mohammed Ramadan

- Proposition de résolution sur le Cambodge

- Proposition de résolution sur l'Afghanistan en particulier les meurtres dans la province de Zabul

- Motion for a resolution on the freedom of expression in Bangladesh

- Motion for a resolution on the displacement of children in Northern Nigeria as a result of Boko Haram attacks

- Motion for a resolution the case of Ali Mohammed al-Nimr

- Proposition de résolution sur la République Centre Africaine

- Proposta de resolução sobre a pena de morte

- Proposta de resolução comum sobre Angola

- Proposition de résolution sur l'Angola

- Proposta de resolução sobre o papel da UE no processo de paz no Médio Oriente

- Proposta de resolução sobre a migração e a situação dos refugiados

- Proposta de resolução sobre as prioridades do Parlamento para o Programa de trabalho da Comissão para 2016

- Proposta de resolução comum sobre as recentes revelações de casos de corrupção a alto nível na FIFA

- Motion for a resolution on Paraguay: the legal aspects related to the child pregnancy

- Motion for a resolution on the situation in

Nepal after the earthquakes

- Motion for a resolution on Syria, the situation in Palmyra and the case of Mazen Darwish
- Proposta de resolução comum sobre o Relatório Anual de 2014 do Comité de Fiscalização do OLAF
- Proposta de resolução comum sobre a situação na Hungria
- Proposta de resolução sobre o surto da bactéria Xylella fastidiosa que afecta as oliveiras
- Proposta de resolução comum sobre a destruição de locais de interesse cultural pelo EIL/Daech
- Proposition de résolution sur l'emprisonnement des travailleurs et des militants des droits de l'Homme en Algérie
- Proposta de resolução sobre a destruição de locais de interesse cultural pelo EIL/Daech
- Proposta de resolução sobre o relatório do Conselho Europeu extraordinário (23 de abril de 2015): recentes tragédias no Mediterrâneo e políticas da UE em matéria de migração e asilo
- Motion for a resolution on the situation of the Yarmouk refugee camp
- Proposta de resolução sobre a situação na Nigéria
- Proposta de resolução sobre o segundo aniversário do desmoronamento do edifício Rana Plaza e os progressos registados no Pacto de Sustentabilidade do Bangladeche
- Proposta de resolução comum sobre o centenário do genocídio arménio
- Proposta de resolução por ocasião do Dia Internacional dos Ciganos: a hostilidade em relação aos ciganos na Europa e o reconhecimento pela UE do dia em memória do genocídio dos ciganos durante a Segunda Guerra Mundial
- Proposta de resolução sobre as imagens de abusos sexuais de crianças na Internet
- Motion for a resolution on the mass graves of the Missing Persons of Ashia, at Ornithi village in the occupied part of Cyprus
- Motion for a resolution on Saudi Arabia, the case of Raif Badawi
- Proposta de resolução sobre a crise humanitária no Iraque e na Síria, em particular no contexto do EI
- Proposta de resolução comum sobre a renovação do mandato do Fórum sobre a Governação da Internet

- Proposta de resolução sobre o relatório do Senado dos EUA relativo à utilização de tortura por parte da CIA
- Proposta de resolução comum sobre o reconhecimento do Estado da Palestina
- Proposta de resolução sobre o reconhecimento do Estado da Palestina
- Motion for a resolution on Serbia: the case of accused war criminal Šešelj
- Motion for a resolution on Iraq: kidnapping and mistreatment of women
- Proposition de résolution sur les lois sur le blasphème au Pakistan
- Proposta de resolução sobre o 25.º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
- Proposition de résolution disparition de 43 étudiants enseignants au Mexique
- foi autora de 3 declarações escritas:
 - Declaração escrita sobre a diabetes (encerrada com maioria)
 - Declaração escrita sobre as campanhas de vacinação (caducou)
 - Declaração escrita sobre a luta contra o cancro da mama na União Europeia (encerrada com maioria)
- dirigiu 46 perguntas parlamentares à Comissão e/ou ao Conselho e/ou à Alta Representante da UE para Política Externa e Segurança (VP/HR) sobre:
 - Conformidade do acordo entre a União Europeia e a Turquia com o princípio de não repulsão
 - Revisão do "factor de apoio às PME"
 - Falhas graves de segurança na central nuclear de Almaraz
 - Talidomida
 - Ações propostas: Guarda Costeira e de Fronteiras da UE (EBCG) e Mecanismo de apresentação de queixas relativas à violação dos direitos humanos
 - Proibição da UE da utilização de animais selvagens em circos
 - Financiamento de emergência - campos de refugiados sarauís
 - Proibição da UE da utilização de animais selvagens em circos
 - Acesso das PME ao financiamento
 - Financiamento de empresas militares e de segurança interna de Israel
 - Contaminação da Ribeira da Patanha (Nelas,



Portugal) e financiamento da reparação dos danos com dinheiros públicos

- Bloqueio de migrantes e refugiados na Hungria
- Qualidade de vida e a austeridade na Europa
- Transparência da aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento
- Os progressos realizados no âmbito da ratificação do Tratado de Marraquexe
- Combater a pobreza energética na Europa
- VP/HR - Instrução militar israelita no Território Palestino ocupado
- Evolução demográfica na Europa
- VP/HR - Recusa do aborto a uma rapariga grávida de 10 anos no Paraguai
- Assistência europeia ao Nepal
- Acordos sobre o tabaco
- Auxílio estatal atribuído pela Espanha ao sector bancário
- A elisão fiscal praticada pelas grandes empresas
- O excedente da balança de transacções correntes da Alemanha
- Violação da privacidade no Facebook
- Conformidade de uma circular italiana sobre "terrorismo islâmico" com a legislação europeia em matéria de direitos fundamentais
- Fim da posição comum sobre Cuba
- O fim das quotas leiteiras
- Situação dos professores contratados na Região Autónoma dos Açores
- VP/HR - Rejeição, por parte de Benjamin Netanyahu, da solução de coexistência de dois Estados
- VP/HR - Tortura na Arábia Saudita
- Incineradores de resíduos urbanos nos Açores
- Resultados eleitorais e modificações políticas
- Criação de uma sub-rede europeia de "sanctuários" para baleias e golfinhos - Exemplo emblemático de Lanzarote e Fuerteventura
- Cobrança coerciva de portagens em Portugal
- O plano de reestruturação do emprego (ERE) da Coca-Cola
- VP/HR - Perseguição da comunidade LGBTI no Egipto
- Impacto do caso Tarakhel v. Switzerland na implementação e possível revisão do Regulamento de Dublin III
- Refugiados sírios em Atenas
- Lei de Segurança dos Cidadãos
- VP/HR - Autodeterminação e soberania no

Sara Ocidental

- Violação dos direitos humanos das crianças com deficiência
- Conformidade com a legislação da UE e com os direitos fundamentais da circular italiana e dos respectivos anexos sobre a recolha de impressões digitais de imigrantes irregulares
- Luxleaks
- fez 120 Intervenções em Plenário
- Utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR)
- Protecção de segredos comerciais contra a sua aquisição, utilização e divulgação ilegais
- Objecção à renovação da aprovação da substância activa glifosato
- Eficácia das medidas em vigor de combate à evasão fiscal e ao branqueamento de capitais à luz das recentes revelações dos documentos do Panamá
- União bancária - Relatório anual de 2015
- Medicamentos veterinários
- Autorização e fiscalização de medicamentos veterinários
- A situação socioeconómica das mulheres na Europa
- A integração da perspectiva de género nas atividades do Parlamento Europeu
- A situação das mulheres refugiadas e requerentes de asilo na UE
- A situação na Síria
- Semestre Europeu: Análise Anual do Crescimento para 2016
- Semestre Europeu: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2016
- A governação do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu de 2016
- Situação na Líbia
- O papel do poder local e regional no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)
- Objecção à autorização de colocação no mercado de soja geneticamente modificada MON 87708 × MON 89788
- Negociações relativas ao Acordo sobre o Comércio de Serviços (TiSA)
- Nova estratégia para a igualdade de género e os direitos das mulheres pós-2015
- Decisão adotada pela Comissão sobre o Pacote sobre a tributação das sociedades
- Código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen)

DEBATES #1 -RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2014 -2016)

- Alteração do Protocolo de 1998 à Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo aos metais pesados
- Estabelecimento de uma Plataforma Europeia para reforçar a cooperação na prevenção e dissuasão do trabalho não declarado
- Revisão intercalar da Estratégia de Biodiversidade da UE
- Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeito Similares
- Pacote do Semestre Europeu - Análise Anual do Crescimento de 2016
- Semestre Europeu: aplicação das prioridades para 2015
- Medidas para concluir a União Económica e Monetária
- Mercado único europeu das comunicações electrónicas
- Troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade - Acordo entre a União Europeia e a Suíça sobre a troca automática de informações sobre contas financeiras
- Tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros: revogação da Diretiva Poupança
- Situação na Síria
- Limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes
- Lições extraídas da catástrofe das lamas vermelhas, cinco anos após o acidente na Hungria
- A situação humanitária dos refugiados na UE e nos países vizinhos
- Convenção sobre o trabalho forçado da OIT: cooperação judiciária em matéria penal
- Angola
- Aplicação do Livro Branco de 2011 sobre os transportes
- As carreiras das mulheres na ciência e na universidade
- O empoderamento das jovens através da educação na União Europeia
- Acordo de Parceria no domínio da Pesca com Cabo Verde: possibilidades de pesca e contrapartida financeira
- Medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Itália e da Grécia
- Papel da UE no processo de paz para o Médio Oriente
- A Convenção sobre o Trabalho Forçado da OIT: política social
- A clonagem de animais mantidos e reproduzidos para fins agropecuários
- A situação dos direitos fundamentais na UE (2013-2014)
- Seguimento dado à Iniciativa de Cidadania Europeia «Right2Water»
- Negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)
- Envolvimento dos acionistas a longo prazo e declaração sobre o governo das sociedades
- Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a Suíça: Horizonte 2020 e ITER
- Orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros
- Iniciativa Emprego Verde
- A elisão e a evasão fiscais como desafios nos países em desenvolvimento
- A criação de uma União dos Mercados de Capitais
- Revisão da Política Europeia de Vizinhança
- Harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos
- Projeto de orçamento retificativo n.º 3/2015: excedente do exercício de 2014
- Projeto de orçamento retificativo n.º 1/2015: Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE)
- Projeto de orçamento retificativo n.º 5/2015
- Dar resposta às pressões migratórias
- Revisão do quadro de governação económica: avaliação e desafios
- Transparência da aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento
- Revisão do quadro de governação económica: avaliação e desafios
- Decisão adotada sobre o plano de ação para um sistema de tributação das empresas mais equitativo na UE
- Síria, a situação em Palmira e o caso de Mazen Darwish
- Revelações recentes sobre casos de corrupção ao mais alto nível na FIFA
- Estado das relações UE-Rússia
- Estratégia Europeia de Segurança Energética
- Situação na Hungria
- Relatório de 2014 referente aos progressos realizados pela Turquia
- Taxa de ajustamento para pagamentos diretos no que se refere ao ano civil de 2015
- Estratégia da UE para a igualdade entre homens e mulheres pós-2015
- Direitos de propriedade intelectual em países terceiros
- Direitos de propriedade intelectual: um pla-



no de ação da UE

- Taxas de crescimento na UE e previsões económicas da primavera de 2015
- Execução da Política Comum de Segurança e Defesa
- Financiamento da Política Comum de Segurança e Defesa
- Capacidades no domínio da segurança e da defesa na Europa
- Auto certificação de importadores de certos minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco
- A licença de maternidade
- Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- Surto da bactéria Xylella fastidiosa que afeta as oliveiras
- Cuidados de saúde mais seguros na Europa: melhorar a segurança dos pacientes e combater a resistência antimicrobiana
- Oportunidades de crescimento verde para as PME
- Índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros
- Relatório anual de 2013 do Banco Europeu de Investimento
- Pré-financiamento inicial pago a programas operacionais apoiados ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens
- Quitação 2013: Empresa Comum «Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores»
- Fundos do Mercado Monetário
- Obrigação de desembarque
- Proteção adequada de denunciantes e de jornalistas para combater a evasão e a elisão fiscais
- Relatório Anual sobre a Fiscalidade - Decisão relativa à Política de Transparência Fiscal
- Semestre Europeu: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2015
- Semestre Europeu: Análise Anual do Crescimento de 2015
- Governação do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu 2015
- Fundos europeus de investimento a longo prazo
- Progressos registados na União Europeia, em 2013, relativamente à igualdade de género
- Relatório Anual sobre a Política da Concorrência da EU

- Relatório anual de 2013 do Banco Central Europeu
- Relatório anual de 2013 do Banco Central Europeu
- Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes
- Criação de uma comissão especial sobre acordos fiscais e outras medidas similares na sua natureza ou efeitos
- Relatório do Senado norte-americano sobre a utilização da tortura pela CIA
- Medidas de combate ao terrorismo
- Rotulagem com a indicação do país de origem da carne em alimentos transformados
- Crise humanitária no Iraque e na Síria, em especial no contexto do EI
- Situação no Egito
- Acordo de Parceria no domínio da Pesca entre a UE e São Tomé e Príncipe: possibilidades de pesca e contrapartida financeira
- Possibilidade de os Estados-Membros limitarem ou proibirem o cultivo de OGM no seu território
- Novo orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2015
- Reconhecimento do Estado da Palestina
- Governação económica - Revisão dos regulamentos "Six-Pack" e "Two-Pack"
- Moção de censura à Comissão
- Poder do Banco Central Europeu de impor sanções
- Reconhecimento do Estado da Palestina
- Acordo de Associação entre a UE e a República da Moldávia
- Luta contra a evasão fiscal
- Apresentação do Colégio de Comissários e do seu programa pelo Presidente da Comissão
- Semestre Europeu: aplicação das prioridades para 2014
- Israel-Palestina após o conflito de Gaza e papel da UE
- Escassez estrutural de pagamentos no orçamento do Programa-Quadro Horizonte 2020
- Acesso a medicamentos vitais na Europa
- Liberdade de expressão e de reunião no Egito
- Escalada da violência entre Israel e a Palestina
- Conclusões do Conselho Europeu (de 26 e 27 de junho de 2014)

O Bloco de Esquerda Madeira aquando da IX Convenção Nacional detinha representação na Assembleia Municipal do Funchal, com dois deputados municipais, entre os quais o Presidente da Assembleia Municipal. Além disso estava, e está, representado no executivo de 5 Juntas de Freguesia e em 8 Assembleias de Freguesia no município do Funchal, além da representação na Assembleia Municipal de Câmara de Lobos, com uma deputada municipal.

Em termos autárquicos, o Bloco tem desenvolvido uma atividade de apresentação de medidas de âmbito autárquico de resposta aos problemas dos cidadãos nessas freguesias e concelhos.

Contudo, teve que ser feito um trabalho mais abrangente junto das populações da Região Autónoma de modo a chegarmos a todo o seu território e reforçar o nosso trabalho político. Esse objetivo de reforçar o Bloco e a sua intervenção junto das pessoas, que conseguimos cumprir – pese embora ainda subsistam algumas fragilidades que terão que ser supridas –, permitiram cumprir outro objetivo fundamental: levar o Bloco Madeira de volta ao palco parlamentar regional, com um Grupo Parlamentar, tribuna fundamental para reforçar a luta política e dar visibilidade às legítimas reivindicações de milhares de madeirenses.

A onda regional gerada com o regresso ao parlamento da Madeira permitiu que o Bloco Madeira fizesse uma campanha para as eleições à Assembleia da República muito combativa e tivéssemos conseguido eleger, pela primeira vez na nossa história, um Deputado ao Parlamento da República.

O apoio à candidatura presidencial de Marisa Matias permitiu manter o nível de resultados e consolidar a base de apoio popular em torno da nossa área política. Foram quase dois anos de lutas intensas que tiveram um corolário de sucessos eleitorais, sem precedentes no Bloco Madeira, e em que conseguimos superar os nossos objetivos.

Além do empenho nestas 3 campanhas eleitorais com os sucessos descritos, realizaram-se inúmeras sessões públicas subordinadas a diversas temáticas, algumas com a presença de dirigentes nacionais, realizaram-se umas

Jornadas Parlamentares conjuntas com o líder parlamentar na Assembleia da República e porta-voz nacional subordinadas ao tema “Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira,

Realizaram-se diversas visitas a vários concelhos e freguesias de contacto com as populações, O Bloco esteve na rua apoiando os lesados do BANIF e do BES, Participou no 1º de Maio dos Trabalhadores, Participou em diversas manifestações pelo Acolhimento de Refugiados, Realizou a VIª Convenção Regional a 3 de abril deste ano e comemorou o 25 de Abril de 2016, que coincidiu com a comemoração do 12º aniversário do Bloco Madeira.

6. REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ao longo do atual mandato da Mesa Nacional, a Comissão Coordenadora Regional do Bloco de Esquerda/Açores, juntamente com a Representação Parlamentar na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, as Representações nas Assembleias Municipais de Ponta Delgada e Ribeira Grande e as estruturas organizativas insulares e locais do Bloco/Açores, protagonizaram iniciativas e tomadas de posição políticas, nas mais diversas áreas, com especial destaque para:

6.1 Ambiente

As representações nas Assembleias Municipais de Ponta Delgada e Ribeira Grande propuseram a realização de referendos locais, nos respetivos concelhos, ao investimento previsto para a construção de uma incineradora na ilha de São Miguel, de acordo com aquela que foi a proposta avançada pelas respetivas candidaturas autárquicas.

Na ilha Terceira, apesar de o Bloco não ter qualquer representação nos órgãos autárquicos nos dois concelhos da ilha, o Bloco tem assumido uma posição de crítica pública à incineração e denunciou, no início de 2016, indícios da inviabilidade da incineradora que entrou em funcionamento, nesta ilha, no final de 2015.

Ainda no que concerne a políticas ambientais, a Representação Parlamentar bloquista entregou em abril uma iniciativa legislativa que



proíbe, terminantemente, o cultivo de OGM na região.

6.2 Pesca

O Bloco tem tem reivindicado o acionamento do Fundopesca para os pescadores, um recurso já de si mínimo, mas único, para que os pescadores, nos Açores, consigam sobreviver, quando impedidos de ir ao mar. Defendeu igualmente a atribuição de uma compensação aos pescadores pela interdição da captura de algumas espécies piscícolas, para reposição de stocks.

6.3 Transportes

Denunciou as reais intenções do Plano Estratégico para a SATA, e que passavam pela privatização e despedimentos.

Questionou o Governo Regional acerca da verdadeira natureza da recente liberalização das rotas aéreas de serviço público e criticámos veementemente a saída da TAP da ilha do Faial, como uma consequência da sua privatização e a cedência a interesses puramente comerciais, em total desconsideração pelo serviço público.

Tivemos uma posição crítica, vigilante e um papel muito ativo quanto ao apuramento das consequências e responsabilidades políticas resultantes do acidente mortal, com uma embarcação, ocorrido no porto de São Roque do Pico.

6.4 Base das Lajes

O Bloco/Açores defendeu um plano de emergência para contrariar o impacto económico negativo decorrente da presença norte-americana na base das Lajes e fomos determinantes na responsabilização dos EUA pela contaminação dos aquíferos da Praia da Vitória com hidrocarbonetos, devido à presença e atividade militarizada nesta base.

6.5 Lei das Finanças Regionais

Defendeu a reposição do diferencial fiscal de 30% para o IVA, IRS e IRC cobrados na região.

6.6 Bem-estar animal

Fiscalizou o cumprimento da resolução, da nossa autoria e que conseguimos fazer aprovar na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que recomenda a implementação de diversas medidas de promoção do bem-estar animal na região.

Apresentou, este ano, uma iniciativa legislativa para impedir o financiamento público a espetáculos, com fins comerciais, que impliquem o sofrimento físico ou psíquico de animais.

6.7 Saúde

Denunciou e questionou o Governo Regional sobre a parceria público-privada prevista para a criação de uma unidade de radioterapia para a região. Um negócio que foi, inicialmente, anunciado pelo responsável pela tutela da Saúde como vantajoso financeiramente para a região, mas que acabou, por ser, e de acordo com as suspeitas levantadas pelo Bloco/Açores, demasiado oneroso para o erário público e extremamente vantajoso para o privado.

Propôs um regime mais justo para acesso ao transporte não-urgente de doentes e um investimento público na aquisição de viaturas devidamente adaptadas para o efeito.

Defendeu a realização de um estudo exaustivo acerca da toxicodependência na Região e propusemos a transferência de um serviço de apoio a toxicodependentes para instalações condignas.

Questionou o Governo Regional acerca da sua ação relativamente à exiguidade de recursos de busca e salvamento que foi determinante na ocorrência de mortes em ilhas sem hospital, como São Jorge e Flores.

Insistiu que o investimento em saúde não se deve ficar pelo investimento em infraestruturas, e que deverão ser feitas diligências para atrair e integrar profissionais de saúde nos hospitais e centros de saúde.

6.8 Ciência e Desenvolvimento

Continuou a defender a criação de um Centro de Investigação das Ciências do Mar, a ser instalado na ilha do Faial, e persistiu o compromisso do Governo Regional, fruto da proposta bloquista para que tal Centro fosse uma realidade. Nesse sentido, e para que tal reivindicação chegue à opinião pública, vamos o Bloco organizou em abril deste ano, um fórum público sobre o mar, no Faial.

Defendeu a abertura de uma licenciatura em Ciências do Mar no polo do Faial da Universidade dos Açores, não só para cimentar a vocação marinha desta ilha, como também para afirmar a tripolaridade da Universidade dos Açores.

6.9 Obras públicas

Continuou a denunciar os vários exemplos de derrapagens orçamentais nas obras públicas, acompanhadas por atrasos de execução. Tornou também a apresentar uma iniciativa legislativa com o fim de limitar os designados «trabalhos a mais» e evitar as constantes derrapagens orçamentais que tanto têm prejudicado o erário público.

6.10 Educação

Participou na luta dos professores contratados a prazo, e apresentou, mais uma vez, uma iniciativa legislativa para os integrar, contribuindo dessa forma para a sua estabilização, com benefício para os próprios, assim como para a qualidade do ensino.

Reapresentou alterações ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário com o objetivo de vedar o financiamento público à oferta privada, quando esta concorra com a oferta pública.

O crescimento da pobreza tem tido efeitos na escola, e são muitas as crianças que aí chegam com fome. Nesse sentido o Bloco/Açores exigiu, tendo em conta as queixas de várias associações de pais, apurar a qualidade nutricional das refeições escolares.

alunos, uma das suas maiores despesas, sem que tal transporte seja feito conforme as normas previstas para o transporte de crianças. Depois da denúncia feita por uma Associação de Pais e Encarregados de Educação acerca da sobrelocação dos autocarros utilizados para o transporte dos alunos, e a falta de segurança na forma como os alunos são transportados, apresentou uma proposta que vincularia as empresas contratadas para realizar o transporte escolar a cumprirem as normas de segurança previstas para o transporte de crianças.

6.11 Agricultura

Defendeu medidas extraordinárias de apoio aos produtores do setor leiteiro e denunciámos o tratamento discriminatório no processo de expropriação aos terrenos das margens da Lagoa das Furnas.

6.12 Emprego

Propôs o aumento do salário mínimo regional, em consonância com o aumento das mais-valias verificadas no setor do turismo que continua a empregar mão-de-obra a preço de saldo e de forma precária.

Acompanhámos as reivindicações das centrais sindicais na Região, pela introdução da negociação coletiva para a Administração Pública Autónoma.

Apesar de apoiar os programas de incentivo à empregabilidade, não hesitou em denunciar os abusos persistentes e descarados, principalmente da responsabilidade do poder local e da Administração Pública Autónoma, de tais programas, como forma de ocupar postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes. Entregou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma proposta para a criação de um grupo de trabalho constituído pelas duas centrais sindicais e a Inspeção da Administração Pública Autónoma para que detetem casos de abuso e obriguem à integração desses trabalhadores.

Conseguiu obter a aprovação de uma pro-

As escolas públicas têm no transporte dos



posta que prevê a descentralização dos procedimentos concursais para admissão de trabalhadores na Administração Pública, com recurso às novas tecnologias da informação e comunicação, evitando, dessa forma, que os candidatos tenham de suportar custos de transporte e estadia, sempre que desejem concorrer a uma vaga na Administração Pública Autónoma em outra ilha que não a sua ilha de residência.

Apresentou uma anteproposta de lei, com o objetivo de alargar o subsídio de insularidade a todos os agentes das forças de segurança na Região.

6.13 Autonomia

O Bloco de Esquerda Açores reivindicou publicamente a atribuição de poder vinculativo à Região sempre que estejam em causa Tratados Internacionais que afetem diretamente a região.

Defendeu publicamente a gestão partilhada do mar e dos seus recursos, incluindo toda a riqueza que encerram os fundos marinhos, entre a região e a República.

7. O BLOCO NAS AUTARQUIAS E NO TRABALHO LOCAL

A Comissão Nacional Autárquica foi eleita na reunião da Mesa Nacional de 22/03/2015, após a IX Convenção do Bloco. De um processo de auscultação participado que envolveu todas as regiões e sensibilidades representadas na Mesa Nacional, resultou uma lista com 26 nomes.

Menos de um mês após a sua eleição, esta CN Autárquica realizou a sua primeira reunião a 19/04/ 2015, em Torres Novas, com a presença da quase totalidade dos seus membros e cuja principal decisão foi convocar as Jornadas Autárquicas 2015 para 6 de junho, no Entroncamento.

Estas Jornadas reuniram mais de uma centena de autarcas e ativistas locais de todo o país, sob o lema “Mais Democracia Local contra a Austeridade” e decorreram já em clima de pré-campanha eleitoral para as Legislativas 2015. Assim, tiveram a duração de apenas um dia, com a presença da porta-voz

do Bloco, tendo abordado um leque diversificado de temas agrupados em dois painéis: “Mobilizações Cidadãs contra a Austeridade Local” e “Municipalização, via aberta à privatização das funções sociais do Estado” – ver “Correio da Mesa Nacional” n.º 46. Estas Jornadas produziram contributos, incorporados no Programa Eleitoral das Legislativas 2015.

Em 15 meses de mandato, com dois processos eleitorais pelo meio (legislativas e presidenciais), a CN Autárquica realizou três reuniões plenárias: a já referida de Torres Novas, 19/04/2015, Lisboa, 08/11/2015, a qual lançou o manifesto “Democracia Local, pilar da República”, subscrito por 274 autarcas (entre os quais a quase totalidade dos/as eleitos/as do Bloco) de apoio à candidatura de Marisa Matias e promoveu um Encontro em Coimbra, a 9 de Janeiro – Correio da Mesa 48, Lisboa, 14/02/ 2016, abordou o pacote de descentralização do governo PS, com a eleição direta dos órgãos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e reafirmou a necessidade da regionalização, sob pena de se acentuarem assimetrias e um país a várias velocidades. Esta reunião discutiu ainda a agenda das Jornadas Autárquicas 2016 - com a antecipação da X Convenção para Junho estas só terão lugar depois do Verão, a menos de um ano das eleições autárquicas.

A parte menos visível da atividade da CN Autárquica centrou-se, como sempre, no apoio político e jurídico aos eleitos e eleitas do Bloco: desde as vereações a dezenas de Assembleias Municipais (Lisboa, a tempo inteiro, com ritmo semanal), executivos de Junta e Assembleias de Freguesia no continente, Açores e Madeira.

Com agendas locais diversificadas, o Bloco tem estado na luta e apresentando propostas nas autarquias, acompanhadas de iniciativas legislativas em diversas áreas, nomeadamente:

- **Contra a privatização da água** em alta e/ou em baixa, inclusive sob a forma de concessões.
- **FAM – Fundo de Apoio Municipal** – Temos procurado expurgar as graves inconstitucionalidades da **Lei 54/2014** que sucedeu ao

PAEL (uma espécie de “troika” contra a autonomia local que pôs os impostos, taxas e tarifas no máximo) e apresentámos propostas de especialidade no OE 2016.

- Contra a utilização de Contratos de Emprego Inserção (CEI) e CEI + para o preenchimento de necessidades permanentes das autarquias - moções aprovadas em diversas Assembleias.

- CPCJ - Incentivámos a participação de autarcas nas comissões consultivas e na sua ligação às comunidades, combatendo a tentativa do governo PSD/CDS de esvaziar estes organismos públicos de articulação com os Tribunais e a Segurança Social e de “trespassar” as suas funções para IPSS.

No plano legislativo, a CN Autárquica apoiou a apresentação de iniciativas parlamentares:

Projeto de Lei 767/XII - Altera o regime de incompatibilidades e impedimentos aplicável aos eleitos locais e alarga o seu âmbito aos titulares de órgãos de entidades intermunicipais e associações de fins específicos.

Projeto de Lei 851/XII - Revoga os benefícios fiscais dos fundos imobiliários no pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Projeto de Lei 853/XII - Introduz a atualização anual automática do valor da habitação para efeitos de pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para uma maior justiça social.

Projeto de Lei 854/XII - Introduz taxas reduzidas de IMI para habitação própria.

Projeto de Lei 883/XII - Reforça o controlo democrático, exercido pelos órgãos deliberativos das entidades participantes, sobre as entidades do setor empresarial local e outras entidades compreendidas no perímetro da administração local, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

Projeto de Lei 884/XII - Garante a estabilidade laboral aos trabalhadores do setor empresarial local, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, adequando-a à Diretiva 2001/23/CE, do Conselho, de 12 de Março.

Projeto de Lei 890/XII - Aprofunda os direitos dos trabalhadores do município de Lisboa que tenham sido transferidos para as freguesias ao abrigo da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, procedendo à sua primeira alteração.

Projeto de Lei 977/XII - Reforça a proibição de criação de taxas das autarquias locais por serviços gerais e de benefício difuso procedendo à terceira alteração à Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro.

8. COORDENADORA NACIONAL DO TRABALHO

A Coordenadora Nacional de Trabalho (CNT) foi eleita na Mesa Nacional de 11 janeiro de 2015 e a sua intervenção teve como iniciativas mais relevantes os encontros sobre a “Reforma do Estado” e os “Direitos individuais e coletivos e o futuro do sindicalismo”.

A CNT empenhou-se em 2015 nas eleições para a Assembleia da República, na elaboração do programa eleitoral, nomeadamente no campo laboral e da segurança social. Registou-se como positivo o Manifesto de Apoio de 170 sindicalistas, membros de Comissões de Trabalhadores e de outros movimentos sociais.

Desenvolveu-se uma Campanha contra o Desemprego! “35 Horas de trabalho/semanais, emprego para todos!, que só foi levantado a cabo no Porto. Reverter o que nos foi roubado!

Aprofundou-se a relação de trabalho com os deputados da área laboral para tentar reverter alguma relação de forças capital-trabalho a favor do capital que vem de trás, com o abandono do “tratamento mais favorável”, na relação individual e coletiva de trabalho com as sucessivas desregulações da legislação laboral que têm vindo progressivamente a individualizar as relações de trabalho, a flexibilizar e a liberalizar os despedimentos, também tornados mais baratos e a promovendo a desregulação do horário de trabalho, numa deliberada tentativa de impor em Portugal um modelo de desenvolvimento baseado na precariedade, nos salários baixos e baixos custos de trabalho.



No sentido de “tirar a troika das relações laborais” foi entregue na Assembleia da República diversos projetos sobre a precariedade, tratamento mais favorável e negociação e contratação coletiva, este com uma audição pública.

Foram acompanhadas e apoiadas, em 2015, às eleições para as CT's, subCT's: na EFACEC, no quadro da sua reestruturação (entrada de capital angolano) desta ex-transnacional portuguesa (Lx. - Maia) realizaram antes as suas eleições e na outra realizar-se-á em maio/Jun. 2015, Autoeuropa/Março 2015, Metro do Porto, REN./Fev.2015, Vimeca/Jan. 2015 (só por boicote do sindicato não existe hoje CT, pelo que temos de fazer um plano de intervenção concreto), ajudou-se a criar de raiz uma nova CT dos SIMAR (Loures/Odivelas) onde a vontade dos trabalhadores se sobrepôs á do PCP e do STAL, tendo eleito 2 dos 3 elementos, Não foi possível realizar um Encontro Nacional de CT's como era desejável.

Foram acompanhadas as eleições em sindicatos e federações - SPGL, SPZS, Fiequimetal, entre outros, onde se destaca o SPGL onde os camaradas do Bloco formaram uma lista própria com elementos do PCP. A maioria dos professores votaram pela continuidade e pela continuação democracia sindical de que o SPGL foi portador muito pela nossa ação sindical. É necessário “começar de novo” para afirmar no terreno uma alternativa à atual direção.

A CGTP-IN é o movimento social, estruturado, de maior dimensão a intervir em Portugal. Estruturado a partir da empresa, através da intervenção dos sindicatos e com uma taxa de sindicalização média em termos europeus, apreciável. O Bloco sempre privilegiou a intervenção no movimento das CT's, que ano após ano foi enfraquecendo mas nunca deixamos de concorrer ao nível da empresa, sempre que possível e pontualmente no movimento sindical, onde sempre tivemos representação no Conselho Nacional, chegando a 6 (em 147) no antepenúltimo Congresso.

. Concluimos que a intervenção do Bloco no Congresso da CGTP marca a necessidade de

alterarmos radicalmente o trabalho nas empresas, nos sindicatos e na sua relação com a sociedade..

O Bloco tem que de afirmar um sindicalismo representativo, unitário, democrático, solidário e cujo principal impulso se centre na renovação e na democracia, a partir da base e afirmando-se a todos os níveis.

Nas últimas eleições legislativas, aproximaram-se do Bloco, mais sindicalistas, o que exige mais trabalho pois ainda temos poucos núcleos de empresa ou setor, que permita ter mais “massa crítica” que dispute massas e a representação na CT ou no sindicato.

Favoreceu-se o objetivo de melhorar o trabalho em rede, continuar a apoiar o aparecimento de grupos distritais de trabalho, nomeadamente, em Lisboa (a formar em maio), Setúbal, Braga, Algarve (formado a 30 abril), entre outros. Melhorando, desta forma a coordenação e a comunicação através de uma maior ligação com as coordenadoras distritais ganhando-as para a importância da criação de grupos de trabalho para as questões laborais e da realização de plenários distritais de ativistas, dando dimensão distrital à nossa intervenção, nas empresas e sectores.

Por outro lado, devem ser mantidas a ligações e a participação a nível Internacional - Ao grupo de sindicalistas PEE, GUE/TUNE. Estas ligações e participações são importantes para disputar e conjugar lutas no plano europeu, em particular entre os países do sul.

As mutações do mundo do trabalho e da sua organização exigem a sua compreensão e intervenção, pelo que é necessário juntar “massa crítica” como os Precários Inflexíveis e a CULTRA ao conjunto de ativistas, sindicalistas e membros de CT's.

9. COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS

Esta Coordenadora Nacional de Jovens foi eleita num momento de mudança: a organização de jovens passou a ser mais abrangente na medida em que deixou de se circunscrever apenas ao setor estudantil para se alargar a todos e todas as jovens que se queiram juntar ao movimento.

Esta alteração permitiu abrir a discussão política para mais temas que afetam os jovens: não só a falta de democracia nas escolas, mas também a falta de direitos no trabalho, não só as propinas elitistas, mas também a precariedade e a ameaça de emigração.

Permitiu também que a voz dos ativistas jovens do Bloco chegasse às temáticas da ecologia, do anti proibicionismo, do feminismo, do movimento lgbtqi+, do desporto, entre outros. Passado um ano, o balanço que fazemos é positivo porque trouxe mais discussão, mais abrangência e mais democracia.

Prioridades do programa - balanço:

O papel do ensino secundário: neste âmbito penso que teremos que fazer o balanço mais negativo de todo o mandato. Apesar de termos, hoje, mais jovens aderentes que estudam no secundário, ainda não conseguimos criar uma dinâmica autónoma, forte, no ensino secundário. Existe ainda uma incapacidade de criar uma rede de ativismo neste setor. No entanto, temos hoje alguns camaradas ativos no Bloco que têm vindo, ainda de forma tímida e não muito articulada, a pensar estes temas.

Revitalizar a luta no Ensino Superior: conseguimos criar alguma movimentação no início do ano letivo de 2015 com a luta contra as praxes. Os movimentos estudantis, onde aderentes do bloco de esquerda têm lugar, foram fomentados e surgiram novos em algumas faculdades. Apesar disso, o movimento estudantil a nível nacional ainda está muito aquém do necessário para as lutas necessárias. Os camaradas que hoje fazem parte de Associações de Estudantes ou movimentos estudantism como coletivos, tentam desenvolver um trabalho no sentido de criar espaços de discussão e ação alternativos, mas a hegemonia das juventudes partidárias de direita continua a impedir que, em larga escala, o movimento estudantil e se pronuncie nas ruas.

Mobilizar os bolsiros de investigação: Tendo existido várias posições políticas na defesa dos bolsiros de investigação e de alteração ao seu estatuto, neste tema não foi possível criar movimento nos locais de estudo como

esperado. A nossa luta é garantir que existam realmente medidas que combatam a precariedade.

Lutar pelo direito ao emprego e pelo emprego com direitos: no âmbito do debate política esta questão tem cada vez mais importância, seja pela quantidade de jovens que emigraram até hoje, seja pelo crescendo de trabalho sem direitos, precário, ou pelos estágios eternos. Não obstante, faltou uma campanha nacional mais visível e alargada. As várias sessões distritais que organizamos foram abordados estes assuntos.

Compromisso com os direitos LGBTIQIA+: participação em vários movimentos e nas marchas anuais.

Defender o ambiente e os direitos dos animais: o grupo de ambiente do bloco de esquerda tem sido reativado, com a participação de muitos jovens. Nos direitos animais, importa reativarmos e alargarmos o nosso contributo (tanto nas ruas como institucionalmente), cuja responsabilidade deve ser assumida não só pelos jovens mas por todo o partido.

Legalização das drogas leves: participação na Marcha Mundial da Marijuana em Lisboa e no Porto.

Urge hoje criar um espaço de discussão e troca de documentos e partilha de ideias, na net, onde todos os jovens ativistas do Bloco, a nível nacional, possam aceder. Só com uma rede de ativistas conseguiremos alavancar os Jovens do Bloco. Essa proposta já foi feita à sede nacional, no sentido de melhorar o atual site do bloco.org e criar um fórum interno.

O Jornal Pão e Cravos tem sido uma das referências na divulgação das ideias do Bloco, combinando ideologia com ação e proposta política.

Relatório das Atividades da CNJ - Abril de 2015 a Abril de 2016

Acampamento Liberdade 2015

Inconformação 2016

Encontro de Jovens Ativistas no Algarve, San-



tarém, Coimbra, Setúbal, Gondomar, Gaia, Maia

Debate sobre Financiamento da Escola Pública, no Porto

Reuniões da Coordenadora Nacional de Jovens (faltam aqui datas)

4 Edições do Jornal Pão e Cravos

Campanha #E se fosse eu a decidir (Refugiados)

maior por móveis

Instagram (novo)

2 104 seguidores

Youtube esquerda.net

2, 7 milhões de visualizações, dados de 2014
3, 38 milhões de visualizações, dados de 2016 (esquerda.net - 2.193.924, Leiria 1.187.146 visualizações)

10. Organização e Comunicação

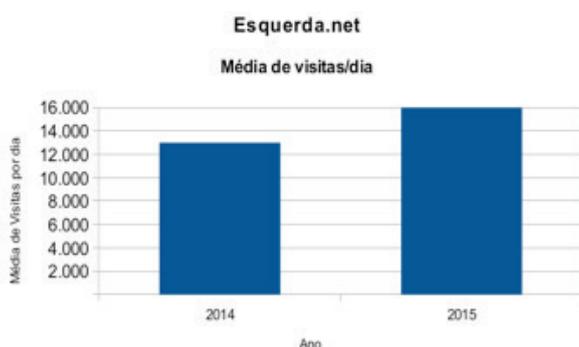
10.1 Blocoesfera

Esquerda.net

Visitas

2014 - 4, 8 milhões de visitas, média superior a 13.000

2015 - 6 milhões de visitas, média de 16.000 por dia



Blocosfera

(esquerda.net+beparlamento.net+bloco.org)
2014 - 5, 9 milhões de visitas, média superior a 16.000

2015 - 6, 8 milhões de visitas, média de 18.600

Redes Sociais

Facebook

amigos - de 25.000 (2014) para 44.613 (2016)

Twitter

seguidores de 9.584 (2014) para 13.247 (2016)

twitadas 18.000 (2014) para 26.900 (2016)

Flickr

3.060.113 visualizações de fotos em 2014

4.414.722 visualizações de fotos em 2016

27.163 fotos carregadas

Quadro como exemplo da utilização cada vez

Youtube Bloco no Parlamento

2.864.414 visualizações (2016)

Os dados de 2016 são do dia 28 de abril.

10.2 Iniciativas, Materiais Gráficos e Publicações

Ao longo do mandato da Mesa Nacional o Bloco envolveu-se em três campanhas eleitorais: Legislativas, Presidenciais e Regionais da Madeira. Devido aos resultados crescentes em cada um dos períodos eleitorais, o Bloco multiplicou o seu número de sessões, o que determinou a criação de numerosos materiais gráficos para impressão ou publicação online.

Além disso, foram feitos numerosos materiais gráficos para apoio a campanhas locais ou setoriais, tais como faixas contra a privatização da TAP, da Portugal Telecom, ou pela defesa da Educação Pública.

O número de materiais exclusivamente online aumentou, já que além das impressões em papel, todos as sessões passaram a ter materiais digitais para publicação online não só na "agenda" do portal Esquerda.net bem como para criação dos respetivos eventos nas redes sociais Facebook e Twitter. Houve eventos e publicações que tiveram apenas suportes digitais, exemplos disso são os Boletins mensais do Grupo +60 — 18 boletins neste período — e os materiais de divulgação das 10 audições publicas promovidas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Foi produzido um folheto específico para o grupo +60 com uma tiragem de 50 mil exemplares.

Foram realizados dois festivais de cinema "Desobedoc" na cidade do Porto, e produzidos outdoors, mupis, faixas e uma tiragem de jornais específicos.

DEBATES #1 -RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2014 -2016)

Foram realizados materiais para o as Jornadas Autárquicas 2015, Encontro do Trabalho, para a Conferência Nacional de Jovens, para o Socialismo 2015, Acampamento de Jovens 2015 e para o Inconformação 2016.

Foram realizadas inúmeras sessões de esclarecimento com materiais de apoio a debates de norte a sul sob o lema a “Austeridade é um Roubo” bem como um folheto e um mupi a apelar à assinatura da petição.

Também foram feitos materiais gráficos sobre o “caso BES” e já depois das eleições legislativas com divulgação das sessões dom o lema “A força da Esperança”. Foram ainda realizados alguns ciclos de cinema por todo o país que contaram com divulgação online.

Foram editadas duas edições da revista Vírus, que totalizaram 1000 exemplares.

Desde novembro de 2014, lançámos um total de 18 outdoors com temas diferentes e 22 edições de mupis. Na campanha das legislativas foram feitas 16 versões em dois momentos diferentes. As presidenciais contaram com 3 outdoors. No mesmo período foram feitos 3 outdoors de edição limitada para campanhas específicas, nomeadamente de “solidariedade com o povo grego”, da “cimeira do clima” e da “aprovação da lei da adopção”. Para a campanha das Eleições Regionais da Madeira foram feitos minis, mupis e folhetos.

Foram editadas vinte e uma edições do jornal Bloco Gratuito.

Jornal Bloco

2015	Nº	Mês	Campanha	Tiragem
	35	Junho - Lisboa/Nacional, Aveiro, Setúbal, Faro, Porto, Braga, Coimbra, Açores, Madeira	Legislativas	356 000
		2ª Edição - Lisboa/Nacional, Aveiro, Setúbal, Faro, Porto, Braga, Coimbra, Açores, Madeira	Legislativas	960 300
	36	3ª EDIÇÃO, NACIONAL	Legislativas	300 000
		Novembro		365 000
		TOTAL		1 981 300

2016	Nº	Mês	Campanha	Tiragem
	37	Março	Presidenciais	365 000
		2ª Edição	Presidenciais	300 000
		TOTAL		665 000
		TOTAL		2 646 300

MUPIS		Campanha	
2014			
Dezembro	"Podemos parar a privatização"		
Novembro	"Unidos Contra a Austeridade"	65	Sessão Internacional
	TOTAL	65	
2015			
Janeiro	"A Austeridade é um roubo"	1200	
	"Não somos escravos"		
Fevereiro	"As pessoas acima dos lucros"	200	Regionais 15
Fevereiro	"Sempre na Luta" 1	75	Regionais 15
	"Sempre na Luta" 2	75	Regionais 15
Março	"podemos fazer a diferença"	150	Regionais 15
Abril	"Reforça a luta"	100	Regionais 15
Março	"Eles Nunca se lembram de nada"	1200	
Maior	"Recuperar o que é nosso"		
Junho	"Jornadas Autárquicas"	30	
Julho	"Um país não se vende"	1200	
Agosto	"Fazer a diferença - Gente de verdade"		
	Nacional	452	
	Edição Lisboa	308	
	Edição Porto	140	
	Edição Braga	50	
	Edição Setúbal	267	
	Edição Aveiro	45	
	Edição Faro	91	
	Edição Évora		
	Edição Viseu		
	Edição Vila Real		
	Edição Coimbra	70	
	Edição Santarém	64	
	Edição Guarda		
	Edição Leiria		
	Edição Bragança		
	Edição Madeira	150	
Outubro	"A força da Esperança"	1200	
Novembro	"Uma por todos"	1592	Presidenciais
Dezembro	"A esperança conquista-se"	1592	Presidenciais
	TOTAL	8451	
2016			
Janeiro	"Vota Marisa"	1742	Presidenciais
	"Pagamos para vender, Novo Banco"	1300	
Março	"Tarifa Social"	1200	
	"Mupi Madeira tarifa social"	150	
Março/Abril	"Desobedec"	150	
	TOTAL	4542	
	TOTAL 2014 - 2016	12993	

2014				Estruturas
Data	Tema	Campanha		8x3
Dez	"Uma em cada 3 crianças vive na pobreza"			180
2015				
Data	Tema	Campanha		8x3
Fevereiro	"Um governo mais alemão que o alemão"			180
Abril	"Desobedec"			5
Maior	"Futuro com Dignidade"			180
	"Solidariedade Grécia"			1
Julho	"Um país não se vende - a todos o que é de todos"	Legislativas		170
Agosto	"Desemprego" 25 + 25	Legislativas		50
	"Fazer a diferença, gente de verdade" Aveiro, Braga, Porto, Lisboa, Faro, Santarém, Coimbra, Setúbal	Legislativas		185
	"Faz a diferença, vota Bloco"	Legislativas		180
Outubro	"Muda o sistema, não o clima"			1
Novembro	"A Força da Esperança"			170
Dezembro	"Uma por todos"	Presidenciais		180
Dezembro	"A Esperança Conquista-se"	Presidenciais		170
				1472
2016				Estruturas
Data	Tema	Campanha		8x3
Janeiro	"Vota Marisa"	Presidenciais		170
Fevereiro	"Novo Banco pagamos para Vender"			180
Fevereiro	"Igualdade"			2
Abril	"Tarifa Social"			180
Abril	"Desobedec"			3
				535

2014 - 2016 SÍNTESE	
18	TEMAS OUTDOOR (8X3)
de 158 a 163	ESTRUTURAS 8X3M

NÃO USAMOS ESTRUTURAS MINI


2014 Produção Central de Iniciativas

Nº	Iniciativas Dezembro	Data
2	Sessões *	
2	Plenários	
2	Reuniões	
1	Iniciativas	
1	Piquete	
5	Almoços/jantares/convívios	

TOTAL 13

2015

Nº	Iniciativas Janeiro	Data
7	Reuniões	
8	Iniciativas	
1	Visitas	
5	Plenários	
1	Almoços/jantares/convívios	

TOTAL 22

2015

Nº	Iniciativas Fevereiro	Data
7	Sessões	
3	Almoços/jantares/convívios	
4	Reuniões	
2	Concentrações	
1	Manifestação	
1	Plenário	
1	Comício	

TOTAL 19

2015

Nº	Iniciativas Março	Data
6	Reuniões	
7	Visitas	
2	Almoços/jantares/convívios	
1	Mural dia da Mulher	
1	Iniciativas	
1	Comício	
1	Sessão	
1	Conferência de Jovens	28-mar
1	Eleições Madeira	29-mar

TOTAL 21

2015

Nº	Iniciativas Abril	Data
3	Almoços/jantares/convívios	
3	Visitas	
2	Sessões	
3	Reuniões	
2	Iniciativas	
1	Encontro Interior	18-abr
1	Desobedoc	24 a 26 de abril
1	Manifestação 25 Abril	25-abr
1	Comício	
1	Plenário	

TOTAL 18

2015

Nº	Iniciativas Maio	Data
1	Manifestação 1º Maio	01-mai
1	Marcha Global Marijuana	
2	Visitas	
2	Reuniões	
5	Iniciativas	
1	Comício Solidariedade Grécia	08-mai
1	Encontro Nacional Feminista	16 e 17 maio
1	Jornadas parlamentares	18 e 19 maio
1	Programa Grandes Eixos	30-mai

TOTAL 15

2015

Nº	Iniciativas Junho	Data
6	Visitas	
1	Jornadas Autárquicas	06-jun
2	Sessões	
1	Piquete Greve Metro	17-jun
3	Reuniões	
1	Marcha LGBT	20-jun
1	III Conferência Nacional	21-jun

TOTAL 15

2015

Nº	Iniciativas Julho	Data
1	Solidariedade Grécia	02-jul
2	Jantar / Almoço / Convívio	
1	Concentração	
2	Visitas	
6	Sessões	
2	Arruadas	
4	reuniões	
1	Mural	
6	Comícios de Verão	
1	Acampamento Liberdade	22 a 26 de julho

TOTAL 26

DEBATES #1 -RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2014 -2016)

2015		
Nº	Iniciativas Agosto	Data
5	Comícios de Verão	
2	Entregas de Listas	
6	Visitas	
1	Almoço / Jantar / Convívio	
1	Forum Socialismo 2013	28 a 30 Agosto
TOTAL		15

2015		
Nº	Iniciativas Setembro	Data
35	visitas	
4	Reuniões	
5	Iniciativas	
12	Comícios	
17	Almoços /jantares / Convívios	
15	Arruadas	
2	Manifestações	
TOTAL		90

2015		
Nº	Iniciativas Outubro	Data
1	Noite eleitoral	04-out
3	Plenários	
3	Reuniões	
5	Sessões Publicas	
1	Marcha Mundial Mulheres	
TOTAL		13

2015		
Nº	Iniciativas Novembro	Data
7	reuniões	
1	Plenário	
10	Lançamentos Candidatura	
4	Sessões	
2	Jantares / Almoços / Convívios	
3	Visitas	
1	Manif. Dia Internacional Contra Violência	25-nov
TOTAL		28

2015		
Nº	Iniciativas Dezembro	Data
12	Reuniões	
9	Sessões	
10	Visitas	
10	Almoços / Jantares / Convívios	
1	Entrega Candidatura	17-dez
1	Fórum de Ideias, MUDE	19-dez
1	Convívio Alcouce	26-dez
1	Lançamento Candidatura	
TOTAL		45

2016		
Nº	Iniciativas Janeiro	Data
25	Visitas	
10	Jantares / Almoços /Convívios	
3	Reuniões	
3	Sessões	
6	Arruadas	
6	Comícios	
TOTAL		53

2016		
Nº	Iniciativas Fevereiro	Data
2	Reuniões	
3	Visitas	
7	Sessões	
1	Encontro Nacional +60	20-fev
TOTAL		13

2016		
Nº	Iniciativas Março	Data
6	Visitas	01-mar
11	Sessões	
4	reuniões	
1	Almoço / Jantar / Convívio	
1	Feminismos contra a Austeridade	42435
1	Encontro Tejo	20-mar
TOTAL		24

2016		
Nº	Iniciativas Abril	Data
1	Convencção Regional Madeira	03-abr
3	Reuniões	
2	Iniciativa	
4	Sessões	
1	Almoço Nacional 17º Aniversário	
1	Inconformação	29 Abril a 1 Maio
1	manifestação 25 Abril	25-abr
TOTAL		13

2016		
Nº	Iniciativas Maio	Data
1	Manifestação 1º de maio	
8	Comícios	
TOTAL		9

TOTAL 2016	112
TOTAL INICIATIVAS 2014-2016	452



10.3 Aderentes

Desde 23/11/2014, o Bloco de Esquerda recebeu 1223 novas adesões e 221 aderentes cancelaram a sua adesão. O Bloco de Esquerda tem atualmente 10242 aderentes inscritos

Distrito/Região	Adesões	Saídas	Números atuais
Açores	34	7	368
Aveiro	106	14	858
Beja	16	1	178
Braga	41	12	809
Bragança	5	1	141
Castelo Branco	11	5	149
Coimbra	31	10	524
Europa	17	0	84
Évora	19	4	121
Faro	48	6	547
Guarda	9	1	112
Leiria	24	6	314
Lisboa	291	75	2863
Madeira	48	9	485
Mundo	2	0	8
Portalegre	52	2	224
Porto	301	39	1848
Santarém	28	2	452
Setúbal	96	21	1084
Viana do Castelo	9	3	96
Vila Real	10	1	73
Viseu	36	3	396
TOTAL	1234	222	11734
Aderentes	2014	2016	
Homens	6235	7881	
Mulheres	3005	3853	

10.4 Estruturas concelhias, distritais e regionais

No presente mandato da Mesa Nacional realizou-se a Convenção Regional do Bloco de Esquerda da Madeira, bem como 8 eleições para Comissões Cordenadoras Distritais e 35 eleições para Comissões Cordenadoras Concelhias.

Eleições concelhias

Concelhia	Data
Santarém	16/11/2014
Lisboa - Vila Franca de Xira	31/01/2015
Porto - Porto	14/02/2015
Setúbal - Sesimbra	21/03/2015
Braga - Barcelos	07/03/2015
Santarém - Abrantes	08/03/2015
Açores - São Miguel - Ponta Delgada	06/03/2015
Setúbal - Seixal	09/05/2015
Aveiro - Ovar	04/04/2015
Setúbal - Montijo	13/03/2015
Porto - Matosinhos	02/05/2015
Açores - Terceira	31/03/2015
Santarém - Torres Novas	13/06/2015
Portalegre - Portalegre	31/01/2016
Açores - São Miguel - Ribeira Grande	17/07/2015
Braga - Guimarães	05/09/2015
Setúbal - Almada	05/12/2015
Porto - Vila do Conde - Póvoa	05/12/2015
Porto - Vila Nova de Gaia	20/02/2016
Portalegre - Ponte de Sor	21/02/2016
Aveiro - Aveiro	05/03/2016
Faro - Lagoa	12/03/2016
Faro - Faro	09/04/2016
Lisboa - Sintra	09/04/2016
Lisboa - Vila Franca de Xira	09/04/2016
Lisboa - Lisboa	09/04/2016
Lisboa - Cascais	09/04/2016
Lisboa - Odivelas	09/04/2016
Lisboa - Amadora	09/04/2016
Lisboa - Loures	09/04/2016
Lisboa - Oeiras	09/04/2016
Setúbal - Barreiro	30/04/2016
Faro - Portimão	28/05/2016
Viseu - Viseu	14/05/2016
Braga - Vila Nova de Famalicão	30/04/2016
Faro - Castro Marim	05/06/2016

Eleições distritais

Distrital	Data
Castelo Branco	30/05/2015
Guarda	30/05/2015
Bragança	26/06/2015
Santarém	12/12/2015
Évora	30/01/2016
Portalegre	28/02/2016
Lisboa	09/04/2016
Viseu	14/05/2016
Aveiro	14/05/2016
Leiria	28/05/2016

Rede de sedes do Bloco

Atualmente, o Bloco de Esquerda tem 83 sedes, um acréscimo de 3 sedes face à rede que existia à data do ultimo relatório de atividades da Mesa Nacional. Esta rede cobre todos os distritos e Regiões autónomas.

Esta estabilidade no número de sedes enquadra-se no espírito de contenção de despesas que se manteve ao longo de todo o mandato, dado que este é um fator importante nas finanças das distritais. As novas sedes são já fruto da melhoria das condições financeiras dos últimos meses.

Dentro dos concelhos que mantiveram as suas sedes várias renegociações de contratos para redução de custos e também trocas de sedes para localizações mais vantajosas.

Sedes do Bloco de Esquerda

Açores	4
Aveiro	4
Beja	2
Braga	4
Bragança	1
Castelo Branco	3
Coimbra	3
Évora	1
Faro	7
Guarda	1
Leiria	3
Lisboa	10
Madeira	1
Portalegre	3
Porto	12
Santarém	8
Setúbal	11
Viana do Castelo	2
Vila Real	1
Viseu	2
Total	83

10.5 Finanças

O mandato da Mesa Nacional foi marcado pela realização de eleições legislativas em outubro de 2015. Os bons resultados nessas eleições alteraram substancialmente as condições de financiamento do Bloco, já que a subvenção mensal quase duplicou, e implicaram que as despesas da campanha eleitoral fossem suportadas integralmente por subvenção pública. Já em 2016 realizaram-se as eleições presidenciais onde a candidata apoiada pelo Bloco, Marisa Matias, teve também um resultado que garantiu ao Bloco de Esquerda a devolução dos valores de apoio a esta campanha.

Estes resultados permitiram inverter a tendência dos dois anos anteriores (2013 e 2014) os quais apresentaram resultados negativos. Esses resultados negativos estavam já previstos nos orçamentos respetivos, tendo ficado até abaixo do previsto e sendo perfeitamente suportados pelas reservas anteriormente acumuladas.

O ano de 2014, que foi encerrado já no decurso do mandato da presente Mesa Nacional, apresentou um resultado negativo de 185 mil euros, no qual se inclui um valor de 49 mil euros destinado às eleições europeias de 2014 e também o financiamento da Convenção Nacional que, representou, também ela, um custo global de 49 mil euros. Em geral o Bloco manteve um volume de atividade e de estrutura um pouco acima das receitas, procurando manter a força da sua presença pública até às eleições legislativas.

Esse esforço foi considerado determinante para a atividade política e foi mantido no primeiro semestre de 2015, tendo sido aprovado um orçamento anual que previa um forte abate nas reservas e um resultado negativo que poderia ascender aos 393 mil euros, incluindo um prejuízo de campanha de 150 mil euros.

Os resultados eleitorais acabaram por validar esta estratégia dando origem a resultados muito melhores do que o previsto no orçamento. As previsões de resultados para 2015 (cujas contas se encontram em processo de fecho) apontam para um resultado positivo que poderá ultrapassar os 150 mil euros e o ano foi encerrado com o pagamento de todas as dívidas bancárias pendentes. As reservas mantiveram-se acima de 300 mil euros, ainda que tenham descido consideravelmente face aos valores disponíveis no final de 2014.

Os primeiros meses de 2016 são um reflexo dessa melhoria das condições de financiamento, tendo-se apostado na contratação de mais funcionários para as estruturas distritais e também para algumas equipas da sede central e para o apoio à atividade do Grupo Parlamentar. Foram aumentados os valores de apoio central às regiões em cerca de 50%, garantindo-se um valor mínimo de apoio de 900€. Foram já adquiridos meios informáticos de reforço para todas as regiões/distritais e está em curso a aquisição de viaturas para os funcionários que cobrem vários distritos.



Também as viaturas relacionadas com as atividades nacionais foram renovadas, dado o forte desgaste que já apresentavam, sobretudo após as últimas campanhas eleitorais.

Durante o ano de 2016 estão previstos recursos para a realização das atividades habituais como o acampamento de Jovens, o Socialismo e os comícios de Verão e prevê-se manter também os tipos habituais de propaganda regular nomeadamente ao nível da rede de cartazes outdoor e da distribuição de jornais gratuitos. A principal atividade do ano, no que diz respeito ao peso nas despesas, será a Convenção Nacional, que terá um custo provavelmente ligeiramente superior ao verificado em 2014.

As reservas acumuladas no final de 2015 estiveram disponíveis para o apoio à candidatura presidencial mas também nesse caso foi possível repor os valores disponibilizados. Assim, o Bloco neste momento está a repor as reservas nos níveis considerados seguros.



BALANÇO DE ATIVIDADE DA COMISSÃO DE DIREITOS ELEITA NA IX CONVENÇÃO

07 de maio de 2016

A atual Comissão de Direitos (CD), eleita na IX Convenção do Bloco de Esquerda, é composta por Almerinda Bento, Francisco Alves, Helena Figueiredo, José Castro, Mariana Carneiro, Renato Soeiro e Teodósio Alcobia.

Durante o seu mandato, a Comissão de Direitos reuniu por treze vezes: dez reuniões ordinárias, que coincidiram com a realização de reuniões da Mesa Nacional, e três reuniões extraordinárias.

Um dos aspetos a assinalar diz respeito ao facto de esta Comissão de Direitos se ter confrontado com novas exigências face a anteriores mandatos, o que decorre, nomeadamente, do acréscimo das suas competências, resultante da alteração, aprovada na VIII Convenção, do artigo 9º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, que passou a estipular que cabe também a este órgão “sugerir, sempre que possível, os procedimentos mais adequados a adotar face à exposição apresentada”.

Assinalamos também a adoção, por parte da atual CD, de uma metodologia que determina a distribuição de cada processo que dê entrada neste órgão a um membro, que exerce a função de relator, cabendo-lhe estudar o caso e propor uma decisão à consideração da Comissão de Direitos. Esta função de relator deveria ter sido exercida rotativamente por todos os membros da CD, o que não chegou a acontecer.

Temos ainda a registar os esforços desta CD no sentido de incentivar a participação de todos/as os/as membros nas reuniões, recorrendo, inclusive, à participação via skype, bem como as dificuldades sentidas no que a esta matéria diz respeito.

das exposições recebidas na Comissão de Direitos, que não aprofundamos mais por forma a salvaguardar a privacidade das mesmas bem como de quem as formulou:

- Distrito de Portalegre – exposições recorrentes, uma das quais herdada da anterior CD. As exposições versam sobre as mais variadas matérias, desde processos eleitorais a ratificações de novos aderentes, problemas com a gestão de sedes locais, etc.

- Beja – exposição sobre relacionamento entre camaradas

- Vila do Conde/Póvoa do Varzim – exposição sobre a criação de uma interconcelhia

- Porto – pedido de esclarecimento sobre limitação de mandatos dos membros dos secretariados das comissões coordenadoras concelhias

- Porto – pedido de esclarecimento sobre âmbito territorial e processo de formação de uma concelhia

- Santarém – exposição sobre processo eleitoral da CCC de Santarém

- Évora – exposição sobre realização de Assembleias distritais

- Leiria – exposição sobre lista Candidata ao Circulo Eleitoral de Leiria (Eleições Legislativas 2015)

- Matosinhos – exposição sobre processo eleitoral da CCC de Matosinhos

- Oeiras – exposição sobre lista Candidata ao Circulo Eleitoral de Lisboa (Eleições Legislativas 2015)

- Cascais – exposição sobre eleição da CCC de Cascais

- Lisboa – exposição sobre processo de recrutamento de um/a funcionário/a para a distrital de Lisboa

- Porto – análise de um caso de dupla militância



- Loures – exposição sobre eleição da CCC de Loures
- Vila Franca de Xira – exposição sobre relacionamento entre camaradas
- Cascais – pedido de esclarecimento sobre formação de núcleos
- Viseu – pedido de esclarecimento sobre isenção de quotas
- Évora – exposição da CCD de Évora
- Vila Franca de Xira – pedido de recurso face à não ratificação de núcleo por parte da CCC

Todas as exposições mereceram a análise e resposta da CD, embora por vezes com alguma demora excessiva.

Saudações bloquistas,

A Comissão de Direitos eleita na IX convenção do Bloco de Esquerda,

Almerinda Bento

Francisco Alves

Helena Figueiredo

José Castro

Mariana Carneiro

Renato Soeiro

Teodósio Alcobia



PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS APRESENTADAS PELA MESA NACIONAL

PROPOSTA 01

Alteração ao artigo 21º

Artigo 21º

Sistema de votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos. **A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato, uma comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspetiva da eficácia e transparência do voto por correspondência.**

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

PROPOSTA 02

Adaptação dos Estatutos do Bloco de Esquerda à linguagem inclusiva

Artigo 1º

Definição e Objetivos

1 - [.....]

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de **cidadãs e cidadãos**, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate as formas de exclusão baseadas em discriminações de caráter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião ou de classe

social.

3 - [.....]

Artigo 3º

Aderentes

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - Cada aderente **vincula-se** a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de **filiação**. No caso de aderentes fora do país, **a vinculação é feita** a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para **quem reside** no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - [.....]

7 - [.....]

Artigo 4º

Direitos das e dos aderentes

1 - São direitos **das e dos** aderentes do Bloco de Esquerda:

a) [.....]

b) Eleger e **ser eleita ou eleito** para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento.

c) Ser **informada ou informado** sobre a atividade do Movimento.

d) [.....]

e) [.....]

2 - O exercício dos direitos **das e dos** aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.



Artigo 5º

Responsabilidades das e dos aderentes

1 - São responsabilidades **das e dos** aderentes:

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação **da própria ou do próprio** no ano seguinte.

Artigo 6º

Sanções

1 - **Às e aos** aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]

2 - [.....]

a) A **nenhuma ou a nenhum** aderente pode ser imposta qualquer medida disciplinar sem lhe ter sido dada a possibilidade de ser previamente **ouvida ou ouvido**.

3 - [.....]

a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação **à ou ao** aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações **da ou do** recorrente.

b) [.....]

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes **indicadas ou indicados** pela Mesa Nacional.

a) [.....]

b) É obrigatoriamente facultada **à ou ao** aderente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

5 - [.....]

Artigo 8º

Convenção nacional

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta **pelos e pelos aderentes** que para ela foram **eleitas e eleitos** nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento **das e dos aderentes**.

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - [.....]

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 50% de membros que não sejam **deputadas ou deputados**, nacionais ou europeus, **funcionárias ou funcionários** do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes **eleitas e eleitos** pelo Movimento.

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais e regionais, decidir sobre **a primeira candidata ou candidato** das listas à A.R. e às A.L.R, no caso de círculos com até três **deputadas ou deputados**, e sobre o primeiro quinto de **candidatas e candidatos** nos restantes círculos. As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas



na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - [.....]

7 - Compete à MN aprovar a lista de **candidatas e candidatos** ao Parlamento Europeu.

8 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política **das eleitas e dos eleitos**.

Artigo 12º

Assembleias concelhias, regionais ou distritais

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas **pelas e pelos aderentes respetivos** e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - [.....]

a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% **das e dos aderentes** inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição **das e dos** representantes à Convenção Nacional, nos termos do respetivo Regulamento.

Artigo 16º

Direito à informação

1 - **Todas e todos os aderentes** têm o direito de conhecer as deliberações dos órgãos.

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - **As e os aderentes** têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política, que são publicadas no sítio do Bloco.

Artigo 21º

Sistema de votação

1 - As deliberações no Movimento são tomadas por maioria simples de votos **das e dos aderentes** presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

Artigo 22º

Finanças

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições **das suas e dos seus aderentes** e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.

2 - [.....].

3 - [.....].

4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável **à Tesoureira ou Tesoureiro** a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação **da Tesoureira ou Tesoureiro, sujeita ou sujeito** a ratificação pela Mesa Nacional;

b) **As Tesoureiras e os Tesoureiros** das estruturas locais são responsáveis, no respetivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - [.....]



Moção A
FORÇA DA ESPERANÇA

O BLOCO
À CONQUISTA DA
MAIORIA



O Bloco de Esquerda é uma força socialista, que combate a exploração e a desigualdade. O Bloco luta pela maioria e pela transformação social e económica que resulte de um renovado protagonismo popular com raízes na revolução de 1974-75. O Bloco propõe, para Portugal e para a Europa, um programa alternativo, ecologista e feminista, de desobediência aos poderes que nos impõem a austeridade e a guerra.

1 - CRISE CRÓNICA, INSTABILIDADE PERMANENTE

1.1. A crise financeira iniciada em 2007 transformou-se numa recessão económica mundial. Falhadas todas as promessas de controlo do casino financeiro, fracassada a constituição de uma potência europeia integrada, a austeridade cresceu como estratégia de resposta à crise, pela transferência de rendimentos do trabalho para o capital. A atual concentração de riqueza só é comparável à do mundo industrializado nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Os 10% mais ricos detêm hoje 90% do património mundial.

1.2. A quebra do poder de compra da maioria da população e a desregulação na atividade financeira, em detrimento dos setores produtivos, foi a estratégia capitalista para a reposição da taxa de lucro e resultou numa contração da economia a nível mundial. A União Europeia, mergulhada na recessão económica e com as dívidas soberanas a dispararem nos países da periferia do euro, tornou-se um fator de instabilidade no capitalismo mundial. O contágio pela crise financeira de países que durante algum tempo pareceram imunes à crise, com a quebra do preço do petróleo e a contração das economias da Rússia ou do Brasil, adensam os riscos de nova recessão mundial. A China, depois de constituir uma burguesia autónoma a partir do partido único e alcançar o estatuto de segunda potência mundial, está a braços com um crescendo do protesto social, num ciclo de bolhas especulativas e sucessivos escândalos financeiros, e é um motor em dificuldades no capitalismo mundial.

1.3. Os governos não contrariam a recessão, porque esta significa uma perda de rendimento e de força social do trabalho. A ordem na política monetária internacional, do Banco Central Europeu à Reserva Federal Norte Americana, passando pelo Banco Central da China, é injetar liquidez no sistema financeiro e nunca nos Estados ou na produção e emprego. O dumping fiscal e a fuga de capitais para paraísos fiscais são encarados como inevitáveis. Os poderes públicos são crescentemente fragilizados face ao poder financeiro e a instituições não eleitas que respondem à crise com novas exigências de liberalização dos mercados. O Tratado Transatlântico (TTIP, bem como os acordos CETA e TISA) é o novo instrumento para precarização do trabalho, desregulamentação económica, social e ambiental e para a privatização do que resta de controlo público de setores estratégicos, monopólios e bens naturais. É neste quadro que a invocação da “governabilidade” substitui a democracia.

1.4. Apesar dos efeitos da crise capitalista, os EUA mantêm-se como potência hegemónica, tendo a NATO como o seu braço armado pelo mundo e o dólar como moeda de referência. Os desaires norte-americanos no Afeganistão e no Iraque (ou na relação com o Irão) reduziram os EUA a uma atuação mais reativa do que impositiva da sua ordem. Na ofensiva contra a Líbia, bem como na Ucrânia, com a expansão da NATO a Leste, ou ainda na Síria, com a exibição de força russa, disputam-se influência e recursos. Washington e Moscovo são hoje potências muito



assimétricas, mas concorrem no quadro de uma relativa integração das suas elites capitalistas. Face à recessão, a guerra continua a ser um recurso para a afirmação imperialista na disputa por territórios, mercados e recursos.

1.5. Sobre a desordem internacional, adensa-se a crise climática. A cimeira COP21 anunciou um compromisso internacional para combater o aquecimento global, mas o acordo alcançado em Paris é inconsequente, sem metas vinculativas e refém dos interesses económicos. 2015 foi o ano mais quente desde que há registos e são cada vez mais frequentes os fenómenos climatéricos extremos, com consequente agravamento das desigualdades e aumento da disputa pelos recursos naturais. A crise ambiental atualiza o apelo ecosocialista para subordinar e mobilizar o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade da vida na Terra.

O que estamos a viver não é apenas mais uma crise capitalista. O capitalismo hoje é crise. A crise é o instrumento de compressão de direitos e de acumulação do capital financeiro. A esquerda tem de disputar maiorias populares que, recusando a chantagem da crise, recomponham o campo da luta pelos direitos laborais, sociais e ambientais e da luta pela democracia.

2 - DEFENDER PORTUGAL DO DIRETÓRIO DA UNIÃO EUROPEIA

2.1. O autoritarismo crescente de uma Europa dirigida por instituições não eleitas e pelos governos em torno de Berlim alienou a esperança dos povos e revelou total incapacidade para a transformação democrática das suas instituições. O desemprego jovem, que ronda os 50% na zona euro, é a marca de um projeto político condenado.

A extrema-direita tem capitalizado muito descontentamento popular, cujo crescimento é promovido pelas escolhas do diretório europeu. As mesmas instituições europeias que rapidamente organizaram o esmagamento da esquerda na Grécia protegem a cada dia regimes proto-fascistas como o húngaro. Negociações como as conduzidas com a Grã-Bretanha para tentar travar o Brexit comprovam que a chantagem dos mais fortes é a normalidade europeia.

2.2. A crise financeira foi o pretexto para acelerar os processos de concentração da riqueza e a desvalorização interna, isto é, um aumento da exploração e da pobreza, acompanhados de uma transferência de recursos dos Estados para os rentistas financeiros internacionais. Este caminho, consequência das regras do euro, do Tratado Orçamental e da corrupção, impôs aos países da periferia dívidas públicas insustentáveis e medidas draconianas de austeridade. Só é possível salvar o Estado Social, relançar o investimento e criar mais emprego, rejeitando a chantagem da dívida, renegociando-a de forma profunda e assumindo o controlo público da banca.

2.3. Vencer a austeridade exige assumir o confronto com as instituições europeias, que asfixiam o campo das escolhas democráticas. O corte da liquidez aos bancos por parte do BCE, por motivos políticos, e a chantagem que rodeou o financiamento à Grécia, confirmaram a faceta autoritária do diretório da União Europeia, destinada a impor a via única da austeridade. A concentração da propriedade da banca europeia, o mais recente passo da resposta europeia à crise larvar aberta desde 2008 e aos riscos de novos descalabros, constitui, no caso português, um grave ataque à soberania democrática. As suas consequências estão à vista na imposição da entrega do Banif ao Santander, depois de limpo com milhares de milhões de euros públicos, na pressão para a venda do Novo Banco, que só poderá fazer-se com pesadas perdas para o erário público, bem como a pressão da Comissão Europeia para a entrada de capital privado na Caixa Geral de Depósitos. O desenlace do caso grego e a pressão para a entrega da banca portuguesa aos gigantes europeus demonstram que uma esquerda comprometida com a desobediência à austeridade e com a



desvinculação do Tratado Orçamental tem de estar mandatada e preparada para a restauração de todas as opções soberanas essenciais ao respeito pela democracia do país.

2.4. Um dos sinais mais evidentes da crise da União Europeia é a deliberada oposição à integração de milhares de pessoas que buscam refúgio na Europa e que aparecem, indefesas, a atravessar as suas fronteiras. Cúmplice de guerras que são primeiras causas destes gigantescos movimentos de fuga em massa, bem como da construção de muros de segregação em países membros como a Hungria, a UE firmou um acordo com a Turquia, que constitui pura negligência humanitária, dando a pior das respostas a este desafio. O acordo com a Turquia outorga a esse Estado, com historial de violação dos direitos humanos e de repressão do povo curdo, um instrumento de tamponamento dos fluxos de refugiados que querem entrar na Europa, com riscos para a sua vida e liberdade. A esquerda deve recusar o acordo com a Turquia e pugnar pela implementação de programas de acolhimento em larga escala das populações em fuga do genocídio.

2.5. O discurso xenófobo confunde propositadamente com terroristas os refugiados que tentam escapar ao terror, de forma a difundir o medo e criar as condições para o crescimento das forças políticas antidemocráticas. O terrorismo na Europa vive para a instalação de um estado de exceção contra a democracia e vence na resposta de Estados que põem em prática um verdadeiro estado de exceção. Há nisto um evidente paradoxo: o securitarismo que rouba direitos de cidadania é amigo dos terroristas, cujas redes podem bem prescindir das liberdades políticas.

Esta não é resposta para os atentados. Pelo contrário, é precisa a coragem de assumir como prioridades pôr termo à venda de armamento aos movimentos terroristas e aos Estados que os financiam, bem como interditar fluxos comerciais – designadamente de matérias primas como o petróleo – que servem de financiamento aos terroristas. Só assim se dará uma verdadeira mudança de orientação. Deve terminar a venda de armas aos regimes turco, saudita e israelita e a todas as ditaduras. Na Síria, como noutros países, os setores democráticos devem ser apoiados politicamente, não enquanto beligerantes mas como atores políticos que lutam pela transformação democrática daquele país.

A condenação dos terroristas e o combate democrático contra as suas ações devem ir a par com medidas sociais, como a renovação e recuperação urbana dos bairros desfavorecidos, a criação de emprego com direitos, o investimento em equipamentos e serviços públicos. Só combatendo as discriminações e investindo a sério na coesão social e no diálogo intercultural poderemos conter as forças de que se alimenta a escalada do terror. Apesar dos seus apoios poderosos, o atual terrorismo fundamentalista de base religiosa é um fenómeno que não deve ser estudado como mera réplica de fenómenos do passado, mas antes como expressão de profundas contradições do presente.

2.6. Não é hoje credível o projeto de uma redefinição democrática das instituições europeias ou que a disputa da relação de forças se faça a nível europeu. O combate à austeridade e ao autoritarismo exige a disputa de maiorias sociais em cada país, reclamando instrumentos de soberania popular que permitam corresponder à vontade popular de rutura com a austeridade. Esse confronto não dispensa a cooperação e solidariedade das forças progressistas na Europa, mas convoca toda a esquerda para o confronto com as instituições europeias. É com essa orientação que o Bloco de Esquerda dialoga com outras forças políticas e movimentos sociais, no Partido da Esquerda Europeia como noutros fóruns.

Construída sempre à revelia dos povos e sem os povos, esta União Europeia seria sempre um projeto contra os povos. Hoje, sendo um projeto condenado pela espiral do desemprego e pela imposição, a União Europeia é uma máquina de guerra contra os direitos sociais. A esperança popular está na luta pelo emprego e pela soberania democrática em cada país.



3 - DESAFIAR A MAIORIA POPULAR PARA UM NOVO PROJETO PARA PORTUGAL

3.1. A votação obtida pelo Bloco de Esquerda nas legislativas de outubro mudou o quadro político, contribuindo para colocar a direita em minoria e impedir a repetição do velho centrão. O acordo de maioria que deu posse ao atual governo do PS colocou em xeque a armadilha do “voto útil”. Está hoje claro que o Bloco é uma força indispensável e capaz para a construção de soluções políticas maioritárias ao serviço das pessoas.

3.2. O processo de convergência política que culminou na formação do atual governo, constitui uma novidade na cena política portuguesa só possível porque as eleições de 4 de outubro desenharam uma inédita relação e arrumação de forças no xadrez parlamentar: o PSD e o CDS/PP não têm maioria, mas o PS não é a força mais votada, o CDS/PP não faz maioria com o PS, o PS precisa do Bloco e do PCP para fazer maioria. Nunca antes esta combinação de resultados se verificou. O que marcou a diferença destas eleições e permitiu este entendimento, foi o grande crescimento do Bloco de Esquerda em votos, percentagem e deputados, sendo fator mais decisivo para a viragem à esquerda na política portuguesa.

3.3. A clareza programática do Bloco e a sua disponibilidade para o diálogo pós-eleitoral assente em bases políticas claras potenciou a relação de forças eleitoral, desmentindo a tese que dizia ser o Bloco o fator de bloqueio de uma alternativa e que colocava o enfraquecimento político e eleitoral do Bloco como condição para um entendimento. Ao contrário, confirmou-se que quanto maior a influência social, a força política e a expressão eleitoral do Bloco, maior é o avanço da política de esquerda e mais o país se desloca para a esquerda. O objetivo do Bloco é tornar viável uma política que tem como critério recuperar o emprego e dar força social e política às trabalhadoras e trabalhadores, de modo a que o trabalho vença o capital e a modernização democrática vença o conservadorismo. Assim, o Bloco quer conquistar às forças do centro a hegemonia que estas ainda conserva junto de largos setores sociais, através da afirmação autónoma dos valores, princípios e propostas que diferenciam o Bloco de Esquerda. Esta diferença e esta autonomia não diminuem o empenho do Bloco no trabalho político da maioria parlamentar. Pelo contrário, são fatores para se alcancem resultados mais importantes na resposta aos problemas das pessoas e do país.

3.4. Desde as eleições, o Bloco definiu-se perante o governo em função da natureza deste: uma interrupção do ciclo de empobrecimento e de degradação da posição do trabalho na relação de forças social. Face a pressões regressivas das instituições europeias e às características do PS perante elas, o Bloco de Esquerda definiu critérios claros, assentes numa diferenciação essencial do atual governo em relação ao da direita: assinámos um acordo pela recuperação dos rendimentos do trabalho e das pensões, recuperação só timidamente iniciada. Como ficou claro na assinatura do acordo com o PS, o Bloco não aceitará cortes em salários e pensões ou nova carga fiscal sobre esses rendimentos, por via direta ou através do agravamento da tributação de bens essenciais e espera que os parceiros deste entendimento não o violem.

3.5. O Bloco de Esquerda valoriza o contributo que o PCP tem dado para uma política de recuperação de rendimentos, direitos e serviços públicos e está disponível para encontrar novas formas de diálogo e cooperação com o PCP para a solução dos problemas dos trabalhadores. O Bloco persiste nesta atitude construtiva mesmo perante a ocorrência de episódicas expressões de sectarismo. O diálogo à esquerda é um elemento importante para a mobilização social. Só com uma mobilização alargada poderá a maioria popular contrapor-se eficazmente à chantagem europeia.



3.6. A chantagem europeia é o grande apoio da direita para tentar repor o ciclo de concentração da riqueza e austeridade permanente e assim ameaçar a maioria parlamentar. É sob esse pano de fundo que também ocorre a presente tentativa de presidencialização do regime político, que marca o início do mandato do novo Presidente da República. As suas pressões para “acordos de regime” visam repor as relações históricas e o alinhamento à direita dos partidos da alternância.

3.7. O acordo para parar o empobrecimento foi e é determinante para proteger a população, mas é insuficiente para responder pelo emprego, justiça social, desenvolvimento económico. Sem uma nova estratégia para o país não é possível vencer a austeridade e sustentar o compromisso de recuperação de rendimentos em que assenta a maioria parlamentar. Ainda que tímida, essa recuperação, se não criar nova margem de manobra, ficará em causa pela pressão externa e pela escassez de recursos.

3.8. A dívida pública e a do sistema financeiro são as maiores ameaças às contas do Estado e constituem os maiores problemas estruturais das contas nacionais. Renegociar a dívida pública e realizar uma intervenção sistémica sobre a banca privada, assumindo o controlo público, são processos essenciais para proteger os recursos nacionais, criando condições para o investimento, emprego e o reforço do Estado Social. O combate à corrupção, ao rentismo e à evasão fiscal, incluindo o cerco aos offshores, permite transparência no uso dos recursos públicos e responsabilizar quem lucrou com a crise e fugiu às suas obrigações fiscais.

3.9. Portugal precisa de aumentar a sua capacidade produtiva, transformadora e de autonomia tecnológica para criar emprego e reduzir importações. Para o fazer precisamos de investimento e políticas públicas para a redução da fatura energética, já que a energia não só pesa negativamente na balança comercial como é um dos maiores custos da produção. Desafiamos o país para uma estratégia pública para a descarbonização da economia, com metas ambiciosas de redução de emissão de gases com efeito de estufa e investimento em energias renováveis, eficiência energética, reconversão industrial para modos de produção sustentáveis e reabilitação urbana, promovendo inovação e emprego.

O combate ao endividamento externo do país e a promoção da sustentabilidade ambiental passa ainda por uma aposta na soberania e segurança alimentares, que exige proteção do rendimento de produtores e trabalhadores agrícolas, com redes de abastecimento de proximidade e regulação das margens de lucro da grande distribuição, bem como a promoção do uso do solo agrícola, com a regulamentação do uso comunitário dos baldios, formas de gestão coletiva da floresta, criação de um verdadeiro banco de terras e uma nova dinâmica para a economia do mar e das pescas.

Uma estratégia para a descarbonização da economia, incluindo investimento na ferrovia, aliada a uma aposta na soberania alimentar, permite não só uma alteração de paradigma na produção nacional como a defesa da coesão territorial, formas regionais de descentralização que abranjam todo o território e combate à desertificação do interior, promovendo o emprego e a criação e fixação de riqueza em todo o território nacional.

3.10. O salário é o primeiro instrumento de distribuição de riqueza. Uma política de rendimentos que promova justiça social terá de desfazer os mecanismos de compressão salarial impostos nos últimos anos e recuperar os direitos laborais. Promover a contratação coletiva, diminuir horários de trabalho com o fim do banco de horas e a limitação do horário normal de trabalho a 35 horas por semana nos setores público e privado, recuperar os 25 dias de férias, o valor das horas extraordinárias e das indemnizações por despedimento. Combater a precariedade, para acabar com os falsos recibos verdes, falsas bolsas e falsos estágios, aumentar os meios de fiscalização para transformar vínculos precários em contratos de trabalho efetivos, limitar dos contratos a prazo, acabar com a farsa dos contratos emprego inserção, o “trabalho voluntário” imposto e com



as empresas de trabalho temporário, assumindo os centros de emprego as responsabilidades de colocação de trabalhadores nos casos de real trabalho temporário. Aumentar o Salário Mínimo Nacional, valorizar as profissões e qualificar a população.

Portugal não pode ficar à espera da mudança na Europa. Para vencer a austeridade é preciso uma resposta económica e política que garanta um aumento sustentado dos rendimentos do trabalho, com criação de emprego e que seja capaz de aumentar a capacidade produtiva do país e atacar o endividamento externo. O Bloco propõe uma nova estratégia para Portugal, assente em três eixos: 1) controlo do sistema financeiro e combate à corrupção e crime económico para proteger os recursos do Estado e garantir justiça fiscal, 2) investimento na descarbonização da economia, na soberania alimentar e na coesão territorial para criar emprego e combater o défice da balança comercial, 3) reconstrução dos direitos laborais e combate à precariedade para garantir redistribuição da riqueza e justiça social.

4 - APRENDER, JUNTAR, CRESCER: O BLOCO À CONQUISTA DA MAIORIA.

4.1. O crescimento eleitoral do Bloco de Esquerda, no contexto do milhão de votos à esquerda do PS nas eleições legislativas, revela um país cansado da mera alternância e que procura uma alternativa política à austeridade. Foram as propostas concretas, sobre emprego, Estado Social, combate à corrupção e ao rentismo financeiro e insubmissão europeia que mobilizaram esperança. Falharam tanto os que se enredaram em taticismos político-partidários, incapazes de se distinguirem da pura disputa do poder que caracteriza o centrão, como os que antecipavam uma maioria popular inelutavelmente rendida à inevitabilidade da austeridade e do rotativismo. Existe em Portugal força social para disputar uma alternativa e o Bloco é a força capaz de desafiar a maioria popular para um novo projeto para Portugal.

4.2. As eleições regionais de 2016 e as autárquicas de 2017 são importantes para o Bloco, para reforçar a sua intervenção política quotidiana. O Bloco apresentará a sua alternativa nos Açores e nas autarquias, concretizando as maiores convergências locais em torno de programas que ponham as pessoas à frente dos interesses financeiros e imobiliários.

O Bloco faz um balanço positivo das candidaturas de movimentos cívicos em que participou nas anteriores autárquicas e aposta na sua continuidade. Até 2017, um renovado impulso de convergência resultará certamente em novas experiências de candidaturas independentes de cidadãos, em linha com o perfil das já existentes, bem como na inclusão, em candidaturas do Bloco, de cidadãs e cidadãos independentes com contributos relevantes no terreno social, profissional e de movimentos.

O Bloco tem como objetivo o aumento da sua representação nos municípios e freguesias. Em cada executivo, o Bloco contribuirá para maiorias de transformação à esquerda, nelas estando disponível para todas as responsabilidades, contribuindo para isolar e derrotar a direita nos órgãos autárquicos.

4.3. O país vive um longo período de escassa mobilização social. No verão de 2013, sob a iniciativa de Cavaco, o bloco central ressuscitou a maioria da direita e esgotou o intenso ciclo de manifestações e greves gerais contra o memorando.

As expectativas criadas pelo atual quadro político não se traduziram em mais intensa luta de massas. Todavia, os desafios de hoje exigem a expressão do conflito social. Mudanças mais profundas implicam mais força do que a que podem ter os deputados anticapitalistas.

As atuais responsabilidades do Bloco incluem a tomada de iniciativa por uma renovação da luta social que contraponha, às elites e às instituições europeias, um novo protagonismo popular capaz de alterar a relação de forças. Assim, a luta do mundo do trabalho é central, no movimento



sindical, a democracia e o pluralismo são questões de sobrevivência, mas ainda têm muito caminho para fazer.

4.4. A prioridade organizativa deve ser dirigida para alargar a capacidade de intervenção social do Bloco e aumentar a ligação aos movimentos sociais e de cidadania. O Bloco precisa de se transformar rapidamente numa ampla rede de participação democrática e de influência política e social.

Nas várias áreas do Estado social, economia, ambiente e território, na ampliação dos direitos e no combate às múltiplas desigualdades, a chave está na constituição de grupos de ação temática e setorial, capazes de aumentar a rede de comunicação de ideias, juntar forças e lançar iniciativa em articulação com os órgãos do Bloco.

Como refere a II Conferência Nacional, temos muito trabalho pela frente para criar um sistema organizativo à altura da nossa responsabilidade, mas é urgente que a organização permita gerar ação social e política que o Bloco deve protagonizar ou animar, como contributo decisivo para que se aprofunde a mudança no país.

A democracia interna, o pluralismo e a participação são compromissos coletivos permanentemente em evolução. É com o aprofundamento da intensidade da democracia bloquista, com a promoção de mecanismos de participação das/os aderentes e simpatizantes, como o referendo interno, que se alcança e maximiza o envolvimento direto de todos/as, tanto nos debates como nas decisões nacionais, regionais e locais.

4.5. Os órgãos nacionais do Bloco de Esquerda, em todos os níveis, assumem a representação proporcional das orientações sufragadas em Convenção. A Comissão Política (CP) elege um Secretariado, responsável entre reuniões da CP pela condução política e organizativa, e é coordenada pelo/a dirigente que encabeça a lista mais votada à Mesa Nacional.

Representante da Moção A junto da COC: Dina Nunes

PRIMEIROS SUBSCRITORES

Catarina Martins, Porto, Porto, 8425,
Adelino Fortunato, Sesimbra, Setúbal, 8790
Alberto Matos, Serpa, Beja, 1542
Alda de Sousa, Vila Nova de Gaia, Porto, 654
Andreia Quartau, Lisboa, Lisboa, 11049
Cecília Honório, Cascais, Lisboa, 446
Carlos Matias, Entroncamento, Santarém, 1355
Cristina Semblano, França, Europa, 2809
Dina Nunes, Lisboa, Lisboa, 692
Fabian Figueiredo, Lisboa, Lisboa, 5232
Fernando Rosas, Setúbal, Setúbal, 657
Fabiola Cardoso, Santarém, Santarém, 1324
Francisco Alves, Barreiro, Setúbal, 1107
Francisco Louçã, Lisboa, Lisboa, 1684
Heitor de Sousa, Leiria, Leiria, 664
Helena Figueiredo, Lisboa, Lisboa, 3736
Helena Figueiredo, Évora, Évora, 10118
Helena Pinto, Torres Novas, Santarém, 654



Isabel Pires, Lisboa, Lisboa, 6734
 Joana Mortágua, Almada, Setúbal, 3772, Setúbal
 João Teixeira Lopes, Porto, Porto, 2168
 João Semedo, Porto, Porto, 4638
 João Vasconcelos, Portimão, Faro, 1508
 Jorge Costa, Loures, Lisboa, 635
 José Gusmão, Lisboa, Lisboa, 3283
 José Manuel Pureza, Coimbra, Coimbra, 406
 José Soeiro, Porto, Porto, 948
 Júlia Mendes Pereira, Sesimbra, Setúbal, 8834
 Luís Fazenda, Lisboa, Lisboa, 1685
 Luís Monteiro, Vila Nova de Gaia, Porto, 6793
 Mariana Aiveca, Setúbal, Setúbal, 241
 Mariana Mortágua, Lisboa, Lisboa, 6687
 Marisa Matias, Coimbra, Coimbra, 3764
 Moisés Ferreira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 2860
 Nelson Peralta, Aveiro, Aveiro, 1664
 Paulino Ascensão, Funchal, Madeira
 Pedro Filipe Soares, Castelo de Paiva, Aveiro, 2861
 Pedro Soares, Braga, Braga, 108
 Roberto Almada, Funchal, Madeira, 3579
 Sandra Cunha, Sesimbra, Setúbal, 487
 Sara Schuh, Lisboa, Lisboa, 9088
 Zuraída Soares, São Miguel, Açores, 3884

SUBSCRITORES

Abílio Urbano, Seixal, Setúbal, 4932
 Ada Maria Costa Pereira da Silva, Porto, Porto, 9785
 Adelaide Corte, Vila Nova de Gaia, Porto, 11836
 Adelaide Oliveira, Porto, Porto, 4854
 Adélia Rodrigues, Portalegre, Portalegre, 10316
 Adelina Roque, Portalegre, Portalegre, 8182
 Adelino Coelho, Castro Verde, Beja, 797
 Adelino Pinto da Costa, Porto, Porto, 336
 Adriana Lopera, Lisboa, Lisboa, 2447
 Adriano Campos, Porto, Porto, 3120
 Adriano Sousa, Valongo, Porto, 9821
 Afonso Moreira, Lisboa, Lisboa, 10022
 Ágata Fino, Aveiro, Aveiro, 11025
 Agostinha Andrade, Funchal, Madeira, 4384
 Alberta Costa, Torres Vedras, Lisboa, 10642
 Alberto Matos, Serpa, Beja, 1542
 Alcindo Norte, Olhão, Faro, 8378

Alcino Hermínio, Abrantes, Santarém, 761
 Aldina Soares, Oeiras, Lisboa, 10835
 Alexandra Manes, Terceira, Açores, 8765
 Alexandra Ribeiro, Gondomar, Porto, 8082
 Alexandra Ricardo, Oeiras, Lisboa, 9912
 Alexandre Café, Vila Franca de Xira, Lisboa, 10070
 Alexandre Miguel Carneiro, Braga, Braga, 8548
 Alexandre Pires, Oeiras, Lisboa, 9868
 Alice Amieiro, Setúbal, Setúbal, 724
 Almerinda Bento, Seixal, Setúbal, 529
 Álvaro Arranja, Setúbal, Setúbal, 569
 Álvaro de Sousa Monteiro, Beja, Beja, 9396
 Álvaro Reis, Machico, Madeira, 5138
 Álvaro Soares, Setúbal, Setúbal, 841
 Amarilis Felizes, Vila Nova de Gaia, Porto, 9877
 Américo Magalhães, Vila Nova de Gaia, Porto, 5649
 Ana Bárbara Pedrosa, Guimarães, Braga, 6447
 Ana Bela Paixão, Torres Novas, Santarém, 4920
 Ana Campos, Lisboa, Lisboa, 650
 Ana Cansado, Lisboa, Lisboa, 1166
 Ana Catarina Galego, Lisboa, Lisboa, 12105
 Ana Cecília Gândara Boa-Ventura, Leiria, Leiria, 3737
 Ana Cristina Ferreira, Almodôvar, Beja, 8313
 Ana Feijão, Lisboa, Lisboa, 5271
 Ana Filipa Castro, Aveiro, Aveiro, 10885
 Ana Francisco, Oeiras, Lisboa, 9910
 Ana Isabel Vieira de Castro, Lisboa, Lisboa, 9480
 Ana Loureiro, Odemira, Beja, 8792
 Ana Lúcia Duarte Massas, Almada, Setúbal, 843
 Ana Luzia, Anadia, Aveiro, 9084
 Ana Maria Pereira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 9636
 Ana Marisela Reis, Machico, Madeira, 7956
 Ana Medeira, Silves, Faro, 339
 Ana Palmeiro, Almada, Setúbal, 11327
 Ana Paula Canotilho, Porto, Porto, 3310
 Ana Paula da Costa, Beja, Beja, 7290
 Ana Paula de Almeida Nunes dos Santos, Almada, Setúbal, 4452
 Ana Paula Rodrigues, Funchal, Madeira, 3347
 Ana Paula Santos, Funchal, Madeira, 5119
 Ana Rita Carvalho da Silva, Vila Nova de Vila Nova de Gaia, Porto, 12222
 Ana Rosa, Lisboa, Lisboa, 9702
 Ana Rosa Moura Gonçalves, Gondomar / Europa, Europa, 5602
 Ana Rua, Águeda, Aveiro, 12022
 Ana Sofia Cortes, Lisboa, Lisboa, 9397



- Ana Sofia Cortes, Lisboa, Lisboa, 9397
Ana Teresa Oca, Amadora, Lisboa, 11749
Anabela Calado, Portalegre, Portalegre, 10029
Anabela Mangas, Almada, Setúbal, 4993
Anabela Rego Morais da Silva, Almada, Setúbal, 11518
André Beja, Sintra, Lisboa, 1128
André Filipe da Silva Nogueira, Paredes, Porto, 11211
André Julião, Loures, Loures, 10632
André Pacheco Moreira, Paredes, Porto, 8226
André Ramos, Funchal, Madeira, 9546
André Rodrigues, Lisboa, Lisboa, 11874
André Russo, Lisboa, Lisboa, 11676
André Santos, Santa Maria da Feira, Aveiro, 9954
André Soares, Lisboa, Lisboa, 4855
André Teixeira Pita, Almada, Setúbal, 5002
Andrea Peniche, Porto, Porto, 193
Andreia Bento, Matosinhos, Porto, 11093
Andreia Fernandes, Vila Real de Santo António, Faro, 10107
Andreia Fonseca, Aveiro, Aveiro, 11525
Andreia Meijinhos, Odivelas, Lisboa, 9820
Ângelo Castanheira, Albergaria-a-Velha, Aveiro, 6014
António Amaro, Viseu, Viseu, 979
António Baião Costa, Loures, Lisboa, 293
António Barbosa, Valongo, Porto, 7105
António Brandão Moniz, Peniche, Lisboa, 264
António Cordeiro, Seixal, Setúbal, 1393
António Cruz, Anadia, Aveiro, 9083
António Faria, Mafra, Lisboa, 7012
António Faria, Funchal, Madeira, 6457
António Freitas, Maia, Porto, 10320
António Godinho, Tomar, Santarém, 1323
António Gomes, Torres Novas, Santarém, 1353
António Guerreiro, Almodôvar, Beja, 2150
António João Ferreira Gil, Viseu, Viseu, 11910
António João Lopes, Almada, Setúbal, 10921
António Joaquim Nobre, Santiago do Cacém, Setúbal, 530
António Jorge Cosme Lopes Lage, Lisboa, Lisboa, 2253
António José André, Coimbra, Coimbra, 1165
António José da Costa Resende, Braga, Braga, 1302
António Júlio Carvalho, Gondomar, Porto, 9012
António Lima, São Miguel, Açores, 9362
António Lima, Braga, Braga, 1303
António Luis Alves González, Barreiro, Setúbal, 10079
António Manuel Pereira, Campo Maior, Portalegre, 1959
António Manuel Santos, Amadora, Lisboa, 1108
António Neto, Aveiro, Aveiro, 6630
António Oliveira, Montijo, Setúbal, 6573
António Rato, Portalegre, Portalegre, 12174
António Ricardo, Portalegre, Portalegre, 209
António Rodrigues, Coimbra, Coimbra, 9427
António Soares Luz, Porto, Porto, 342
António Teixeira, Seixal, Setúbal, 1390
Armando Pereira Pateca, Câmara de Lobos, Madeira, 5150
Arménio M. Rodrigues de Paiva, Palmela, Setúbal, 10932
Armindo Silveira, Abrantes, Santarém, 10694
Arnaldo Sarroeira, Caldas da Rainha, Leiria, 269
Artur António Guerreiro Sanina, Tavira, Faro, 10653
Artur Calado, Portalegre, Portalegre, 8084
Artur Carvalho, Vila Nova de Gaia, Porto, 4459
Artur Macedo, Vila Nova de Gaia, Porto, 9148
Augusta Duarte Cordeiro, Palmela, Setúbal, 10931
Baltazar Oliveira, Torres Novas, Santarém, 8442
Bárbara Bica, Almada, Setúbal, 10722
Barbara Veiga, Porto, Porto, 8380
Beatriz Arnedo, Setúbal, Setúbal, 11828
Belandina Vaz, Lisboa, Lisboa, 5454
Belmira Ferreira, São João da Madeira, Aveiro, 4559
Benjamim de Sousa Vilela, Matosinhos, Porto, 8259
Bento Anastácio, Évora, Évora, 10014
Bernardino Guia, Silves, Faro, 2383
Bernardo Veiga, Porto, Porto, 11066
Berta Bessone Alves, Cascais, Lisboa, 666
Bruno Borges da Cruz, Palmela, Setúbal, 12074
Bruno Fuste, Oeiras, Lisboa, 9872
Bruno Góis, Amadora, Lisboa, 4521
Bruno Martins, Évora, Évora, 4645
Bruno Oliveira, Mealhada, Aveiro, 11335
Bruno Pacheco, Gondomar, Porto, 9323
Bruno Pires, Oeiras, Lisboa, 9870
Bruno Soares, Aveiro, Aveiro, 4342
Carla Cerqueira, Palmela, Setúbal, 4988
Carla Roma, Entroncamento, Santarém, 8351
Carla Sousa, Valongo, Porto, 12170
Carla Vilela, Matosinhos, Porto, 5692
Carlos Alberto, Alcanena, Santarém, 8488
Carlos Barreto, Funchal, Madeira, 6375
Carlos Basto, Valongo, Porto, 1268
Carlos Borges Sousa, Lisboa, Lisboa, 3943
Carlos Branco, Setúbal, Setúbal, 9722



Carlos Correia, Barreiro, Setúbal, 6374
Carlos Correia Teles, Braga, Braga, 928
Carlos Couto, Viseu, Viseu, 3141
Carlos Cunha, Seixal, Setúbal, 11709
Carlos Daniel Viegas Matos, Faro, Faro, 10831
Carlos Faria, Funchal, Madeira, 3577
Carlos Fialho, Almada, Setúbal, 5001
Carlos Gaivoto, Oeiras, Lisboa, 307
Carlos Guinote, Palmela, Setúbal, 575
Carlos Liberal, Santa Maria da Feira, Aveiro, 8699
Carlos Luís da Costa Gonçalves, Loures, Loures, 9661
Carlos Macedo, Sesimbra, Setúbal, 3639
Carlos Manuel da Mota Alves, Vila Nova de Gaia, Porto, 10626
Carlos Marecos, Santarém, Santarém, 5017
Carlos Matias, Entroncamento, Santarém, 1355
Carlos Pais, Santa Maria da Feira, Aveiro, 2628
Carlos Pereira, Funchal, Madeira, 3566
Carlos Plácido Andrade, Funchal, Madeira, 10732
Carlos Ribeiro, Paredes, Porto, 10383
Carlos Santos, Lisboa, Lisboa, 236
Carlos Silva Oliveira, Palmela, Setúbal, 9199
Carlos Solposto, Lisboa, Lisboa, 302
Carlos Veiros, Ovar, Aveiro, 698
Carlos Vieira, Viseu, Viseu, 121
Carmen Dolores Gonçalves, Palmela, Setúbal, 11102
Carolina Matos Pinto, Almada, Setúbal, 12106
Cássia Gouveia, Funchal, Madeira, 11375
Catarina Bouçós, Oeiras, Lisboa, 10289
Catarina Cordeiro, São Miguel, Açores, 11946
Catarina de Roque Bouçós, Oeiras, Lisboa, 10289
Catarina Ferraz Assis, Bragança, Bragança, 8787
Catarina Isabel Martins, Coimbra, Coimbra, 2822
Catarina Nobre, Portalegre, Portalegre, 10133
Catarina Oliveira, Lisboa, Lisboa, 6764
Catarina Vieira, Viseu, Viseu, 306
Cátia Alves, Santarém, Santarém, 10691
Catia Nóvoa, Porto, Porto, 4862
Cátia Rato, Portalegre, Portalegre, 12172
Cecília Lopes, Ponte de Sor, Portalegre, 10797
Cecília Macau, Palmela, Setúbal, 10585
Celeste Santos, Vila Real de Santo António, Faro, 10577
Celestina Sousa, Sesimbra, Setúbal, 10923
Célia dos Santos, Lagoa, Faro, 8644
Celie Baião, Palmela, Setúbal, 5955
Celina Santos, Sintra, Sintra, 3285
Celme Tavares, Aveiro, Aveiro, 6666
Cesar Sousa, Santa Maria da Feira, Aveiro, 11666
Céu Fazenda, Lisboa, Lisboa, 434
Cintia Cardoso, Lisboa, Lisboa, 8170
Cipriano Pisco, Montijo, Setúbal, 799
Clara Ferreira, Albergaria-a-Velha, Aveiro, 11261
Clara Oliveira, Almada, Setúbal, 9839
Cláudia Campos, Monção, Viana do Castelo, 9468
Cláudia Gonçalves, Funchal, Madeira, 2954
Cláudia Isabel Pinheiro Teixeira, Leiria, Leiria, 8042
Cláudia Ribeiro, Oliveira de Azeméis, Aveiro, 7379
Cláudia Teixeira, Leiria, Leiria, 8042
Cláudio Assunção, Oeiras, Lisboa, 11884
Cláudio Gaspar, Leiria, Leiria, 6510
Cláudio Sérgio Monteiro, Ovar, Aveiro, 4821
Conceição Anjos, Santarém, Santarém, 8661
Conceição Nogueira, Porto, Porto, 941
Conceição Peralta, Lisboa, Lisboa, 6440
Constança Portela, Porto, Porto, 11555
Constantino Piçarra, Castro Verde, Beja, 787
Cristian Georgescu, Porto, Porto, 11632
Cristina Andrade, Lisboa, Lisboa, 5074
Cristina Maria Zina Herculano, Almada, Setúbal, 10937
Cristovão Sá Pimenta, Maia, Porto, 10509
Daniel Castro Silva, São João da Madeira, Aveiro, 10838
Daniel Claro, Azambuja, Lisboa, 1336
Daniel Vicente, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11276
Danilo Gonçalves, Funchal, Madeira, 11976
Dário Alfaia, Nisa, Portalegre, 6662
David Anthony Berruenco, Olhão, Faro, 10617
David Argel, Beja, Beja, 1424
David Bizarro, Nisa, Portalegre, 7703
David Ramos, Funchal, Madeira, 9546
David Vargas, Santa Cruz, Madeira, 6172
Davide Costa, Gondomar, Porto, 4633
Davide Silva, Salvaterra de Magos, Santarém, 11408
Delfina Janeiro, Palmela, Setúbal, 4773
Delmiro Ferreira, Funchal, Madeira, 5124
Deolinda Martin, Amadora, Lisboa, 3942
Deolinda Romba, Almada, Setúbal, 3229
Deonilde Ramos Silva, Palmela, Setúbal, 1180
Dilan Granjo, Aveiro, Aveiro, 11334
Diniz Pinto, Braga, Braga, 6643
Diogo Barbosa, Lisboa, Lisboa, 5265
Diogo Ferreira, Ílhavo, Aveiro, 10120
Diogo Mendes, Setúbal, Setúbal, 12249
Diogo Pedro Espírito Santo, Almada, Setúbal, 10398
Diogo Sousa, Madeira, Funchal, 11767



- Diogo Varela Santos, Cascais, Lisboa, 12038
Duarte Alves, Funchal, Madeira, 8307
Duarte Arsénio, Chamusca, Santarém, 6146
Duarte Barros, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10351
Duarte Cavalinhos, Seixal, Setúbal, 821
Durval Soares, Seixal, Setúbal, 1384
Edgar Sousa, Sesimbra, Setúbal, 10950
Eduardo Antunes, Aveiro, Aveiro, 11907
Eduardo Ferreira, Ovar, Aveiro, 10059
Eduardo Rocha, Moita, Setúbal, 227
Elisa Ribeiro, Vila Franca de Xira, Lisboa, 10452
Elisabete Figueira, Câmara de Lobos, Madeira, 7691
Elísio Silva, Espinho, Aveiro, 1711
Elsa João, Portalegre, Portalegre, 3661
Emanuel Gonçalves, Funchal, Madeira, 9581
Ernestina Almeida, Vila Nova de Gaia, Porto, 11496
Esmeralda Melo, Aveiro, Aveiro, 10881
Estela Rodrigues, Matosinhos, Porto, 595
Eva Braga, São João da Madeira, Aveiro, 105
Ezequiel Ferreira, Setúbal, Setúbal, 670
Fátima Barata, Seixal, Setúbal, 754
Fátima Gonçalves, Funchal, Madeira, 6923
Fátima Marras, Almada, Setúbal, 6467
Fátima Pinheiro, Oeiras, Lisboa, 713
Faustino Santos, Gondomar, Porto, 9838
Feliciano Mota, Sesimbra, Setúbal, 4612
Fernanda Morais, Oeiras, Lisboa, 12059
Fernando Barbosa, Valongo, Porto, 7105
Fernando Cruz, Almada, Setúbal, 1194
Fernando Figueira, Sintra, Lisboa, 1106
Fernando João Faria, Lisboa, Lisboa, 1448
Fernando Lacerda, Vila Nova de Gaia, Lisboa, 356
Fernando Macedo, Vila Nova de Gaia, Porto, 9148
Fernando Monteiro, Valongo, Porto, 1489
Fernando Moreira, Viseu, Viseu, 6816
Fernando Peixoto, Almada, Setúbal, 5520
Fernando Pereira, Viseu, Viseu, 3186
Fernando Pinho, Setúbal, Setúbal, 842
Fernando Sarmento, Mirandela, Bragança, 8574
Fernando Sequeira, Moita, Setúbal, 1071
Filipa Filipe, Santarém, Santarém, 6247
Filipa Gonçalves, Lisboa, Lisboa, 3541
Filipa Menezes, Santarém, Santarém, 10939
Filipa Neto, Aveiro, Aveiro, 11522
Filipe Grilo Mestre, Palmela, Setúbal, 11811
Filipe Oliveira, Vila Nova de Gaia, Porto, 8983
Filipe Silva Rodrigues, Silves, Faro, 5697
Filipe Vintém, Tomar, Santarém, 8495
Firmino Amendoeira, Azambuja, Lisboa, 5475
Francisca Bartilotti, Porto, Porto, 10718
Francisco Alves, Barreiro, Setúbal, 1107
Francisco Carvalho, Lisboa, Lisboa, 11492
Francisco Colaço, Cartaxo, Santarém, 390
Francisco Cordeiro, Santarém, Santarém, 7658
Francisco Filipe, Ponte de Sor, Portalegre, 10494
Francisco José, Maia, Porto, 4052
Francisco Matos, Aveiro, Aveiro, 10883
Francisco Silva, Seixal, Setúbal, 11108
Francisco Morais, Seixal, Setúbal, 9122
Gabriel Brochado, Mirandela, Bragança, 7243
Gertrudes Lança Baião, Palmela, Setúbal, 4990
Gil Augusto Gonçalves, Bragança, Bragança, 10946
Gilberto Nifrário, Sesimbra, Setúbal, 4301
Gilberto Venâncio, Portalegre, Portalegre, 3930
Gonçalo Cabral Ferreira, Matosinhos, Porto, 8568
Gonçalo Gonçalves, Aveiro, Aveiro, 10004
Gonçalo Mota, Matosinhos, Porto, 10657
Gonçalo Pessa, Lisboa, Lisboa, 8545
Gonçalo Pinto Ferrão, Cascais, Lisboa, 9656
Gonçalo Silva, Loures, Lisboa, 10728
Graça Bastos, Oeiras, Lisboa, 1614
Graça Lucena, Porto, Porto, 6586
Graça Pestana, Oeiras, Lisboa, 10290
Guida Vieira, Funchal, Madeira, 3574
Guilherme Amaro, Aveiro, Aveiro, 11875
Gustavo Behr, Lisboa, Lisboa, 4574
Heitor Carvalho, São João da Madeira, Aveiro, 2556
Heitor Nereu, Torres Novas, Santarém, 10540
Heitor Sousa, Leiria, Leiria, 664
Hélder Fortes, Alcanena, Santarém, 8493
Helena Amaral, Lisboa, Lisboa, 611
Helena Figueiredo, Lisboa, Lisboa, 3736
Helena Nunes, Almada, Setúbal, 1193
Helena Oliveira, São João da Madeira, Aveiro, 4557
Helena Pinto, Torres Novas, Santarém, 659
Helena Silva, Mirandela, Bragança, 11849
Henrique dos Reis Leal, Entroncamento, Santarém, 1350
Henrique Pires, Almada, Setúbal, 3820
Hugo Bento, Matosinhos, Porto, 11094
Hugo Evangelista, Lisboa, Lisboa, 3424
Hugo Gonçalves, Funchal, Madeira, 11226
Hugo Manuel Silva Lemos, Almada, Setúbal, 10920
Hugo Monteiro, Porto, Porto, 3180
Hugo Raimundo, Amadora, Lisboa, 12032
Hugo Silva, São Miguel, Açores, 11942
Humberto Abreu, Funchal, Madeira, 3586
Humberto Silveira, Lisboa, Lisboa, 4094
Idalino Dias, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11483



- Igor Andrade, Funchal, Madeira, 7347
Ilda Maria de Oliveira Coelho, Leiria, Leiria, 11713
Inês Bom, Almada, Setúbal, 10414
Inês Ferreira, Amadora, Lisboa, 12123
Inês Martins Monteiro, Beja, Beja, 9792
Inês Ramalhão, Matosinhos, Porto, 12023
Inês Ribeiro, Cascais, Lisboa, 9412
Inês Tavares, Lisboa, Lisboa, 9721
Inês Veloso, Barreiro, Setúbal, 11323
Irina Pampim, Amadora, Lisboa, 8869
Isabel Fonseca, Lisboa, Lisboa, 5276
Isabel Maria Luz Pereira, Almada, Setúbal, 1197
Isabel Matos, Aveiro, Aveiro, 9512
Isabel Roque, Oeiras, Lisboa, 5042
Isabel Vieira, Seixal, Setúbal, 1391
Isaque Araujo, Maia, Porto, 10508
Isidro Soares, Porto, Porto, 358
Ismael Varanda, Ovar, Aveiro, 9725
Ivo Angélico, Aveiro, Aveiro, 8468
Izaura Solipa, Lisboa, Lisboa, 11048
Izídia Rodrigues, Câmara de Lobos, Madeira, 3373
Jaime Mestre, Palmela, Setúbal, 831
Jaime Pinho, Setúbal, Setúbal, 671
Jaime Santiago, Albergaria-a-Velha, Aveiro, 11262
Jaime Valentim, Ílhavo, Aveiro, 12153
Jaime Veiga, Porto, Porto, 11021
Jaquelina Vinagre, Oliveira de Azeméis, Aveiro, 10804
Jerónimo Dias, Aveiro, Aveiro, 10561
Joana Amaral Grilo, Lisboa, Lisboa, 5360
Joana Barros, Aveiro, Aveiro, 11128
Joana Caetano, Santa Maria da Feira, Aveiro, 8947
Joana Campos, Lisboa, Lisboa, 1374
Joana Filipa Gomes, Gondomar, Porto, 5626
Joana Filipe, Caldas da Rainha, Leiria, 11938
Joana Mortágua, Almada, Setúbal, 3772
Joana Pires, Lisboa, Lisboa, 11465
Joana Rita Filipe, Caldas da Rainha, Leiria, 11938
Joana Rodrigues Soares, Porto, Porto, 12229
João Abrantes, Salvaterra de Magos, Santarém, 9151
João Afonso, Santiago do Cacém, Setúbal, 159
João Almeida, Ovar, Aveiro, 699
João Bagina, Portalegre, Portalegre, 4593
João Bau, Lisboa, Lisboa, 4658
João Brandão, Aveiro, Aveiro, 11878
João Brandão, Faro, Faro, 934
João Camargo, Amadora, Lisboa, 9236
João Carlos Coelho, Aveiro, Aveiro, 11915
João Carlos Ferreira Fernandes, Almada, Setúbal, 3228
João Carvalho, Lisboa, Lisboa, 4236
João Castela, Mealhada, Aveiro, 12149
João Cordeiro, Porto, Porto, 5622
João Costa, Santa Cruz, Madeira, 3802
João Curvêlo, Odivelas, Lisboa, 5267
João Faria, Campo Maior, Portalegre, 7704
João Figueira, Aveiro, Aveiro, 10182
João Filipe Alves, Palmela, Setúbal, 828
João Gomes, Oeiras, Lisboa, 3099
João Lage, Portalegre, Portalegre, 9252
João Lopes, Oeiras, Lisboa, 9872
João Manuel Matos Silva, Seixal, Setúbal, 4110
João Martins, Vila Nova de Gaia, Porto, 12136
João Mineiro, Lisboa, Lisboa, 6566
João Moniz, Aveiro, Aveiro, 11411
João Paulo Tomé, Figueira da Foz, Coimbra, 2451
João Pedro Gomes, Palmela, Setúbal, 12075
João Pereira, Setúbal, Setúbal, 4410
João Pinho, Lisboa, Lisboa, 2343
João Silva, Sintra, Lisboa, 2747
João Silva, Barreiro, Setúbal, 2986
Joaquim Alberto Coelho Gomes, Faro, Faro, 11968
Joaquim Balhé da Silva, Palmela, Setúbal, 839
Joaquim Cardoso Rodrigues, Coimbra, Coimbra, 9420
Joaquim Dias, Santa Maria da Feira, Aveiro, 5968
Joaquim Dias, Oeiras, Lisboa, 4602
Joaquim Espirito Santo, Gondomar, Porto, 2627
Joaquim Fernando Pereira Araújo, Maia, Porto, 10222
Joaquim Machado, Seixal, Setúbal, 1775
Joaquim Merca, Seixal, Setúbal, 2932
Joaquim Moreira, Gondomar, Porto, 320
Joaquim Piló, Seixal, Setúbal, 2930
Joaquim Raminhos, Moita, Setúbal, 559
Joaquim Silva, Matosinhos, Porto, 6294
Joaquina Lourenço, Portimão, Faro, 9138
Joel Oliveira, Porto, Porto, 1238
Jordana Góis, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11252
Jorge Silva, Seixal, Setúbal, 4147
Jorge Cunha, Viseu, Viseu, 1290
Jorge Magalhães, Porto, Porto, 4458
Jorge Manuel Ramos, Lagoa, Faro, 8646
Jorge Manuel Santana, Santiago do Cacém, Setúbal, 4900
Jorge Martins, São Miguel, Açores, 11944
Jorge Martins, Coimbra, Coimbra, 11764
Jorge Pereira, Matosinhos, Porto, 343
Jorge Santos, Matosinhos, Porto, 11764



- Jorge Santos, Amadora, Lisboa, 10742
Jorge Santos, Maia, Porto, 7882
Jorge Silva, Porto, Porto, 9733
Jorge Silva, Salvaterra de Magos, Santarém, 11173
Jorge Silva (Juca), Sintra, Lisboa, 1103
Jorge Sousa, Matosinhos, Porto, 1239
Jorge Varão Gonçalves, Almada, Setúbal, 562
José Alexandre Pires, Loures, Lisboa, 10361
José António Andrade, Funchal, Madeira, 915
José António Rocha, Almada, Setúbal, 4994
José Augusto Cardoso Pinto, Porto, Porto, 6932
José Boavida, Lisboa, Lisboa, 604
José Carlos Pacheco, Setúbal, Setúbal, 4409
José Carlos Soares, Campo Maior, Portalegre, 10357
José Casimiro, Lisboa, Lisboa, 660
Jose Castro, Porto, Porto, 333
José das Neves Filipe, Santarém, Santarém, 1333
José Domingos, Castro Marim, Faro, 9554
José Ezequiel Nóbrega, Funchal, Madeira, 10735
José Falcão, Lisboa, Lisboa, 653
José Ferreira, Amadora, Lisboa, 10876
José Franco, Loures, Lisboa, 5501
José Gomes Dias, Braga, Braga, 5726
José Joaquim Ferreira dos Santos, Matosinhos, Porto, 646
José Luís da Silva, Almada, Setúbal, 1373
Jose Luis Sousa, Marco de Canavezes, Porto, 6120
José Maia Santos, Lagos, Faro, 3400
José Maneira, Lisboa, Lisboa, 403
Jose Manuel, Almada, Setúbal, 220
José Manuel Bento, Palmela, Setúbal, 12076
José Manuel Jesus, Santa Maria da Feira, Aveiro, 8112
José Maria Cardoso, Barcelos, Braga, 1308
José Miranda, Porto, Porto, 5076
José Moreira, Faro, Faro, 6643
José Pateca, Câmara de Lobos, Madeira, 3318
José Pedras, Braga, Braga, 10774
José Pedro Oliveira, Beja, Beja, 8293
José Porfírio, Portimão, Faro, 11588
José Ramos, Vila Nova de Gaia, Porto, 11315
Josefina Melim, Machico, Madeira, 3567
Júlia Correia, Aveiro, Aveiro, 10914
Júlia Correia, Miranda do Corvo, Coimbra, 4770
Julieta Rocha, Almada, Setúbal, 1191
Júlio Augusto Pires Afonso, Miranda do Douro, Bragança, 7205
Júlio Carvalho, Gondomar, Porto, 9012
Juvenal Vieira, Funchal, Madeira, 4422
Karim Quintino, Almada, Setúbal, 11774
Laura Pinheiro, Oeiras, Lisboa, 10841
Leandro Gama, Águeda, Aveiro, 12133
Leonel Fonseca, Salvaterra de Magos, Santarém, 9185
Leonor Costa, Lisboa, Lisboa, 5673
Leonor Lopes, Portalegre, Portalegre, 11145
Liberato Almeida, Ovar, Aveiro, 702
Lucinda Silva, Funchal, Madeira, 2945
Luís Bento, Rio Maior, Lisboa, 11133
Luís Branco, Lisboa, Lisboa, 239
Luís Casinhas, Lagos, Faro, 10300
Luís Castro, Cascais, Lisboa, 1713
Luís Coelho, Braga, Braga, 2704
Luís Correia, Figueiró dos Vinhos, Leiria, 7987
Luís Costa, Faro, Faro, 4022
Luís Costa, Amadora, Lisboa, 8295
Luís Daniel, Vila Nova de Gaia, Porto, 4879
Luís Filipe Pereira, Almada, Setúbal, 543
Luis Govern Aderente, Barreiro, Setúbal, 11707
Luís Gomes, Salvaterra de Magos, Santarém, 1501
Luís Grácio, Entroncamento, Santarém, 4320
Luís Grilo, Águeda, Aveiro, 11860
Luís Leiria, Lisboa, Lisboa, 993
Luís Mendes, Vila Franca de Xira, Lisboa, 4782
Luis Moleiro Santos, Portimão, Faro, 2500
Luis Mota, Maia, Porto, 6138
Luis Nascimento, Barreiro, Setubal, 10085
Luís Oliveira, Ílhavo, Aveiro, 7299
Luís Peres, Porto, Porto, 366
Luís Ramos, Santa Maria da Feira, Aveiro, 11856
Luis Santos, Valongo, Porto, 332
Luis Silva, Matosinhos, Porto, 945
Luís Silva, Salvaterra de Magos, Santarém, 11126
Luís Valentim Pereira Monteiro, Vila Nova de Gaia, Porto, 6793
Luís Xavier, Matosinhos, Porto, 9565
Luísa Oliveira, Gondomar, Porto, 381
Luísa Oliveira, Maia, Porto, 381
Luísa Silva Gomes, Vila Nova de Gaia, Porto, 10592
Luísa Teixeira, Seixal, Setúbal, 750
Lurdes Gomes, Vila Nova de Gaia, Porto, 9844
Manuel Bento, Funchal, Madeira, 10990
Manuel Carlos Silva, Braga, Braga, 12121
Manuel Fernandes, Porto, Porto, 11068
Manuel Filipe Faria, Funchal, Madeira, 5242
Manuel Grilo, Lisboa, Lisboa, 649
Manuel Machado, Águeda, Aveiro, 11859
Manuel Martins, Moita, Setúbal, 587
Manuel Neves, Oeiras, Lisboa, 10686



- Manuel Perfeito, Gondomar, Porto, 317
Manuel Ramos, Torres Novas, Santarém, 2969
Manuel Rocha, Santa Maria da Feira, Aveiro, 6815
Manuel Sabino, Barreiro, Setúbal, 586
Manuel Silvestre Gago, Loures, Lisboa, 667
Manuela Goes, Lagos, Faro, 3437
Manuela Gomes, Almada, Setúbal, 5674
Manuela Paiva, Setúbal, Setúbal, 845
Marcelino Caeiro, Oeiras, Lisboa, 12056
Marcelo Andrade, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10840
Marco Dominguez Mendonça, Mirandela, Bragança, 122
Marco Geração, Entroncamento, Santarém, 5580
Marco Marques, Lisboa, Lisboa, 5160
Marcos Quitério, Olhão, Faro, 7471
Marcos Santos, Vila Nova de Gaia, Porto, 10967
Margarida Janeiro, Faro, Faro, 9584
Margarida Rosa da Cruz Carvalhais Vilela, Matosinhos, Porto, 5691
Maria Adelaide Almeida, Loures, Lisboa, 5500
Maria Àida Gomes Ventura de Lacerda, Almada, Setúbal, 10915
Maria Antónia Frio, Ponte de Sor, Portalegre, 8066
Maria Assunção Bacanhim, Funchal, Madeira, 3563
Maria Bastos, Aveiro, Aveiro, 11357
Maria Conceição Caeiro, Oeiras, Lisboa, 12057
Maria Conceição Pereira, Funchal, Madeira, 3571
Maria Cunha, Almada, Setúbal, 11078
Maria da Assunção Rocha, Almada, Setúbal, 4997
Maria da C. da Silva, Seixal, Setúbal, 4776
Maria da Graça Melo Cabral Marques Pinto, Viseu, Viseu, 2786
Maria da Luz Leonor, Matosinhos, Porto, 9708
Maria da Luz Louro, Portalegre, Portalegre, 8428
Maria do Carmo Bica, São Pedro do Sul, Viseu, 2784
Maria do Céu Costa, São Miguel, Açores, 11940
Maria Eduarda Faria, Palmela, Setúbal, 566
Maria Elisa Moreira, Setúbal, Setúbal, 10911
Maria Emília Amendoeira, Azambuja, Lisboa, 5471
Maria Fátima Martins, Palmela, Setúbal, 11812
Maria Francisca Ferreira, Lisboa, Lisboa, 10795
Maria Ganança, Ponta do Sol, Madeira, 2947
Maria Gorete Bento, Funchal, Madeira, 9628
Maria Graciete Pereira, Ponte de Sor, Portalegre, 10496
Maria Iolanda Correia, Funchal, Madeira, 5130
Maria Isabel R. Duarte, Sintra, Lisboa, 672
Maria Ivone Gomes, Funchal, Madeira, 3580
Maria Joana Silva, Almada, Setúbal, 10648
Maria João Figueira, Odivelas, Lisboa, 11033
Maria João Rodrigues, Vila Nova de Gaia, Porto, 4265
Maria José Barbosa Guedes, Porto, Porto, 10870
Maria José Ganhão, Moita, Setúbal, 2222
Maria Lebreiro, Gondomar, Porto, 11484
Maria Leonor Silva Lemos, Almada, Setúbal, 4927
Maria Leopoldina Manteigas, Peniche, Leiria, 7378
Maria Lúcia Mendes Pereira Ramos, Torres Novas, Santarém, 2964
Maria Luísa Cabral, Lisboa, Lisboa, 9516
Maria Luísa Oliveira, Porto, Porto, 381
Maria Manuel Rola, Porto, Porto, 9880
Maria Manuela Franco Pereira, Leiria, Leiria, 8203
Maria Margarida Salvado Rocha, Palmela, Setúbal, 2245
Maria Rosa Dias, Portimão, Faro, 10391
Maria Teresa Rodrigues, Cascais, Lisboa, 2025
Maria Teresa Silva, Porto, Porto, 6931
Mariana Carneiro, Lisboa, Lisboa, 1644
Mariana Gomes, Lisboa, Lisboa, 10023
Mariana Mortágua, Lisboa, Lisboa, 6687
Mariana Simões Rêgo, Porto, Porto, 10446
Marianne Martinho, Loulé, Faro, 8449
Mário Andrade, Portimão, Faro, 10392
Mário Durval, Barreiro, Setúbal, 583
Mário Mateus, Vila Real de Santo António, Faro, 10712
Mário Moniz, Faial, Açores, 3797
Mário Moutinho, Porto, Porto, 11159
Mário Tomé, Lisboa, Lisboa, 3761
Marlene Sofia de Sousa Santos, Gondomar, Porto, 12084
Marta Fonseca, Almada, Setúbal, 11161
Marta Giesta, Gondomar, Porto, 9884
Marta Graça, Aveiro, Aveiro, 4643
Marta Luz Pereira, Almada, Setúbal, 1195
Mercedes Peixinho, Aveiro, Aveiro, 9348
Miguel Cardina, Coimbra, Coimbra, 7151
Miguel Cerqueira, Vila Nova de Gaia, Porto, 11358
Miguel de Magalhães, Sintra, Lisboa, 11377
Miguel Heleno, Porto, Porto, 9353
Miguel Jesus, Oliveira de Azeméis, Aveiro, 11223
Miguel Pinheiro, Albufeira, Faro, 10360
Miguel Pinto, Oeiras, Lisboa, 448
Miguel Semedo, Porto, Porto, 10088
Moisés Ferreira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 2860
Mónica Nóbrega, Funchal, Madeira, 9229
Natércia Coimbra, Coimbra, Coimbra, 644



Nelson Arraiolos, Caldas da Rainha, Leiria, 11005
Nelson Ferreira, Viseu, Viseu, 123
Nelson Peralta, Aveiro, Aveiro, 1664
Nina Jokisic, Funchal, Madeira, 11899
Nuno António Dias Monteiro, Valongo, Porto, 6969
Nuno Cardoso, Portalegre, Portalegre, 10132
Nuno Casimiro Vaz Silva, França, Europa, 10867
Nuno Caterna, Gondomar, Porto, 5627
Nuno Manuel da Rocha e Freitas, Amarante, Porto, 9091
Nuno Miguel Franco da Costa, Amares, Braga, 6755
Nuno Miguel Pinto Serrano, Santa Maria da Feira, Aveiro, 5234
Nuno Monteiro, Salvaterra de Magos, Santarém, 11127
Nuno Moreira, Almada, Setúbal, 10739
Nuno Onça, Vila Franca de Xira, Lisboa, 10319
Nuno Pinto, Lagos, Faro, 7671
Nuno Saraiva, Lisboa, Lisboa, 11348
Nuno Silva, São Miguel, Açores, 11941
Nuno Soares, Santa Maria da Feira, Aveiro, 9637
Nuno Viana, Faro, Faro, 5028
Olavo Almada, Funchal, Madeira, 10927
Olegário Rocha, Aveiro, Aveiro, 11409
Orlando Carvalho, Maia, Maia, Porto, 12145
Orlando Monteiro, Porto, Porto, 6596
Patrícia Alves, Abrantes, Santarém, 849
Patrícia Cravinho, Aveiro, Aveiro, 11566
Patrícia Fernandes dos Reis, Lisboa, Lisboa, 11971
Patrícia Moreira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 9634
Paula Nogueira, Braga, Braga, 2099
Paula Sequeiros, Porto, Porto, 194
Paula Valentim, Vila Nova de Gaia, Porto, 9529
Paulete Matos, Lisboa, Lisboa, 605
Paulo Cardoso, Portalegre, Portalegre, 2598
Paulo Freitas, Caldas da Rainha, Leiria, 9103
Paulo Jorge Afonso, Portimão, Faro, 9782
Paulo Jorge Vieira, Lisboa, Lisboa, 1163
Paulo Marques, Almeirim, Santarém, 8173
Paulo Mendes, Odivelas, Lisboa, 7053
Paulo Mouta, Vila Nova de Gaia, Porto, 11457
Paulo Nuno Santos, Vila Nova de Gaia, Porto, 2726
Paulo Oliveira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 4833
Paulo Reis, Tomar, Santarém, 8492
Paulo Renato Cardoso Ricardo, Porto, Porto, 2055
Paulo Renato Oliveira, Aveiro, Aveiro, 10212
Paulo Sanona, Santa Maria da Feira, Açores, 7870
Paulo Seara, Vila Real, Vila Real, 7936
Paulo Sousa, Odivelas, Lisboa, 5362
Pedro Barcelos, Palmela, Setúbal, 10489
Pedro Castela, Mealhada, Aveiro, 12150
Pedro Celestino, Almada, Setúbal, 10738
Pedro Damião, Ovar, Aveiro, 11410
Pedro Gonçalves, Odemira, Beja, 9777
Pedro Grave, Abrantes, Santarém, 3775
Pedro Leal, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10575
Pedro Luís Alves Ferreira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10062
Pedro Miguel Graça Vilão, Almada, Setúbal, 12213
Pedro Miguel Soares Carreira, Porto, Porto, 9837
Pedro Mota, Portimão, Faro, 4152
Pedro Nuno Lopes dos Reis, Almada, Setúbal, 2810
Pedro Pereira, Matosinhos, Porto, 4054
Pedro Pinheiro, Oeiras, Lisboa, 9871
Pedro Ramos, Lisboa, Lisboa, 3514
Pedro Santos, Entroncamento, Santarém, 6935
Pedro Tavares, Castro Marim, Faro, 3238
Rafael Boulair, Porto, Porto, 10218
Rafael Fernandes Boulair, Porto, Porto, 10214
Rafael Gomes, Coruche, Santarém, 8299
Rafael Ricardo Pereira, Funchal, Madeira, 3319
Ramiro Gonçalves, Castro Marim, Faro, 10985
Raquel Santos, Barreiro, Setúbal, 3010
Raquel Valentim, Ílhavo, Aveiro, 11463
Raúl Gonçalves, Loures, Lisboa, 3521
Renato Soeiro, Vila Nova de Gaia, Porto, 939
Renato Troca, Aveiro, Aveiro, 11336
Ricardo Caçoila, Montijo, Setúbal, 4699
Ricardo Giestas, Funchal, Madeira, 11864
Ricardo Gomes, Palmela, Setúbal, 12073
Ricardo Gonçalves, Lisboa, Lisboa, 4282
Ricardo Gouveia, Amadora, Lisboa, 9357
Ricardo Jorge Andrade, Funchal, Madeira, 9460
Ricardo Lafuente, Porto, Porto, 2011
Ricardo Moreira, Lisboa, Lisboa, 4622
Ricardo Robles, Lisboa, Lisboa, 2005
Ricardo Santos Gomes, Palmela, Setúbal, 12073
Ricardo Silva, Rio Maior, Santarém, 12078
Ricardo Silva Vicente, Caldas da Rainha, Leiria, 6574
Rita Alves, Águeda, Aveiro, 12134
Rita Baptista, Aveiro, Aveiro, 10219
Rita Calvário, Lisboa, Lisboa, 469
Rita Gorgulho, Lisboa, Lisboa, 5361
Rita Pinho Matos, São João da Madeira, Aveiro, 9340
Rita Silva, Lisboa, Lisboa, 2001
Rodrigo Borges, Palmela, Setúbal, 5468



Rodrigo Rivera, Lisboa, Lisboa, 3451
Rodrigo Teixeira, Torres Novas, Santarém, 5429
Rogério Almeida, Funchal, Madeira, 11376
Rogério Rochinha Jesus Ferreira, Loulé, Faro, 10861
Romão Ramos, Torres Novas, Santarém, 1351
Romeu Marques, Seixal, Setúbal, 10912
Rosa Bernardino, Oeiras, Lisboa, 5469
Rosalina Silva, Porto, Porto, 12040
Rúben Afonso, Oeiras, Lisboa, 10423
Rubén Bombaça Tomás, Palmela, Setúbal, 10267
Rui Amaro, Setúbal, Setúbal, 12271
Rui Antunes, Guimarães, Braga, 8115
Rui C. Godinho, Seixal, Setúbal, 2482
Rui Câncio, Aveiro, Aveiro, 5891
Rui Cortes, Vila Real, Vila Real, 251
Rui Costa, Lisboa, Lisboa, 8668
Rui Garrido, Elvas, Portalegre, 3663
Rui Maia, Lisboa, Lisboa, 3967
Rui Marques, Loures, Lisboa, 7090
Rui Matoso, Torres Vedras, Lisboa, 206
Rui Morgado, Matosinhos, Porto, 6791
Rui Nóvoa, Gondomar, Porto, 159
Rui Oliveira, Aveiro, Aveiro, 10122
Rui Pedro Pinto, São João da Madeira, Aveiro, 12246
Rui Pernas, Portalegre, Portalegre, 3666
Rute Amendoeira, Azambuja, Lisboa, 5472
Samuel Varela Casado, Palmela, Setúbal, 8769
Sandra Almeida, Barreiro, Setúbal, 11737
Sandra Caçoila Gomes, Salvaterra de Magos, Santarém, 5487
Sandra Cunha, Sesimbra, Setúbal, 487
Sara Amieiro, Setúbal, Setúbal, 5679
Sara Cardoso, Portalegre, Portalegre, 10131
Sara Magalhães, Cascais, Lisboa, 7650
Sara Rocha, Lisboa, Lisboa, 4762
Sara Santos, Gondomar, Porto, 9779
Sara Schuh, Lisboa, Lisboa, 9088
Sara Simões, Odivelas, Lisboa, 9592
Sebastião Martins Santos, Montijo, Setúbal, 560
Sebastião Pernes, Vila do Bispo, Faro, 4952
Selma Pechilas, Aveiro, Aveiro, 12099
Serafim Duarte, Coimbra, Coimbra, 1150
Sérgio Cunha, Almada, Setúbal, 8498
Sérgio Filipe, Salvaterra de Magos, Santarém, 11407
Sérgio M. da Silva, Seixal, Setúbal, 4774
Sérgio Neves, Seixal, Setúbal, 4637
Sérgio Silva, Sesimbra, Setubal, 11660
Sidónio Jardim, Câmara de Lobos, Madeira, 3374
Silvana Paulino, Setúbal, Setúbal, 8864
Silvério Pinheiro Mendes, Palmela, Setúbal, 6645
Silvestre Pereira, Maia, Porto, 1262
Sílvia Carreira, Matosinhos, Porto, 9188
Silvina Silva, São Miguel, Açores, 11943
Simeão Quedas, Portimão, Faro, 3910
Sofia Alexandra Ferreira santos, Europa, Europa, 5342
Sofia do Carmo P. Krus, Santiago do Cacém, Setúbal, 4610
Sofia Roque, Lisboa, Lisboa, 3595
Sofia Vinagre, Aveiro, Aveiro, 4428
Sónia Almada, Funchal, Madeira, 2948
Sónia Pedro, Oeiras, Lisboa, 10288
Sónia Simões, Aveiro, Aveiro, 11333
Sónia Sousa, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10566
Susana Constante Pereira, Porto, Porto, 10590
Tânia Paixão, Oeiras, Lisboa, 12058
Tânia Prezado Ribeiro, Torres Novas, Santarém, 10981
Tatiana Caldeirinha, Faro, Faro, 10026
Teresa Azevedo, Funchal, Madeira, 6280
Teresa Bonito, Anadia, Aveiro, 2759
Teresa Faria, Funchal, Madeira, 6908
Teresa Sales, Almada, Setubal, 3821
Teresina Paz, Torres Novas, Santarém, 8532
Tiago Acúrcio, Condeixa-a-Nova, Coimbra, 8745
Tiago Carvalho, Gondomar, Porto, 7293
Tiago Caseiro, Seixal, Setúbal, 2931
Tiago Fernandes, Oeiras, Lisboa, 10685
Tiago Gillot, Loures, Lisboa, 636
Tiago Grosso, Loulé, Faro, 8113
Tiago Ivo Cruz, Lisboa, Lisboa, 5224
Tiago Oliva, Lisboa, Lisboa, 10628
Tiago Pinheiro, Montijo, Setúbal, 7931
Tibério Puim, São Miguel, Açores, 11939
Timóteo Macedo, Lisboa, Lisboa, 1104
Vanessa Mendes, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11400
Vanessa Silva, Aveiro, Aveiro, 10190
Vanessa Sousa, Sesimbra, Setúbal, 10007
Vânia Pereira, Salvaterra de Magos, Santarém, 9646
Vasco Barata, Lisboa, Lisboa, 10218
Vasco Manuel Vaz Pinto, Vila Nova de Gaia, Porto, 11835
Vasco Ruivo, Cartaxo, Santarém, 1337
Ventura Ramalho, Odemira, Beja, 11934
Vera Fazenda, Lisboa, Lisboa, 480
Vicente Figueira, Setúbal, Setúbal, 8521
Víctor Pinto, Póvoa do Varzim, Porto, 7333



Virgílio Pereira, Gondomar, Porto, 7511
Virgínia Matos, Aveiro, Aveiro, 6668
Vitália Ribeiro, Barreiro, Setúbal, 580
Vitor Barros, Vila Nova de Gaia, Porto, 10009
Vítor Brilhante, Amadora, Lisboa, 1105
Vitor Cavalinhos, Seixal, Setúbal, 526
Vitor Edmundo, Loures, Lisboa, 1073
Vitor Franco, Santarém, Santarém, 1329
Vítor Gonçalves, Funchal, Madeira, 11825
Vitor Gonçalves, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11253
Vitor Manuel Ruivo, Faro, Faro, 516
Vitor Pinheiro, Oeiras, Lisboa, 712
Vitor Pires, Porto, Porto, 1263
Vitor Rocha, Setúbal, Setúbal, 11731
Vitor Rosa, Setúbal, Setúbal, 10748
Vitor Silva, Anadia, Aveiro, 2806
Vítor Tojeira, Leiria, Leiria, 6908
Vitoria Rato, Portalegre, Portalegre, 11799
Viviana Rodrigues, Funchal, Madeira, 9221
William Naval, Lisboa, Lisboa, 7334
Xavier Gaspar, Leiria, Leiria, 11051
Zélia Soares, Setúbal, Setúbal, 840
Zuraida Soares, Açores, São Miguel, 3884



Moção B

**MAIS BLOCO
PARA ENFRENTAR
TEMPOS NOVOS**



A X Convenção do Bloco de Esquerda, cinco meses antes da data prevista, é, do nosso ponto de vista, justificada pela necessidade de aprofundar a linha de orientação política que, justamente, se vem afirmando desde as legislativas e que, por força da própria realidade, não corresponde propriamente ao que havia sido aprovado em Novembro de 2014.

Apresentamo-nos com moção própria nesta X Convenção porque entendemos o BE como uma organização onde a pluralidade de pontos de vista em torno de objectivos comuns constitui componente intrínseca da sua identidade. Construimo-nos pela unidade na diferença e disso temos orgulho. O Bloco é a nossa Casa Comum, aqui militamos e aqui entregamos, como todos os camaradas, independentemente das moções que subscrevem, o melhor das nossas energias e inteligências.

Duas razões fundamentais levaram a que nos demarcássemos do processo de uma moção conjunta com a Plataforma Unitária e a Esquerda Alternativa:

Primeiro, porque entendemos que o que nos distingue é suficientemente significativo para que contribuamos com independência de pontos de vista para um BE mais forte e mais interventivo,

Segundo, sobretudo, porque é nesse quadro plural de pontos de vista e em todos os órgãos, da base ao topo, que queremos construir as sínteses necessárias para a nossa intervenção, contribuindo para um Bloco mais democrático.

Os resultados eleitorais obtidos pelo BE nas últimas eleições legislativas e presidenciais permitiram inverter o quadro de declínio que se vivia nos meses anteriores. Conquistou-se o maior grupo parlamentar de sempre e os melhores resultados numa candidatura própria à Presidência da República. Afirmou-se entre setores vastos da população uma nova geração de dirigentes – mulheres, jovens e combativas.

Beneficiámos com acerto tático de um conjunto de circunstâncias extraordinárias que permitiram passar do desafio ao Partido Socialista no arranque da campanha eleitoral a um acordo de incidência parlamentar de apoio a um governo do PS, ultrapassando-se na prática, objetivamente, posições que impunham uma demarcação agreste e permanente ao PS, como que receosas de uma qualquer contaminação que atraísse princípios, resquício de velhos sectarismos.

A prática veio mostrar as virtualidades de uma posição desafiante e coerente, baseada num compromisso com um programa mínimo de melhoria das condições de vida da maioria da população, o início de um caminho que se faz num quadro claro de luta contra a austeridade.

O BE beneficia hoje de uma ampla simpatia de base popular, que toca não só as populações mais débeis economicamente mas também vastos setores sociais intermédios empobrecidos com a crise e que permitiu atrair parte da intelectualidade não alinhada partidariamente, que tradicionalmente pendia para o PS. São setores sociais amplos que nos olham com confiança e expectativa. Nesta conjuntura, o aprofundamento desta orientação política constitui um eixo central para a nossa intervenção.



Por um grande impulso

Esta é a altura ideal, acolhendo novos aderentes e abrindo as portas aos que se reaproximam de nós, para alargar a implantação e o enraizamento local e para aprofundar e aperfeiçoar o carácter profundamente democrático que o BE deve assumir. Não basta dizer que isso é um processo permanente, **é preciso assumir com toda a clareza que este é o momento para um novo grande impulso nesse sentido. É de mais Bloco que precisamos!**

Encaramos em 2017 as eleições autárquicas, as mais difíceis para o BE, no contexto do aprofundamento de uma linha política aberta, desafiante e audaz, no sentido da consolidação do crescimento da nossa influência política e da capacidade de construir uma organização capaz de enfrentar esses desafios, crescendo e reforçando-se.

Sempre apoiados, como condição indispensável, em programas fortes de defesa dos interesses das populações e da sua qualidade de vida, de afrontamento aos interesses locais, à especulação e ao caciquismo, incentivando e respeitando as especificidades locais e a autonomia das organizações concelhias, as mais habilitadas a dar resposta a essas especificidades, não descartaremos nenhuma possibilidade de acumular forças e de nos afirmarmos em todos os órgãos autárquicos, seja com listas próprias, fomentando ou integrando-nos em listas unitárias e cidadãs, convergindo com ativistas sociais ou participando em coligações à esquerda. Neste contexto, se nenhuma destas possibilidades constitui orientação geral, nenhuma se sobrepõe às restantes e nenhuma deve ser excluída.

O nosso horizonte é a defesa das populações e a promoção duma cultura de participação e de cidadania ativa, é a inteligência e o esforço generosos do nosso ativismo transformada em ação nesse justo sentido. O apoio aos autarcas eleitos e o seu enquadramento constitui um compromisso de toda a organização.

Torna-se assim indispensável tomar um conjunto de medidas com carácter imediato que adequem a organização aos grandes desafios que enfrentamos.



OITO MEDIDAS IMEDIATAS A TOMAR PELA DIREÇÃO DO BLOCO

- **Prestar todo o apoio às organizações de base, reorientando o corpo de funcionários para a valorização e acompanhamento às regiões e às concelhias em particular.**
- **Criar coordenadoras de âmbito subdistrital, subregional ou interconcelhio, onde o BE é mais fraco, designadamente no interior do país, de modo a apoiar diretamente a implantação e a consolidação organizativa.**
- **Elaborar um plano de alargamento e reforma da rede de sedes, de modo a torná-las ponto de encontro de diferentes activismos, local de debates políticos e de iniciativas culturais.**
- **Incentivar a que a consolidação organizativa corresponda a uma progressiva estruturação do trabalho por grandes áreas temáticas numa perspetiva coletiva de coordenação, baseada na responsabilização e no compromisso individual.**
- **Revalorizar e dinamizar o site bloco.org como espaço reservado à vida interna do Bloco e às suas dinâmicas, com a criação de uma rede digital aberta que promova a auscultação regular dos aderentes e a circulação permanente de informação.**
- **Reorganizar e alargar grupos de trabalho que preparem respostas setoriais e temáticas consistentes. Os grupos devem ser inclusivos, sem sectarismos nem discriminação objetiva, e estar articulados com o grupo parlamentar e não como sua emanção ou satélite.**
- **Criar uma escola de formação política no Bloco, dotada de um órgão próprio, diferenciando-a de iniciativas sincréticas, como a Cultra e a Vírus, que passarão por um incontornável processo de redefinição e reestruturação.**
- **Assegurar que o Orçamento do Bloco a partir de 2017 reflita estas prioridades.**

Estas nossas prioridades em matéria organizativa têm por objetivo vencer as três grandes tendências de raiz que têm marcado a vida do BE. São **tendências parlamentaristas, burocráticas e centralistas**, que se vêm acentuando na situação atual em que à expansão da nossa representatividade institucional não corresponde uma organização estruturada na base e se manifesta pouca confiança na capacidade de autonomia dos aderentes, organizados nas estruturas locais.

Hoje precisamos de muito mais do que campanhas de propaganda produzidas por um corpo central de funcionários na sede na Rua da Palma, que desconhecem o estado da organização e o que se passa em baixo, na periferia dos grandes centros urbanos e no interior, e encaram a base do BE apenas como executores dessas campanhas, colando cartazes e distribuindo jornais.

Defendemos que a intervenção política do Bloco deve radicar numa dinâmica articulada entre a Comissão Política e as organizações nos locais de habitação e de trabalho e compatibilizada, por valorização recíproca, com o grupo parlamentar.



Acerto tático e orientação política

Dada a natureza das pressões nacionais e internacionais que se exercem sobre o governo, o aprofundamento do acordo de incidência parlamentar com o PS, sendo desejável e possível é, no entanto, complexo. O esforço para encontrar soluções criativas e abrangentes que prossigam o desmantelamento da política de austeridade e a reposição de direitos sociais implica uma maior capacidade de construir alternativas setoriais que se traduzam na melhoria da vida dos trabalhadores e da população em geral.

Orientamo-nos para uma sociedade que garanta constitucionalmente e assegure na prática amplos direitos económicos, sociais e cívicos e ampla proteção social. O combate ao desemprego e ao trabalho precário constitui um aspeto absolutamente central deste caminho.

Não esquecemos como a direita, politicamente derrotada, se divide entre o ressabiamento e os que, adocicando o discurso, pretendem recompor o centro político fraturado, restaurando a lógica de rotativismo dominante durante décadas, e por essa via abrir caminho ao regresso da direita ao poder.

Levaremos este acordo de incidência parlamentar tão longe quanto possível, pela proposta e pela alternativa, e faremos todos os possíveis por mantê-lo, traduzindo-o ao longo da legislatura em medidas concretas. É esse o nosso objetivo.

Mas sabemos como a pressão da direita e sobretudo da União Europeia vai procurar condicionar a ação governativa de António Costa, formulando sucessivas exigências de novas medidas de austeridade e de recuo nas já tomadas, seja em sede orçamental ou através dos chamados planos de estabilidade e de reformas, seja por novas dificuldades vindas da falência do sistema financeiro.

Em caso de quebra ou descaminho do atual quadro governativo não serviremos de muleta de apoio a nenhuma solução de governo que desenvolva intentos contrários à defesa do Trabalho, à promoção do rendimento e dos direitos das classes trabalhadoras, à dignidade e à proteção aos idosos, aos pobres e aos excluídos.

A resposta que será indispensável construir nessa circunstância, que configuraria um novo quadro político, não deixará de ter em conta as diferenciações e ruturas que poderão surgir no seio do próprio PS, procurando favorecer uma recomposição da esquerda, com vista a impedir o regresso da direita, para o que se torna igualmente necessário atrair outros setores da esquerda socialista e independentes que fizeram experiências de organização recentes, tanto nas eleições legislativas como nas presidenciais.

É naturalmente necessário continuar a procurar convergências com o Partido Comunista, importante aliado no combate contra a austeridade e o neoliberalismo, o que num imprescindível quadro de respeito mútuo não deve apoucar-se com ressentimentos estéreis. O BE procurará relacionar-se com o PCP com a normalidade e a dignidade que os cidadãos que confiam nestes dois grandes partidos da esquerda portuguesa deles exigem.

Nesse largo caminho de convergência e de ação conjunta, o Bloco coloca-se, pela iniciativa, no centro do processo e, sem perder autonomia nem ficar dependente de ninguém, empenha-se decisivamente em ultrapassar o clima de desconfiança e de querelas sectárias, extravagantes e inúteis que têm bloqueado caminhos à esquerda, com maturidade, sentido de responsabilidade e acerto tático, o que constitui um desafio fundamental que se coloca hoje ao BE.



Contribuir para inverter a tendência de refluxo do movimento social

As grandes manifestações do 25 de Abril e do 1º de Maio, buzinações em várias regiões do país, concentrações, por vezes acompanhadas de formas larvares e espontâneas de resistência ativa não têm conduzido ao fluxo do movimento social.

O que a atual correlação de forças parlamentar já deverá ser prosseguido sem cedências à chantagem da Europa, mas só um movimento de massas reivindicativo e combativo constitui garantia segura do efeito e alcance do que se for reconquistando.

Ao BE requer-se que contribua para a dinamização desse movimento, o que significa envolvimento e articulação dos aderentes no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores e nos movimentos sociais, no sentido de elevar os níveis de mobilização e combatividade dos trabalhadores e de diferentes camadas da população em torno de agendas reivindicativas concretas de caráter progressivo.

Defendemos os direitos do Trabalho, a reorganização dos serviços públicos de proximidade, particularmente no interior, com reabertura e ampliação das redes de escolas, centros e extensões de saúde, unidades residenciais e de cuidados continuados, tribunais e repartições de finanças.

O estímulo ao desenvolvimento do sector produtivo nacional, implicando formas de reindustrialização, reforma do regime fundiário, incentivo às actividades económicas ligadas ao mar, preocupação com modalidades de economia social, domínio público de sectores económicos estratégicos, com reversão de privatizações e controlo sobre o sistema financeiro, se têm em vista uma menor dependência externa e o incremento de formas sociais de propriedade, não perde de vista o objectivo do combate ao desemprego e ao trabalho precário num quadro de desenvolvimento económico, que inverta o ciclo longo que a adesão à União Europeia impôs.

Queremos colocar o nosso activismo ao serviço das populações pobres e excluídas na mobilização de vontades para suprir necessidades básicas, numa lógica desburocratizada de auto-organização local, com expressão em formas diferenciadas de economia social, designadamente de base cooperativa.

Defendemos a reutilização económica e social dos espaços industriais e comerciais abandonados, sob a forma de arrendamento ou expropriação, assegurando apoio técnico, linhas de financiamento bonificado, microcrédito e outros benefícios fiscais, apoio nos transportes e distribuição, e sustentamos que o estado deve dar prioridade, nos contratos e concursos públicos, às cooperativas e a outras formas de economia social.

O objetivo estratégico dos fundos comunitários tem de ser o combate à pobreza e ao desemprego, uma política de desenvolvimento económico que elimine as assimetrias entre o litoral e o interior.

Com o socialismo no horizonte , o BE procura por todos os meios contribuir para a inversão deste prolongado ciclo de refluxo, respondendo à pressão austeritária e desobedecendo aos ditames da UE. A expressão parlamentar deste objetivo, traduzida em medidas concretas, pode ser um incentivo importante nesse sentido.



Por uma alternativa ecossocialista

O modelo de desenvolvimento económico tem-se pautado pela desvalorização e depauperização dos equilíbrios ambientais. O BE defende a transição ecológica baseada na diminuição progressiva do recurso às energias fósseis e à produção de materiais esgotantes e contaminantes, adequando o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade ambiental, no respeito pelos limites e ritmos da natureza e com capacidade para reciclar e reutilizar duradouramente o capital natural planetário. Para tal torna-se necessário mudar o atual paradigma tecno-científico, com tudo o que isso implica no relançamento da atividade económica.

A criação de novos empregos deve fazer-se, sobretudo, pela diminuição da semana de trabalho para 32 horas, dividindo o trabalho pelos braços disponíveis, aumentando o valor das remunerações e ultrapassando a lógica capitalista.

O desenvolvimento científico e tecnológico deve ser posto ao serviço da sustentabilidade ambiental, criando condições, coercivas se necessário, para que a atividade industrial se possa depurar dos níveis irresponsáveis de contaminação ambiental sobre as águas, os solos ou o ar e que estão a provocar preocupantes alterações climáticas.

Defendemos a redução dos pesticidas e herbicidas, como o glifosato, a interdição do nuclear, a não prospeção de petróleo na costa sudoeste a sul de Setúbal e no Algarve, a realização de estudos epidemiológicos que façam o diagnóstico rigoroso dos efeitos das indústrias poluidoras sobre os trabalhadores e as populações, a proteção dos recursos hídricos e o recurso a formas de agricultura biológica.

Quanto às acessibilidades e ao ordenamento do território, defendemos a prioridade à ferrovia e o desincentivo ao uso da viatura própria, particularmente nas grandes cidades e nas suas periferias, a valorização da reabilitação urbana em detrimento da expansão dos centros populacionais.

O BE sublinha a importância dos movimentos sociais e das diversas lutas de denúncia e resistência de natureza ambiental, solidariza-se e integra-se no combate pelo desenvolvimento de uma visão civilizacional alternativa - ecossocialismo - centrada na consideração da natureza como um dos pilares do desenvolvimento económico e social, operando a síntese entre uma ecologia necessariamente anticapitalista e um socialismo depurado da lógica do produtivismo

Educação, Cultura e disputa de hegemonia

As funções sociais do estado foram alvo de uma ofensiva em larga escala. Quiseram tornar as escolas públicas em empresas socialmente cegas, não democráticas e pedagogicamente retrógradas, enquanto na ciência se desinvestia no ensino superior e na investigação. Todo o capital humano associado foi fustigado pela instabilidade laboral e pelo desemprego. É fundamental iniciar um processo de reversão desta situação.

Na defesa da Escola Pública propomos o lançamento de um movimento que inclua toda a comunidade educativa (professores, alunos, funcionários, mas também associações de pais, pedagogos, autarquias), que possa repensar a Escola como um espaço inclusivo, de qualidade, e



democrático.

O BE defende a difusão e democratização dos produtos culturais por qualquer via, incluindo a digital, promovendo o acesso universal ao conhecimento e a preservação de um património e memória coletivos como práticas democráticas ativas.

A disputa hegemónica que se trava no campo da cultura justifica que as organizações do BE dediquem particular atenção à intervenção neste setor, combatendo a iliteracia e fomentando o debate, a formação, formal ou informal, e o apoio a movimentos e iniciativas que possam afirmar uma intervenção própria, de que o Desobedoc é exemplo, promovendo e apoiando redes e iniciativas de pensamento crítico e alternativo contra a inculcação ideológica da direita.

A luta feminista no ADN do Bloco

A luta feminista faz parte do ADN do Bloco. Propõe uma outra dimensão à humanidade, potencia e afirma a democracia, impõe justiça, inscrevendo-se na primeira fila das lutas prioritárias, numa sociedade que ainda se articula sob a matriz ancestral do patriarcado.

O Bloco fez a diferença ao apresentar, na sua liderança, uma tríade de mulheres, que cedo granjearam tanto o respeito e consideração de largos sectores da população, como reacções históricas da direita retardada e provocadora.

Contudo, a visibilidade que hoje algumas mulheres têm na política não pode mascarar a eterna questão da desigualdade que obstinadamente subsiste, agravada dia a dia pela crise económica, pelas guerras, pelo triunfo do pensamento neoliberal.

A desigualdade notória na discriminação salarial, no ascender ao topo das hierarquias, na divisão sexual do trabalho, máxime no trabalho doméstico, a que se soma o quadro terrífico da violência doméstica com o seu arrastão de vidas roubadas, prova dramaticamente que a questão feminista continua na ordem do dia, devendo integrar de facto e de direito a agenda do bloco.

Neste quadro, impõe-se um permanente esforço não só de mudança, mas também de salvaguarda dos direitos já conquistados.

A agenda do feminismo não pode, contudo, fechar-se sobre si própria, devendo estar presente em todas as frentes de combate contra as mudanças que se passam sob a égide do capitalismo global e que configuram na sua quase totalidade ataques frontais a direitos tidos por adquiridos.

As vertentes do feminismo devem interagir, interferir, intervir na sociedade como um todo, procurando integrar o político, o organizativo, o social, contribuindo, deste modo, não só para uma contínua renovação e aprofundamento da democracia, mas também para a transformação da paisagem física e ética do mundo em que nos coube viver.

Do mesmo modo devem ser tratadas outras causas ditas fracturantes: LGBT, racismos, xenofobias, não apenas através da visibilidade do Parlamento, mas promovendo acções que levem a uma efectiva mudança de mentalidades, no respeito pelas diferenças, com incidência prioritária nas camadas mais jovens, alicerçadas em grupos de trabalho que promovam debates e projectem campanhas eficazes e oportunas e não baseadas em uma qualquer intervenção mediática que não raramente se revela contraproducente.



Alianças pela mudança na Europa

O abrandamento das economias emergentes, o ciclo em baixa do preço do crude e de outras matérias-primas, o nervosismo e os picos de queda nas bolsas internacionais, a desvalorização de ativos que em muitos casos se revelaram verdadeiros embustes e a fragilidade da banca europeia como elo fraco da financeirização mundial, enleada no seu próprio veneno especulativo, tornam estes tempos incertos e complexos na Europa e no mundo.

Os efeitos da crise de 2008 do capitalismo internacional permanecem larvares e novas vagas recessivas podem irromper com efeitos devastadores para as economias e para a vida dos povos.

Por outro lado, a possível aprovação do Tratado Transatlântico esboça quadros de destruição da soberania alimentar, da apropriação dos bens comuns e da destruição das poucas válvulas de segurança na qualidade das águas e dos alimentos, ameaçando com a mercantilização voraz e desregulada à escala global.

A ofensiva contra forças progressistas na América Latina, designadamente o processo inacreditável pela destituição de Dilma, no Brasil, a guerra por estancar na Síria e nas regiões adjacentes e a consolidação e expansão da violência e da intolerância sob manto religioso, cujas verdadeiras origens e interesses acoplados as potências capitalistas e a NATO não querem combater, traçam-nos um quadro marcado por erupções político-militares e cenários de guerra prolongada verdadeiramente preocupantes, exigindo de nós solidariedade ativa com velhas e novas causas internacionais – da Palestina ao Curdistão ou ao Sahara, assim como a saída da NATO.

Na Europa, em nome do Tratado Orçamental, a imposição da austeridade viola os direitos do trabalho, exclui criminosamente os mais pobres dos pobres e procede ao empobrecimento forçado de largos setores sociais intermédios, gerando profundas desigualdades. A sua abolição permanece como objetivo estratégico essencial. A democracia e a soberania dos países são ameaçadas e tudo o que se afaste da ortodoxia austeritária é implacavelmente perseguido e bloqueado.

A gestão amuralhada da crise dos refugiados, o acordo miserável com a Turquia ou as ameaças à livre circulação no espaço europeu representam recuos sérios em matéria de direitos humanos. Nalguns países ganham terreno movimentos e governos de extrema-direita, xenófobos, numa inquietante revivescência fascizante.

Neste contexto e no quadro da moeda única, com todas as suas deficiências de conceção e as assimetrias que causou, a grande questão que se coloca é a da capacidade de reconstrução de um modelo europeu democrático e solidário que respeite a soberania dos povos, a partilha de recursos pelos que mais deles necessitam, traduzido em fortes políticas sociais públicas e na gestão partilhada e sustentada dos bens comuns. As questões que se colocam em termos da saída ou da sobrevivência do euro enquadram-se neste grande combate em curso. E é na Europa que encontramos as forças que alicerçam essa capacidade de construção de uma outra Europa.

Ainda que o desenvolvimento de partidos com expressão popular e eleitoral à esquerda, como o BE, o Podemos ou o Sinn Fein, seja encorajador, as dificuldades são enormes e a conquista de maiorias sociais nos diferentes países é necessariamente um processo prolongado.

Verificam-se, por outro lado, interessantes diferenciações na social-democracia, de que Corbyn no Partido Trabalhista britânico é o mais expressivo. Não podem ainda ser ignorados nesta área movimentos ténues de questionamento dos efeitos do diktat europeu que merecem ser, não



descartados, mas seguidos atentamente, com vista à agudização de processos de diferenciação interna nos partidos sociais-democratas bandeados com o neoliberalismo.

O acordo do BE com o PS, mesmo nas suas limitações e precariedade, encerra, constitui um bom exemplo internacional, o mesmo acontecendo com iniciativas como a Conferência Internacional contra a Austeridade e pela Democracia na Europa, realizada em Março deste ano em Atenas, a par de outras, como manifestações internacionais em torno de questões concretas comuns em convergência com uma constelação de movimentos e grupos de cidadãos que na Europa são factores de mobilização contra a austeridade. Esta perspectiva permite ainda criar um quadro que desafie o Syriza a demarcar-se da derrota e da humilhação política que sofreu, realinhando-se no contexto da luta contra a austeridade.

No combate contra a pressão financeira sobre a dívida, exigindo a sua renegociação, as mudanças em matéria de políticas governativas, tanto quanto possível sustentadas por um movimento social independente e desafiante em cada país, num contexto europeu ponderado globalmente, permitirão configurar a frente europeia contra a austeridade, alavanca indispensável para alterar as políticas europeias, invertendo a atual correlação de forças.

Organização e democracia interna

Apesar de alguns desenvolvimentos em matéria procedimental ocorridos desde a última convenção, para o que muito contribuiu a inexistência de uma maioria clara dentro do partido, a vida interna do BE continua a apresentar situações inadmissíveis numa organização democrática que urge ultrapassar.

As estruturas de base do BE têm de adquirir direito à palavra, à opinião e à decisão, vencendo as grandes deficiências em matéria de circulação de informação, que se manifestam também na desvalorização da Mesa Nacional por parte da Comissão Política, limitando-se os diferentes órgãos do partido, incluindo a Mesa Nacional, ou a tomar conhecimento, muitas vezes pela comunicação social, ou a ratificar decisões já dadas como adquiridas.

Por outro lado, muitas das iniciativas ou campanhas de propaganda que, pela sua exposição mediática, marcam todo o partido, devem ser previamente discutidas a nível regional e local e não surgirem a partir do Grupo Parlamentar ou da Comissão Política.

Só com a aproximação entre a base e o topo do BE se consegue desenvolver a mobilização dos aderentes e aumentar significativamente as taxas de participação em plenários e em eleições internas, atualmente baixíssimas, mesmo quando se destinam a determinar matérias tão relevantes como programas e listas de candidatura às legislativas.

O BE precisa de mais mecanismos de potenciação da participação das bases, capazes tanto de levar a Direção junto das estruturas locais como levar estas junto da Direção, achatando a estrutura piramidal existente, que as distancia. Precisa de sistemas de votação mais robustos e transparentes, mais abertos à expressão de toda a diversidade interna do partido. Há que



valorizar a figura do referendo interno e, quando necessário, recorrer a esse instrumento novo na vida partidária.

A disputa em torno do controlo do aparelho, numa lógica de perpetuação da influência partilhada e exclusiva das grandes tendências, empobrece a capacidade de intervenção, marginaliza competências de muitos aderentes e mina a democracia interna. Não pactuaremos com essa lógica.

A participação dos aderentes na vida do BE deve ser presencial, particularmente nos processos eletivos e referendários. A proporcionalidade e a integração de todas as sensibilidades devem refletir-se em todos os órgãos, nas iniciativas públicas e na composição das listas para deputados, adicionando a este critério o da aptidão e perfil político mais adequado para o desempenho de tarefas concretas, dispensando os acordos exteriores aos órgãos estatutariamente consignados, que os condicionam e tantas vezes contribuem para disseminar pela militância a noção de que tudo se decide a nível de cúpulas, o que tem efeitos graves no afastamento de aderentes, incluindo quadros com grande potencial. Os acordos leoninos entre tendências, plataformas e grupos não podem ser fracionais, discriminatórios ou asfixiantes da vida interna do Bloco.

Cinco medidas para aprofundar a democracia na vida interna do Bloco

- **O pagamento da quota anual constitui um vínculo fundamental do aderente em relação à organização e nesse estrito sentido o pagamento de uma quota, mesmo que simbólica no caso de aderentes desempregados ou em situações económicas difíceis, deve ser implementado.**
- **Os atos eletivos ou referendários são presenciais.**
- **Na composição dos órgãos eletivos prevalece o princípio da proporcionalidade.**
- **As minutas e memorandos das reuniões devem ser distribuídas um máximo de duas semanas após as reuniões a que se reportam.**
- **O Correio da Mesa Nacional deve voltar a ser distribuído por todos os aderentes.**

É de vida democrática, para além das correntes, de mais espaço político interno onde possam emergir, instalarem-se e consolidarem-se dinâmicas verdadeiramente democráticas e participativas, de cima abaixo, em todas as estruturas e envolvendo todos os aderentes que o Bloco necessita!

É de vida democrática, para além das correntes, de mais espaço político interno onde possam emergir, instalarem-se e consolidarem-se dinâmicas verdadeiramente democráticas e participativas, de cima abaixo, em todas as estruturas e envolvendo todos os aderentes que o Bloco necessita!

**Arco-íris de todas as lutas**

Arsenalistas na revolução de Setembro de 1836, patuleias dez anos depois, socialistas republicanos, radicais, anarquistas na viragem do século, carbonários nas barricadas da Rotunda no 5 de Outubro de 1910, sindicalistas revolucionários na luta de classes que atravessou a República, não intervencionistas face à primeira guerra mundial, partidários da revolução soviética, comunistas, socialistas de várias tendências, anarquistas contra a ditadura militar e o fascismo em Portugal, abrilistas radicais de todas as cores nos anos brasa de 74-75, sobreviventes da ressaca dura dos anos 80, partidários de todas as causas libertadoras - feministas, LGBT, ecossocialistas, antinucleares, sindicalistas, militantes contra a guerra, ativistas pela solidariedade com os povos oprimidos, anti-racistas, é no Bloco de Esquerda que nos reencontramos, levantando a memória histórica da liberdade e da emancipação social, arco-íris de todas as lutas.

SUBSCRITORES:

1. Albérico Afonso 836 Setúbal/Setúbal
2. Alice Brito 835 Setúbal/Setúbal
3. Ana Cristina Sequeira 827 Setúbal/Setúbal
4. André Filipe Antunes 6622 Barreiro/Setúbal
5. António Tavares 1169 Almada/Setúbal
6. Armando Herculano 1750 Vila do Conde/Porto
7. Bill Williams 1175 Barreiro/Setúbal
8. Bruno Candeias 11738 Ermidas/Setúbal
9. Carlos Cabrita 4418 Silves/ Faro
10. Cristiana de Sousa 4310 Marinha Grande/Leiria
11. Henrique Guerreiro 573 Setúbal/Setúbal
12. João Madeira 520 Sines/Setúbal
13. Jorge Candeias 9561 Portimão/Faro
14. Jorge Miguel Silva - 7983 - Vizela/Braga
15. José Manuel Carmo 1566 Tavira/Faro
16. Luís Miguel Pereira 250 Alcácer do Sal/Setúbal
17. Luísa Gonzalez 4351 Portimão/Faro
18. Maria Jorgete Teixeira 584 Barreiro/Setúbal
19. Marta da Visitação de Sousa, 4644 Marinha Grande/Leiria
20. Nelson Leonel Carneiro 3619 Vizela/Braga.
21. Paula da Costa Williams 1176 Barreiro/Setúbal
22. Rodrigo Trancoso 3582, Funchal -Madeira.
23. Rogério Miranda 2484 Setúbal/Setúbal
24. Rosário Vaz 5509 Barreiro/Setúbal
25. Sandra Manuela Ferreira Silva 3622 Vizela Braga.
26. Vítor Francisco Sousa 4309 Marinha Grande/Leiria



Moção C
BLOCO +



INTRODUÇÃO

O Bloco de Esquerda está em alta. Depois de três resultados eleitorais positivos (Madeira, Legislativas e Presidenciais) parecem ter ficado para trás as nuvens negras que se foram acumulando de 2011 a 2014.

Três mulheres foram protagonistas nesta espetacular reviravolta do Bloco de Esquerda: Mariana Mortágua, Catarina Martins e Marisa Matias. Graças a elas, o Bloco passou de um partido em crise para uma força incontornável na sociedade portuguesa.

Alguns camaradas consideram que a importância destas três dirigentes para a projeção do Bloco de Esquerda poderá constituir um travão às tentativas tendenciosas para controlar o Bloco. Ou seja, os tendenciosos precisam delas, porque elas garantem todos os cargos que eles conseguiram e que eles nunca seriam capazes sozinhos.

Pode ser, mas não esqueçamos que, no futuro, não haverá sempre rosas. À mais pequena crise, os tendenciosos voltarão a evidenciar o seu objectivo estratégico, que foi, é e será sempre o mesmo: tomar conta do Bloco de Esquerda.

O que podemos fazer enquanto a situação nos é favorável?

Devemos aproveitar para ampliar a nossa influência junto do povo. Esta só poderá ser alcançada se conseguirmos reforçar a nossa organização, a nossa democracia interna e precisamos, sobretudo, de chegar às pessoas que continuam alheadas da nossa ação política.

Poderemos ter esperança que a direção política sufragada na próxima Convenção dê passos firmes nestas direções?

Se a anunciada aliança entre as duas principais tendências ganhar a Convenção, poderemos contar com mais do mesmo: a alegada «pacificação» do Bloco continuará a ser uma ficção, em que uma tendência escreve o guião, a outra finge acreditar nele e ambas sabem que não confiam uma na outra. E nós, aderentes sem tendência, não aceitaremos ser personagens secundárias nesta peça sem qualidade.

Os problemas do Bloco, estes e outros, não se resolvem com soluções administrativas. Resolvem-se com políticas acertadas na definição do nosso rumo: mais democracia interna, mais organização, mais ligação ao povo e menos, muito menos, tendências.

1. MAIS DEMOCRACIA

1.1. Precisamos de democratizar o funcionamento das estruturas do BE, tendo como método de trabalho a **direção coletiva**.

1.2. A **vontade de protagonismo**, evidenciada por vários dirigentes, é um entrave ao desenvolvimento do nosso projeto coletivo.

1.3 Devemos ser **inclusivos e tolerantes** para com todos os nossos camaradas. Defender com firmeza as nossas convicções não nos deve deixar resvalar para o sectarismo. A democracia implica necessariamente o respeito por quem pensa diferente de nós.

1.4. Temos de ser capazes de **aceitar as decisões coletivas**, mesmo que não estejamos de acordo com elas. Aqueles que se afastaram do BE porque não conseguiram fazer passar as suas propostas revelaram falta de sentido democrático. É fácil ser-se democrata quando vencemos, mas é na derrota que pomos à prova o nosso espírito democrático.



de votos, uso indevido do voto por correspondência, como aqueles que foram praticados nas eleições concelhias de Matosinhos e do Porto e que, infelizmente, ficaram impunes. Devemos ser firmes em relação a estes comportamentos indignos. Exigimos que, no mínimo, as eleições nesses dois concelhos sejam repetidas.

1.6. Se não houver democracia no nosso funcionamento interno só estaremos a contribuir para afastar muitos camaradas, que não são capazes de suportar atitudes prepotentes e antidemocráticas.

1.7. É inaceitável que todas as opções estratégicas sejam decididas pelas cúpulas das tendências principais, sem que haja qualquer participação e discussão nas bases. Se o Bloco de Esquerda fosse um partido mais democrático haveria sempre uma auscultação, participação e discussão nas bases antes da tomada de posição a nível superior.

A **democracia direta** deveria ser uma bandeira importante no nosso combate político, mas só será credível se começarmos por a aplicar no nosso funcionamento interno.

1.8. Somos a favor do fim ou limitação do **voto por correspondência**, para evitar que sejam cometidas mais fraudes eleitorais.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO

O Bloco de Esquerda precisa de se organizar muito mais e melhor para cumprir o papel que lhe é devido.

Só por incapacidade política se explica que 17 anos após a fundação do BE não existam estruturas a funcionar em cerca de metade dos concelhos do país. É indesculpável que passado este tempo todo muito pouco se tenha avançado em termos de criação de Núcleos em milhares de localidades do país, para já não falar nos Núcleos de empresa, que continuam a ser uma miragem.

Para ultrapassar esta situação lastimável, propomos:

2.1. Criação de Comissões Coordenadoras Interconcelhias, de modo que os aderentes de todo o país fiquem organizados em estruturas.

2.2. Criação de novas Concelhias, em todos os concelhos em que haja, pelo menos, 30 aderentes.

2.3. As Comissões Coordenadoras Distritais e Concelhias devem reunir uma vez por mês.

2.4. Dinamização de atividades em diferentes localidades, de modo a incentivar a criação de Núcleos locais e de empresa, sem os quais nunca conseguiremos chegar às pessoas.

2.4.1. Os Núcleos devem eleger um Secretariado, responsável pela condução das atividades entre reuniões e também pelas convocatórias das reuniões plenárias.

2.4.2. O Secretariado deve ser eleito em reunião expressamente convocada para o efeito e por um período não superior a dois anos.

2.5. Realização de menos eventos voltados para dentro e, pelo contrário, privilegiar os eventos voltados para as comunidades onde estamos inseridos. Não precisamos de conquistar os que já estão conquistados.

2.6. O Bloco de Esquerda tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.



3. LUTAS SOCIAIS

As estruturas locais do Bloco devem estar atentas a todas as lutas travadas na sua área de intervenção, quer seja nas empresas, nas escolas, centros de saúde, hospitais, nos bairros, nas autarquias, onde quer que o povo esteja a lutar. Deve apoiar completamente essas lutas, sem tentar controlá-las.

Sempre que possível, as estruturas locais, em contacto com a população e cientes dos seus problemas concretos, podem dinamizar, incentivar e organizar lutas que, às vezes, só precisam de um pequeno «empurrão» para se iniciarem.

Se for necessário, as Concelhias devem pedir apoio à Distrital, que poderá solicitar a presença de deputados responsáveis pela área em questão.

Sempre que for necessário os deputados do Bloco devem interpelar os organismos governamentais no sentido de resolverem os problemas que estiveram na origem desse problema social.

As lutas sociais que têm um carácter local ou concelhio devem ser tidas em conta quando se preparam os programas eleitorais autárquicos.

A maioria das pessoas envolvidas acabará por reconhecer o Bloco como uma entidade em quem podem confiar para os defender.

Finda a luta, as estruturas devem manter sempre um vínculo com o máximo de pessoas que apoiámos anteriormente. Muitos acabarão, naturalmente, por aderir ao Bloco, se forem convidados.

E assim consolidamos o nosso prestígio e enraizamento nessas comunidades.

4. ESTRATÉGIA AUTÁRQUICA

As eleições autárquicas, em vez de funcionarem como um estímulo ao desenvolvimento do BE, têm servido para expor as nossas fragilidades organizativas.

Como temos pouca expressão local, não conseguimos concorrer na maioria das localidades do país e naquelas em que concorremos temos, em geral, resultados muito fracos, o que tem contribuído para a desmobilização de largos setores do BE.

As eleições autárquicas constituem a próxima batalha eleitoral do Bloco. Devemos, desde já, começar a preparação desse processo.

Todas as Concelhias devem começar, desde já, a definir a sua estratégia autárquica, que deve incluir as seguintes etapas:

- 4.1. Fazer um **levantamento** das situações anómalas existentes em cada concelho e das propostas que temos para as corrigir.
- 4.2. **Participar nas Assembleias** Municipais e de Freguesia.
- 4.3. **Ouvir os munícipes** e entender os seus anseios e carências.
- 4.4. Redigir os **programas** para a Câmara e para as Assembleias de Freguesia, envolvendo o máximo de pessoas que for possível e ouvindo também instituições da sociedade civil, como corporações de bombeiros, coletividades de cultura e recreio e instituições de solidariedade social.
- 4.5. Usar as redes sociais, para divulgação das nossas propostas e interagir com a popula-



ção.

4.6 **Apoiar e incentivar lutas sociais** relacionadas com a má gestão autárquica.

4.7. Apoiar a colocação de **outdoors com temática concelhia** e não apenas com temática nacional, como tem acontecido.

4.8. Redigir artigos de opinião nos **jornais locais**, com especial foco nas questões de interesse autárquico.

4.9. Avançar para a criação de **boletins concelhios**, centrados nas questões autárquicas, especialmente durante a pré-campanha e campanha eleitoral.

4.10. Escolher rapidamente os nossos **candidatos** aos órgãos autárquicos e direção de campanha.

4.11. Não começar a fazer este caminho um ano depois de os outros partidos já o terem percorrido.

Sempre que for possível, devemos tentar fazer **alianças eleitorais** com outras candidaturas, desde que essas alianças sirvam os interesses do Bloco de Esquerda e das populações que queremos servir com dedicação e capacidade de mudança. Não podemos correr o risco de sermos considerados responsáveis pela eleição de um executivo autárquico de direita por causa do nosso sectarismo. **No dia em que a população de um concelho perceber que a Direita ganhou as eleições autárquicas por nossa causa**, nesse dia, é melhor fecharmos as portas e desistirmos de fazer política nesse concelho. Mas isso não será novidade, pois é precisamente aquilo que temos feito, por culpa de uns e por omissão dos outros.

Além disso, precisamos de encarar as eleições autárquicas como um instrumento fundamental para melhorar o nosso trabalho local.

Quando nos envolvemos numa eleição autárquica temos de definir como principal objetivo **fortalecer a nossa organização local**, colocando os resultados eleitorais como uma consequência do esforço desenvolvido no trabalho autárquico.

Se esta questão ficar bem clara não haverá espaço para desilusões pós-eleitorais, a não ser que falhemos no objetivo de aumentar o número de aderentes. Por outras palavras, nesta como noutras eleições, temos de mudar o foco: esqueçamos o eleitoralismo, concentremo-nos na consolidação dos nossos processos organizativos.

5. TENDÊNCIAS

As tendências fazem parte da história do Bloco de Esquerda mas, 17 anos depois, deixaram de fazer sentido.

Os membros das tendências tentam justificar a sua existência, alegando que ela é um reflexo do saudável pluralismo de opiniões e de ideologias. Na verdade, quando um aderente entra para uma tendência, aluga o cérebro à mesma e deixa de se preocupar com questões ideológicas, passando estar mais focado em ocupar cargos ou empregos.

A ideologia de esquerda está bem longe dessas ambições evidenciadas pela generalidade dos membros das tendências, embora com intensidade variável e maior ou menor despudor.

Os dirigentes de uma determinada tendência usam o Bloco de Esquerda como um instrumento ao serviço da sua estratégia política, que não é coincidente com a do BE. Funcionam como um



partido dentro do partido e só ficarão satisfeitos quando tiverem tomado o Bloco e o colocarem ao serviço da sua agenda.

Isto acaba por constituir uma dificuldade ao crescimento do BE, pois essa tendência restringe o recrutamento apenas àqueles aderentes que se mostram disponíveis para funcionarem como agentes duplos. É óbvio que as pessoas com caráter não se prestam a este papel e assim se compreende que nas Concelhias e Distritais controladas por essa tendência o oportunismo vá alastrando e tenha deixado de existir espaço político para que os aderentes sem tendência possam ficar. Como resultado, muitos aderentes acabam por se afastar, o que ainda reforça mais a posição dos tendenciosos que, nalguns casos conseguem uma homogeneização quase norte-coreana.

Nas estruturas que ainda não estão controladas por eles, não olham a meios para conquistarem o poder, chegando mesmo a usar métodos fraudulentos, incompatíveis com uma ideologia de esquerda.

As pessoas que não pertencem a qualquer corrente/tendência veem assim o seu espaço de intervenção dentro do BE cada vez mais reduzido. Embora os aderentes sem tendência sejam maioritários acabam por ser subalternizados pelos carreiristas das tendências. Cada vez fica mais insuportável para nós, aderentes sem tendência, sermos tratados como aderentes de segunda. A injustiça é óbvia porque nós somos 100% bloquistas, ao contrário dos tendenciosos que só prestam fidelidade à sua tendência.

Só a nossa unidade e combatividade podem impedir que as tendências sejam um obstáculo ao crescimento do Bloco de Esquerda. As tendências existirão enquanto existirem tendenciosos, mas nós consideramos que elas são inúteis e perniciosas.

6 . POLÍTICA DE ALIANÇAS

Depois do repto lançado por Catarina Martins durante a campanha eleitoral e após os resultados eleitorais, que se saldaram em derrotas para a PàF e para o PS e onde o Bloco de Esquerda foi a única força política ganhadora, não sobrou espaço para outra solução diferente da que acabou por ser encontrada. Entre um governo da PàF e um governo PS apoiado pela Esquerda tornou-se inevitável apoiar esta última solução.

Como dizia Gramsci, devemos ser otimistas na vontade, mas pessimistas na inteligência. Otimistas na vontade, esperando sempre o melhor da nossa intervenção política. Pessimistas na inteligência, prevendo sempre os cenários piores, para estarmos preparados quando eles chegarem.

Neste momento tudo nos corre bem, a estratégia montada pela direção do Bloco tem funcionado, estamos a reforçar a nossa imagem junto do povo. Mas existe uma inevitabilidade que não podemos iludir: as benesses que o PS foi obrigado a conceder-nos irão colidir, inexoravelmente, com as imposições do Tratado Orçamental e contra a enorme barreira da dívida pública.

Chegará o dia em que a finança internacional, sustentada pelos partidos burgueses, voltará a impor as agruras austeritárias, deixando de haver espaço para acomodar no Orçamento as propostas da Esquerda.

Nesse dia, poderemos ser forçados a retirar o nosso apoio ao governo do PS, restando-nos a esperança que a perceção popular acolha favoravelmente essa decisão.

Entretanto, devemos aproveitar o momento favorável para nos reforçarmos no plano organizativo e ficarmos assim mais preparados para os tempos mais desfavoráveis, quando eles chegarem.



A ganância, característica fundamental do capitalismo, levou a burguesia a querer ganhar cada vez mais dinheiro, sem ter necessidade de produzir riqueza. Passou a prevalecer o capitalismo de roleta em que os dados económicos eram viciados para permitir lucros fáceis.

A bolha especulativa acabou por rebentar e desde então a burguesia internacional tem-se atarefado em arranjar formas de remeter para os trabalhadores os custos dos seus roubos.

A burguesia nacional tem seguido a mesma estratégia e, especialmente através dos seus representantes do PSD-CDS, tudo tem feito para destruir as conquistas que desde o 25 de Abril os trabalhadores arduamente conseguiram, ao mesmo tempo que foram intentando de uma forma persistente contra o Estado Social.

A União Europeia, prisioneira de governos de direita ou de governos sociais-democratas que pouco se distinguem da direita, em vez de proteger os cidadãos dos seus estados membros, pelo contrário, aproveita para impor aos países periféricos, mais vulneráveis aos efeitos da crise, medidas de austeridade que apenas têm conseguido agravar a situação económica, aumentar a dívida pública e o desemprego, sem conseguirem controlar o défice.

8. RESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

A União Europeia, não satisfeita com as medidas austeritárias que nos tem impingido, conseguiu que os partidos burgueses subscrevessem o Tratado Orçamental, que garante a austeridade para os próximos 20 a 30 anos.

Como estamos todos cansados de saber, a austeridade perpétua não permitirá fazer investimentos geradores de emprego, a economia não crescerá, o desemprego manter-se-á em níveis insuportáveis, a dívida externa não irá parar de crescer, sorvendo cada vez mais recursos, que serão retirados do Estado Social.

Para escapar a este ciclo infernal de degradação económica e consequente degradação das condições de vida dos trabalhadores, será inevitável fazer uma reestruturação da dívida. Em primeiro lugar, será necessário separar a dívida ilegítima, aquela que foi sendo construída com os roubos promovidos pelos últimos governos, e pagar apenas aquilo que realmente estamos a dever. Depois, é preciso perceber que só teremos condições de amortizar a dívida quando a economia estiver a crescer. Neste sentido, é necessário fazer investimentos que criem empregos e tragam mais tecnologia para o processo produtivo, de modo a aumentar a mais-valia produzida e sua consequente redistribuição nos salários.

Depois do país ficar liberto do garrote da dívida, então será possível restituir tudo o que foi roubado aos trabalhadores e aos reformados, sem pôr em risco a estabilidade das contas públicas.

9. SAIR DO EURO OU PERMANECER?

A entrada de Portugal no Euro foi mal planeada e pior executada.

O país tinha uma economia frágil, que era incompatível com uma moeda forte como o Euro. Perdemos a capacidade de desvalorizar a moeda, mecanismo que permite aumentar as exportações quando uma economia não é competitiva.

Por outro lado, a entrada no Euro permitiu que os juros baixassem e facilitou a aquisição de casa própria por um grande número de trabalhadores.

Além disso, os últimos governos aproveitaram o dinheiro barato para mandarem fazer obras faraónicas, que não correspondem às necessidades reais do país.

Se a entrada no Euro não foi bem implementada, a saída, no presente ou no futuro imediato, iria





provavelmente beneficiar a burguesia exportadora, mas seria terrivelmente penalizadora para a generalidade dos trabalhadores. A moeda substituta do Euro iria sofrer uma forte desvalorização, o que significaria que, repentinamente, os trabalhadores iriam perder uma parte significativa do seu salário, equivalente ao valor da desvalorização. Por outro lado, os trabalhadores teriam de pagar pela sua casa muito mais, pois o contrato foi feito em euros e agora teriam de pagar o empréstimo com uma moeda entretanto desvalorizada. Além disso, com a saída do Euro, os juros iriam subir, aumentando ainda mais as prestações da casa.

Estes três fatores iriam provocar um enorme rombo no rendimento dos trabalhadores, o que levaria muitos trabalhadores a entrarem em situação de insolvência. Logicamente comprariam muito menos, o que agravaria a recessão económica. Os bancos iriam quase todos à falência, pois estão muito comprometidos com o crédito à habitação.

Se a saída do Euro, nas circunstâncias atuais, seria muito prejudicial para os trabalhadores e por isso deve ser recusada por nós, num futuro governo de esquerda essa situação poderia vir a colocar-se, mas teria de ser analisada no contexto então existente, tanto a nível nacional como a nível europeu.

Nesta como noutras questões, a correlação de forças ditará as soluções que melhor defendam os interesses dos trabalhadores.

10. SAIR DA UNIÃO EUROPEIA OU PERMANECER?

Somos claramente a favor da permanência de Portugal na União Europeia, embora atualmente ela seja dominada por políticas de direita, decorrentes do facto dessas políticas prevalecerem nos estados-membros.

Cabe à Esquerda Europeia lutar para que a União Europeia seja cada vez mais uma união dos povos e não uma união das burguesias nacionais, como hoje acontece.

11. PORTUGAL FORA DA NATO, NATO FORA DE PORTUGAL

A NATO é uma organização militar completamente subordinada ao imperialismo americano e, por isso, está absolutamente fora de questão amenizar a possibilidade de permanecermos na NATO.

12. NACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTRATÉGICAS E MONOPÓLIOS NATURAIS

Defendemos clara e inequivocamente a nacionalização da EDP, GALP, CTT, REN, ANA. Somos contra a privatização das Águas de Portugal, RTP, TAP, CGD e outras empresas estratégicas.

Todos os bancos privados portugueses já foram intervencionados, o que veio tornar claro que o capitalismo não se adequa a gerir o dinheiro dos outros. O que há pouco tempo parecia difícil tornou-se inesperadamente fácil: exigir a nacionalização de todos os bancos intervencionados, recusando a lógica prevalecente de nacionalizar apenas os prejuízos.

13. JUSTIÇA FISCAL

Para haver justiça fiscal é necessário diminuir a carga fiscal sobre os trabalhadores e reformados e taxar as grandes fortunas. Os ricos que paguem a crise!

14. DO AMBIENTE DEPENDE A NOSSA SOBREVIVÊNCIA

A nossa casa comum corre o risco de ficar inabitável, devido à ganância do capitalismo, que não olha a meios para atingir os seus fins. É preciso pôr um travão às políticas destruidoras do meio ambiente.



Defendemos também a elaboração de uma Carta dos Direitos dos Animais, que deverá consagrar, entre outros, o direito de os animais não serem torturados no espectáculo degradante das touradas.

15. CULTURA

Um povo sem cultura nunca será um povo emancipado. A Direita percebe muito bem isto e tudo fez para desvalorizar a cultura. Cabe-nos defender o desenvolvimento da cultura popular.

16. ENSINO

Defendemos uma escola pública com qualidade e não apoiamos o investimento público em escolas privadas. As escolas públicas devem estar onde estão os alunos e por isso não apoiamos os mega agrupamentos escolares, que obrigam os alunos a deslocarem-se a grandes distâncias para terem acesso à escolaridade obrigatória. Temos de dignificar a carreira docente, pois só poderemos ter uma escola com qualidade se valorizarmos o trabalho dos professores. Lutaremos com firmeza pela restituição das verbas que foram retiradas à escola pública, pondo em risco a sua eficiência. Valorizamos a investigação científica e apoiaremos a criação de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.

17. SAÚDE

Apoiamos o investimento no SNS, com especial incidência na medicina preventiva. Defendemos a gestão pública dos hospitais públicos, pois a administração de bens públicos tão essenciais não deverá se entregar a empresas que apenas se preocupam com o lucro fácil.

Os centros de saúde, os serviços de urgência e as maternidades do interior do país devem permanecer abertos, porque temos o dever de prestar esses serviços às populações empobrecidas e abandonadas do nosso país. O Bloco de Esquerda deve estar ao lado das populações, nestas e noutras lutas travadas no país profundo.

18. POLÍTICAS ALTERNATIVAS DE ESQUERDA

Para conseguirmos juntar cada vez mais pessoas em torno de nós, precisamos de apresentar propostas que constituam alternativas credíveis às políticas seguidas anteriormente.

Para isso, devemos discutir coletivamente todos os problemas que afligem a sociedade e apresentar propostas claras e exequíveis.

Devemos dar mais expressão socialista às nossas propostas, organizando debates e sessões de esclarecimento em torno de problemas concretos vividos pelo nosso povo, designadamente o emprego, a saúde, a educação, a habitação, os transportes e a água. Através desse esclarecimento precisamos de transmitir a ideia que estes e outros problemas que afetam as pessoas só podem ser resolvidos com um governo de esquerda e com propostas socialistas que sejam exequíveis.

19. CORRUPÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO

Os partidos que há cerca de 40 anos controlam o poder político têm feito tudo para usar este poder em benefício da sua clientela, distribuindo entre si milhares de cargos com regalias que contrastam com os sacrifícios que vão exigindo aos trabalhadores e reformados deste país. O povo vai descrendo cada vez mais no sistema político que permite estas injustiças.

Embora o Bloco de Esquerda tenha defendido sempre posições corretas nesta matéria, a verdade é que essas posições não são conhecidas pelo povo que, cada vez mais, encara o BE como um partido do sistema.

Urge pois usar uma estratégia mais clara e incisiva na denúncia de todas as situações em que as



regalias dos políticos se desenvolvem à custa de sacrifícios impostos ao povo.

As **sociedades secretas**, como a Maçonaria, a Opus Dei, o Clube de Bilderberg, suportam os partidos que nos têm governado e, como não são eleitos pelo povo, funcionam como um contrapoder antidemocrático e corrupto. O Bloco de Esquerda tem a obrigação de denunciar esta situação vergonhosa e não consta que o tenha feito.

Ou o Bloco de Esquerda traz o tema da corrupção para o centro do debate político ou entrega essa agenda a todos aqueles que defendem posições antipartidárias.

20. CLASSE OPERÁRIA

Dar prioridade à militância operária, sem a qual não será possível uma verdadeira transformação da sociedade.

Sendo certo que o Bloco de Esquerda não é um partido operário nem tem de sê-lo, não deixa de impressionar que os poucos operários que existem dentro do Bloco estejam praticamente ostracizados e que não haja um esforço de recrutamento no vasto setor operário, que foi muito fustigado pelas políticas criminosas do anterior governo de direita.

Precisamos de lutar contra a tendência que se vem acentuando de transformar o Bloco de Esquerda num partido de pequeno-burgueses para pequeno-burgueses, mais ou menos intelectuais, mas sempre cada vez mais distanciados do nosso povo.

21. JUVENTUDE

A juventude é uma força indispensável em qualquer transformação social. Veja-se o papel importante que desempenhou no derrube do regime fascista e em todo o processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril.

Precisamos de dar uma especial atenção aos eventos para jovens, de forma a atraí-los para a luta social.

O Bloco de Esquerda é o único partido relevante que não tem juventude partidária. No entanto, faz falta uma organização estudantil, que devolva à Esquerda maior protagonismo nesse setor importante da sociedade.

Por outro lado, e paradoxalmente, vemos surgir uma entidade denominada **Bloco Jovem** e não percebemos bem a sua existência, já que funciona à margem das normas democráticas e colide com o conceito estabelecido de alegada não existência de estruturas jovens.

22. REFORMADOS

Prestar mais atenção aos reformados, grupo muito numeroso e frágil da sociedade. Durante muito tempo os reformados foram completamente ignorados pelo Bloco, embora representem um importante setor da sociedade. Recentemente foi criado o grupo de trabalho 60+ que, pese embora as suas boas intenções, se tem limitado a organizar reuniões em Lisboa ou no Porto. Sabendo nós que os reformados têm dificuldade em se deslocarem aos grandes centros, só faz sentido que o trabalho a desenvolver neste grupo seja mais descentralizado, a nível das Concelhias e Núcleos.

23. BOLETINS CONCELHIOS

Criar boletins concelhios, que possam servir de eco aos problemas de cada concelho, servindo também para dar mais coesão ao trabalho local.



Coordenar as diferentes atividades de todos os distritos e concelhos, de modo que os passos positivos dados num determinado distrito ou concelho, possam ser reproduzidos noutros distritos ou concelhos.

25. COMUNICAÇÃO

Usar de um modo mais eficiente os modernos meios de comunicação, de modo a permitir-nos chegar mais perto das pessoas que até agora não conseguimos abordar de uma forma pessoal e direta.

CONCLUSÃO

Só dando passos firmes nestas direções poderemos construir um Bloco mais forte, com mais capacidade de intervenção na sociedade, mais democrático, mais organizado, um bloco livre de tendências, um **BLOCO+**.

**SUBSCRITORES** (por ordem alfabética):

Adão Campos Júnior A11169 - Porto
Adão Isaque Moreira A10162 - Porto
Albertina Silva A11118 - Porto
Américo Campos A9572 - Porto
Américo Silva A11122 - Porto
Ana Beatriz Sousa A10978 - Porto
António Fernando Rocha A10904 - Porto
António Ferreira A 11123 - Porto
António João Silva A11105 - Porto
Armando Machado A11167 - Porto
Carlos Oliveira A11121 - Porto
Cidália Rocha A10909 - Porto
Cidália Vanessa Moreira A10908 - Porto
Daniel Campos A11117 - Porto
Débora Campos A11247 - Porto
Elias Alves A10899 - Porto
Faustino Campos A 10157 - Porto
Fernando Leal A10902 - Porto
Fernando Moreira A10146 - Porto
Henrique Morais A11116 - Porto
Iria de Lurdes Peixoto A11926 - Porto
Isabel Ferreira A10906 - Porto
Jaime Santos A10152 - Porto
Joana Campos Júnior A10381 - Porto
Joaquim Almeida A10161 - Porto
Joaquim Leal A10952 - Porto
José Belmiro Sousa A10379 - Porto
José Filipe Campos A11929 - Porto
José Pedrosa A11119 - Porto
Laurindo da Silva A10386 - Porto
Luís Gabriel Campos A10159 - Porto
Manuel Evaristo Campos A11124 - Porto
Manuel Fernando Moreira A11446 - Porto
Marcos Teixeira A10154 - Porto
Maria Fernanda Rocha A11104 - Porto
Maria Inês Bessa A10155 - Porto
Maria Preciosa Castro A11928 - Porto
Maria Rosa Ferreira A11165 - Porto
Maria Rosa Moreira A10900 - Porto
Maria do Rosário Seabra A11163 - Porto
Maria Sofia Ferreira A11170 - Porto
Marina Neto A111168 - Porto
Mónica Ferreira A10384 - Porto
Olívia Barros A11166 - Porto
Paulo Micael Santos A10979 - Porto
Paulo Roberto Silva A11162 - Porto
Paulo Rocha A10905 - Porto
Paulo Santos A10901 - Porto

Paulo Teles A170 - Porto
Pedro Ferraz A11863 - Porto
Ricardo Soares A11246 - Porto
Ricardo Teixeira A11115 - Porto
Rosa Fonseca A11125 - Porto
Rosalina Ribeiro A11164 - Porto
Susana Campos A10166 - Porto
Vitorino Jorge Santos A11040 - Porto
Zeferino Moreira A11927 - Porto

REPRESENTANTE NA COC:

Paulo Teles A170 - Porto

MANDATÁRIO DA MOÇÃO:

Américo Campos A9572



Moção R

A radicalidade de reinventar a política

CRESCER PELA RAIZ



1. Só o anticapitalismo responde à crise

Vivemos num tempo de crise e de guerra. Crise financeira, económica, ecológica, alimentar. Se é preciso precaver-nos das tentações de prever a sua evolução a curto prazo e traçar a partir daí uma política dogmática, também é precisa a consciência de que só conseguiremos responder-lhe compreendendo a sua profundidade sistémica. À ideia simplista da direita de que a crise é o passado ultrapassado pela benignidade da austeridade e à cegueira voluntária do social-liberalismo sobre ela, **é preciso opor a ideia de que a crise é o presente e o futuro imediato do capitalismo mundial. Porque ser anticapitalista é ir à raiz dos problemas e não enterrar a cabeça na areia, é urgente um programa alternativo que responda à crise.**

2. O ecossocialismo tem de ser uma prioridade e não um chavão

Vivemos num mundo em crise ecológica. Esta crise é especialmente arrasadora para os países com meios de subsistência de miséria. O capitalismo é a crise, não só no sentido em que vive crises cíclicas de produção e cria uma desigualdade gritante da distribuição dos rendimentos, mas também no sentido em que os seus ritmos e os seus fundamentos se revelam incompatíveis com os ciclos da Terra e com a sobrevivência das espécies.

Se as políticas produtivistas, consumistas e extractivistas e as narrativas acríticas de sustentabilidade e do crescimento económico incessante são parte do problema, é necessário demonstrar que o capitalismo verde ou as perspectivas moralistas e individualistas sobre o ecologismo não são a solução necessária. **É preciso mobilizar saberes e práticas alternativas que construam um anticapitalismo ecologista capaz de crescer além das suas tradições, que una as lutas ecológicas concretas a um movimento reivindicativo de justiça, e que faça frente ao ambientalismo neoliberal das multinacionais como a Monsanto ou a Gazprom.** Esse caminho só pode ser feito tendo por base um movimento de justiça ecológica e de respeito pelos povos.

3. A ditadura financeira e o austeritarismo permanente continuam a ser o horizonte da política dominante

Vivemos num tempo de ditadura financeira. A democracia realmente existente encontra-se diminuída pela naturalização das leis do mercado e pelo poder crescente dos especuladores. **A financeirização global roubou espaço à soberania popular e, assim, a austeridade permanece como a única política "realista" para quem não esteja disposto ao confronto directo com estes poderes financeiros.** Com a estratégia de maximização do lucro, através da privatização dos bens comuns, das inibições ao investimento público, dos resgates bancários, permitindo a fuga de capitais para *offshores* e transferências brutais dos rendimentos do trabalho para o capital, o austeritarismo continua a ser a bitola única da política dominante, apesar da sua retórica, pelo menos na Europa, se ter suavizado momentaneamente.

O poder desregulador da finança manifesta-se também no **TTIP, o tratado secreto que será apresentado aos povos como de assinatura obrigatória e que ameaça nivelar os direitos sociais por baixo, privatizar o que resta do Estado social e colocar a soberania dos Estados nas mãos de tribunais arbitrais privados a que as multinacionais podem recorrer.** Acresce que as medidas de precaução instauradas na Europa em matéria de regulação ambiental não são acompanhadas



pelo quadro legislativo norte-americano. O novo quadro irá permitir a liberalização absoluta de produtos como os transgénicos e a carne tratada com hormonas, sem a necessária informação ao consumidor ou mecanismos de controlo público às empresas produtoras da agro-indústria.

4. A União Europeia é o aprofundamento das desigualdades e o fechamento da Europa é tão injusto quanto impossível

Vivemos na Europa das desigualdades. As instituições resultantes da constituição de um espaço económico-político comum europeu revelaram-se incapazes de cumprir as suas promessas de progresso económico e social. Elas são hoje um buraco negro da democracia: nem soberania nacional-popular, nem soberania popular-europeia, as regras da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu são hoje as da tecnocracia da política única, do liberalismo autoritário de Merkel.

O despoletar da crise fez estalar o verniz de um projecto pleno de contradições em que ao austeritarismo e ao garrote da dívida, se junta a moeda única enquanto factor de agravamento constante destas desigualdades. A burguesia do centro da Europa continua a limitar o crescimento da massa salarial nos seus países, a beneficiar da moeda forte desenhada para seu benefício e a construir um colonialismo da dívida, onde mercados inviáveis compram os seus produtos e sofrem programas “de ajustamento estrutural” que servem em última análise para pagar os empréstimos aos seus bancos em apuros. Não aceitar o garrote da dívida é promover a realização de uma auditoria cidadã, recolocando em debate o conceito de dívida odiosa e ilegítima, criando assim as condições para uma renegociação justa de uma dívida insustentável.

Com a União Europeia enquanto projecto político em crise, com as suas estruturas democráticas altamente deficitárias e com estruturas de cúpula ao serviço aberto das classes dominantes dos países mais poderosos, com a possibilidade de saídas, com a convivência neste espaço de regimes em derivas autoritárias, a esquerda tem de ter a inteligência de construir uma política e reivindicações internacionalistas concretas que saibam escapar à armadilha da divisão entre soberanistas e europeístas de esquerda.

Sabemos que a Europa vive hoje um momento de polarização da política que trará fenómenos contraditórios e desenvolvimentos a velocidades diferentes e não podemos prever quais as exactas consequências que podem advir do desmantelamento da UE. Sabemos que o euro veio aprofundar as desigualdades entre centro e periferia, mas não temos ilusões numa moeda própria, nem achamos que esta seja, por si, a solução para todos os problemas. No entanto, reganhar soberania e autonomia económica é um passo essencial para romper com as políticas de austeridade, e ter controlo sobre a moeda é um instrumento essencial para este processo. Neste sentido, **o BE aposta na formação de um grupo de trabalho sobre a saída do Euro, que inclua contributos diversos de activistas para além do BE, e que estude pormenorizadamente os diferentes possíveis cenários de saída da moeda única.**

O BE compreende que o seu papel no quadro europeu é o de ser motor de iniciativas de mobilização e de debate internacionalistas sobre Europa, democracia e soberania popular; alternativas económicas ao austeritarismo; guerra, migrações, direitos dos povos. Neste sentido, o BE não limitará o seu quadro de alianças na Europa ao Partido da Esquerda Europeia ou a qualquer outra instância formal, nem escolherá os seus parceiros consoante o critério do sucesso eleitoral momentâneo, procurando potenciar e participar em plataformas políticas e sociais diversas.

A outra face da Europa é o seu fechamento que deixa do lado de fora a humanidade. Ao escolher



a política da guerra e ao ser conivente com esmagamento das Primaveras Árabes, os dirigentes europeus aprofundaram uma denominada crise migratória que tornou as fronteiras europeias num cemitério. A Europa que recalcava a memória da violência colonialista em nome da sua suposta superioridade humanitarista é a mesma que hoje coabita com os muros, os esquecimentos, as indignações e comoções selectivas que elevam a desumanidade ao plano do terror.

Ao mesmo tempo, a extrema-direita cresce no coração da Europa, o securitarismo regressa a coberto da “guerra ao terrorismo” e a islamofobia tornou-se generalizada. **O BE empenhar-se-à incondicionalmente contra a guerra e contra os interesses imperialistas cruzados que dilaceram o espaço sírio, iraquiano e curdo sob o pretexto de combater o fascismo do Daesh ou a ditadura de al-Assad.**

5. A burguesia nacional aproveita as migalhas e constrói um país inviável

Vivemos num país bloqueado. Entre o pesadelo da política dos baixos salários que nunca são suficientemente competitivos, os sonhos de uma “Flórida da Europa”, os desígnios ideológicos de uma modernização conservadora impressionista e as políticas de pseudo-qualificação de mão-de-obra que se revelam apenas um negócio de curto prazo, o Portugal do centrão é um país inviável. Aceitando o colete-de-forças da dívida e as inevitabilidades que vêm do centro da UE, o país desiste de ter uma estratégia de desenvolvimento próprio ou uma qualquer política de investimento público. Reindustrialização, regresso à terra ou o mar são assim slogans vazios ou lemas propagandísticos enviesados que apenas ajudam a obscurecer a realidade económica.

O nacionalismo bacoco de alguns sectores empresariais que aparentemente se preocupam com a “espanholização da banca” ou com a “angolanização da comunicação social” não pode servir para esconder que o capital português é cúmplice e participante activo neste modelo de internacionalização e de financeirização da economia portuguesa. A burguesia nacional permanece rentista, vive da distribuição de benesses do Estado, aposta nos lucros mais imediatistas dos sectores dos serviços e distribuição e convive com a destruição da capacidade produtiva do país.

Assim sendo, **a esquerda tem de voltar a ter a capacidade de discutir o sistema produtivo, a propriedade colectiva e a planificação da economia.**

6. A política do Partido Socialista é insuficiente para responder à grave situação do país

O PS continua o mesmo de sempre, apesar de ter feito o que nunca antes tinha feito. De matriz coerentemente social-liberal mas pressionado pela correlação de forças saída das últimas legislativas, tem procurado aproveitar o “alívio” momentâneo da crise financeira para reverter no imediato algumas das políticas mais gravosas do reinado da Troika e do governo da direita. O seu programa regrediu da “austeridade inteligente” à promessa pura e simples do fim da austeridade.

No entanto, sem renegociação da dívida externa e mantendo-se dentro dos estreitos limites do Tratado Orçamental, acabará por chocar com a realidade e terá de escolher o seu campo: ou a austeridade *light* ou o campo dos direitos sociais. Temos consciência de que o social-liberalismo tem escolhido consistentemente o caminho da rendição ao capital em detrimento do trabalho e revela-se hoje incapaz de travar a pauperização da Europa. Por sua vez, **o Bloco, atento às lições do esmagamento da possibilidade de uma política alternativa na Grécia, não deixará de escolher o campo dos direitos sociais, desobedecendo às cúpulas das instituições europeias,**



afrontando o capitalismo financeiro e saindo do euro, se assim for necessário. É preciso opor ao tão propalado “plano B” (que, escondido, serviria para cumprir o deficit) um plano popular, internacionalista, construído participadamente.

A esquerda não pode cair no erro de deixar o acordo parlamentar alimentar falsas esperanças. Este acordo só se pode manter enquanto os objetivos mínimos aprovados se mantiverem e/ou a austeridade não voltar por outras portas que não a letra do acordo. **Cortes nos salários e pensões, aumento de impostos nos bens essenciais, privatizações e mais resgates a bancos em detrimento das finanças públicas, serão medidas que terão a oposição firme do BE e tornarão caduco o acordo de suporte parlamentar ao governo do PS.** Mais, a esquerda não pode cair na tentação de limitar a sua política à defesa do acordado. **É precisa a ousadia da ofensiva em nome dos direitos sociais, do trabalho digno, da justiça social.**

Sabemos que existem hoje mobilizações da parte de alguns dos PSs europeus para voltar a trazer para cima da mesa a questão da renegociação da dívida dos países em risco. A pressão para o social-liberalismo voltar a reivindicar um espaço político que seja capaz de o distinguir da direita liberal, é hoje uma questão de sobrevivência – sob a pena do seu desaparecimento enquanto elite política (o PASOK na Grécia, o SPD alemão, o PSOE espanhol, o futuro previsível do PS francês e, de alguma forma, os últimos anos do PS português, são o exemplo dessa urgência). Nesse sentido, **o BE precisa de manter a questão da renegociação da dívida como pilar central da sua proposta política e económica, sem nunca esquecer que ela tem que vir acoplada com outras questões fundamentais, como o controle público da banca ou a nacionalização dos sectores estratégicos da economia.** Só assim será possível travar o caminho ao social-liberalismo de ocupação do espaço político da esquerda hoje.

7. Compreender o conflito entre capital e trabalho continua a ser essencial para qualquer resposta à crise

O BE insere-se na tradição da luta pelo pleno emprego com direitos, por uma outra organização do trabalho e por uma distribuição justa dos seus frutos. A intervenção da Troika significou uma regressão profunda neste caminho. A mais significativa das mudanças terá sido nos contratos e nos direitos de trabalho. Atirando para a precariedade todas as pessoas que vivem do seu trabalho, intensificando ritmos e horários, diminuindo ou suprimindo muitos dos direitos conquistados por lutas de emancipação de séculos anteriores, o capitalismo continua a impor a barbárie nas relações sociais. Ele cria novas formas de explorar a força de trabalho em que o salário já não é uma condição, em que o tempo de vida já não se diferencia do tempo para trabalhar, em que trabalhadorxs são colaboradorxs e desempregadxs são empreendedorxs potenciais.

O sindicalismo existente continua a perder força e representatividade sem conseguir renovar-se ou encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta. Só um sindicalismo realmente democrático conseguirá ser abrangente e capaz de organizar trabalhadorxs para a defesa dos seus direitos. Só um sindicalismo que se liberte das pesadas estruturas de direcções profissionalizadas a tempo inteiro conseguirá representar todas as pessoas que correm entre empregos, contratos a termo e situações de desemprego. Só novas práticas de discussão e deliberação horizontal poderão garantir que a representação sindical seja uma consequência da capacidade da luta de trabalhadorxs.

O BE procurará intervir no movimento de trabalhadorxs, através dos seus sindicatos representativos, comissões, associações e órgãos informais nos locais de trabalho, favorecendo sempre a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada de todxs, a democracia



de base e a sua capacidade de articulação com trabalhadorxs sem fronteiras nacionais ou de sector de actividade.

É necessário, sobretudo hoje, que a pertença sindical possa existir quer se tenha contrato ou não, ou se esteja desempregadx ou não. É necessário coordenar a intervenção sindical com as necessidades das comunidades e trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessário uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas às questões políticas e que possa construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista) que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

8. O BE precisa de disputar a hegemonia profunda da direita

Apesar da devastação que as políticas de austeridade provocaram no país, a direita conserva grande parte do seu poder hegemónico. No entanto, a construção de instrumentos contra-hegemónicos continua a ser minorizada pelo BE. **O BE tem de saber mergulhar na profundidade dos debates de ideias que contam e de apostar na formação política.**

Por outro lado, os moldes da política tradicional que se faz hoje não se adaptam às camadas da população que se desiludiram com a política. **O BE não se resigna com esta exclusão que afasta forças que poderiam ajudar à transformação social e procurará os meios e as formas para dialogar com quem foi afastadx do direito à participação.**

O BE procurará também participar na organização política dos sectores mais desfavorecidos. A política que fazemos escolhe a cada momento a quem fala. O BE não pode resignar-se a conseguir dialogar apenas com uma classe média, escolarizada. É onde o peso da desigualdade se sente mais fortemente que é necessário trabalhar com capacidade de diálogo e sem dirigismos.

9. O BE procura derrotar o conservadorismo na política nacional e nas práticas quotidianas

O conservadorismo é parte estruturante do mundo de desigualdades em que vivemos. As questões feministas e LGBTQI não são temas fracturantes que se usam e descartam conforme as conveniências do calendário político. São parte fundamental do património do Bloco de Esquerda e terão de ser vividas permanentemente.

A regressão do Estado Social agudiza a pressão que as forças conservadoras estão a exercer sobre as mulheres, fazendo crescer o trabalho não remunerado e a diferenciação salarial. Num país sem creches nem empregos, fica claro que o fundamento destas políticas é o regresso ao lar.

O reconhecimento da autonomia pessoal das pessoas trans e intersexo na decisão da alteração de sexo e nome no registo civil, com garantia de acesso a todos os cuidados de saúde através do SNS, é vital. **O BE exige a promoção de políticas públicas que promovam a inclusão e proibam a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de género.**

A austeridade limita, ainda mais, a emancipação das minorias étnicas. A crise económica e o avanço conservador fazem crescer a sua exclusão e a violência social e institucional. **A luta anti-racista é cada vez mais uma luta urgente, para a qual o BE mobiliza as suas forças.**



funcional ao espaço público, à educação, à participação política. **O BE exige a criação de estruturas que permitam às pessoas com diversidade funcional a ter uma vida digna e independente.**

Contra o conservadorismo sexual, **o SNS deve disponibilizar Profilaxia pré Exposição (PrEP)**, para combater o VIH e a sua disseminação. Contra os falsos moralismos, **o BE luta pelo reconhecimento dos e das trabalhadoras do sexo como trabalhadorxs com direitos inalienáveis.**

A luta pelo direito à morte digna, ou seja, ao reconhecimento legal e à regulamentação da eutanásia é uma luta transversal ao direito à dignidade da vida no seu todo. **O BE empenha-se na criação de legislação e condições que permitam estas práticas.**

A criação cultural é um factor central de emancipação e da capacidade da sociedade reflectir sobre si própria. Para isto, é necessário que o apoio estatal tenha critérios diversificados e orçamento suficiente. **O BE bate-se pelo mínimo de 1% do Orçamento de Estado para a Cultura.**

Deste legado de intransigência na luta, fazem também parte os direitos dos animais não humanos, o antimilitarismo e o anti-autoritarismo, e o combate ao proibicionismo na questão das drogas.

10. A alternativa de um programa socialista para acabar com austeridade

O BE apresenta assim como tarefas imediatas:

- *renegociar os tratados europeus que configurem a dependência de Portugal de instituições e poderes não eleitos democraticamente;*
- *promover a mobilização internacional contra o TTIP e um referendo no país e, se este for bloqueado, um amplo processo de consulta pública cidadã;*
- *sair da NATO e acabar com as missões militares portuguesas no exterior;*
- *acabar com o Frontex e todos os mecanismos de vigilância sobre xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;*
- *a concessão do direito de asilo a todxs xs refugiadxs e a recusa do acordo UE-Turquia;*
- *regularizar xs imigrantes, promover o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos, sociais, culturais, económicos;*
- *reestruturar a dívida pública com o expurgo da sua componente ilegítima, alongando maturidades, baixando juros e cortando no principal;*
- *exercer o direito constitucional de resistência a todas as medidas que configurem um ataque a direitos fundamentais, nomeadamente às das camadas da população mais fragilizadas;*
- *nacionalizar o essencial: energia, água, saúde, educação, transportes e respectivas infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos e a grande distribuição de bens essenciais;*
- *estabelecer o controlo público da banca como instrumento para garantir o acesso a crédito para pequenas e médias empresas responsáveis pela criação de emprego;*



- *planear uma política de industrialização que garanta o equilíbrio ambiental, corresponda a necessidades sociais e favoreça alternativas energéticas ao padrão dos combustíveis fósseis;*
- *realizar uma reforma fiscal com controlo dos capitais;*
- *diminuir a carga fiscal nos rendimentos do trabalho;*
- *diminuir o IVA nos bens de primeira necessidade;*
- *aumentar o salário mínimo para 700€;*
- *estabelecer um programa de emergência para combater o desemprego e a precariedade, promovendo o pleno emprego, acabar com as Empresas de Trabalho Temporário, combater os falsos recibos verdes e os estágios sem possibilidade real de contratos efectivos no seu termo;*
- *combater a lógica da condicionalidade presente em medidas de protecção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;*
- *reformular a Segurança Social de modo a que as contribuições das empresas se liguem directamente aos lucros obtidos;*
- *defender a contratação colectiva;*
- *reduzir o horário de trabalho para um máximo de 35h em todos os sectores;*
- *diminuir a idade de reforma para 62 anos ou aos 40 anos de trabalho;*
- *estabelecer benefícios fiscais para a associação de trabalhadorxs que desenvolvam projetos de recuperação de indústrias ou de criação de serviços de utilidade social;*
- *continuar a luta pela escola pública, universal e gratuita, onde a educação seja um instrumento para a emancipação e a autodeterminação;*
- *dinamizar um programa de reabilitação urbana centrado nas pessoas, que combata a gentrificação e a especulação imobiliária;*
- *apresentar medidas para combater a desertificação do interior garantindo investimento e criação de emprego;*
- *realizar um novo referendo à regionalização para estabelecer entidades regionais eleitas directamente e com controlo dos fundos comunitários. Contra as desigualdades regionais e a opacidade dos investimentos públicos, o Bloco compromete-se a lutar para que o modelo de regionalização implementado seja desburocratizador, aumente a transparência, permita o alargamento da democratização das decisões e o reforço da participação cidadã, desenvolva a solidariedade inter-regional e favoreça o desenvolvimento sustentável.*

11. As eleições locais e regionais são uma oportunidade para ultrapassar a pequenez da política do possível



A política urgente só pode ser aquela que olha para as eleições como momentos de um percurso



mais alargado de afirmação de alternativas e de respostas à esquerda. As eleições regionais dos Açores em Outubro de 2016 e as autárquicas do final de 2017 são uma oportunidade para o **BE poder ser um agente na transformação local, na derrota do centrão e na construção de um programa de defesa intransigente dos serviços públicos e de uma participação popular na gestão pública.** As dificuldades das zonas ultra-periféricas como dos Açores e da Madeira, as desigualdades entre o interior e o litoral, entre as cidades e os espaços rurais, que persistem e se agravam há décadas com o desinvestimento económico, cultural, de transportes e ambiental, provocando um êxodo rural e emigração massivos nestas regiões, terão de ter uma resposta que dispute o poder regional e local e saiba construir-se em unidade e ser alternativa aos dinossauros locais, ao clientelismo e ao imobilismo. Estas regiões não podem igualmente servir somente como espaços agrícolas ou turísticos: deve haver aposta cultural, educativa e geração de emprego, bem como uma estratégia de transportes, nomeadamente a ferrovia, para as ligar ao resto do país.

Com maior peso da decisão das estruturas locais do que de considerações decididas centralmente, **o projecto do BE para as eleições autárquicas será o de favorecer listas unitárias que representem as forças que em cada local, cidade e região saibam enfrentar a direita com um programa claro de esquerda e de compromisso no combate intransigente às desigualdades.** Só em unidade a esquerda encontrará força para disputar mais do que lugares de representação e ir para além da aritmética dos partidos existentes. **Só juntando forças é que o BE cumprirá o objectivo de disputar o poder local e mudar a relação de forças nas autarquias. Onde tal não seja possível, o BE concorrerá em listas próprias.**

O BE deve, desde já, contribuir para a realização de iniciativas que conduzam a programas políticos construídos de forma participada pelos munícipes e realizar um amplo debate nacional sobre as prioridades do trabalho político local à esquerda. Como “Partido das Solidariedades” que se constrói pela base e que dinamiza processos locais e abrangentes, de agregação de activistas e experiências colectivas, **o BE disputa o poder local para além dos momentos eleitorais, mas sabendo aproveitá-los como instrumento de dinamização da política.** Localmente, o trabalho político do BE procurará enraizar-se nesse país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições.

12. O BE precisa de reinventar a política e de crescer pela raiz

A eficácia mediática que o BE revelou recentemente não pode redundar numa política ditada exclusivamente pelo mediatismo e pelo imediatismo. O quadro político de reforço da participação parlamentar do BE não pode redundar num fechamento na institucionalização nem alimentar a crença de que a política se faz apenas no e para o parlamento. Fazer política para além do imediatismo é marcar agenda, não se limitar a gerir expectativas e conseguir passar mensagem para além da congratulação pelo atenuar da austeridade. **Para o fazer, o BE precisa de grupos de trabalho que não sejam meras correias de transmissão da direcção, e de campanhas políticas de médio prazo fortes que mostrem um partido com capacidade de sair para a rua muito para além do modelo do comício ou da campanha eleitoral permanente.**

Ao BE exige-se que tenha a capacidade de construir uma nova radicalidade. Porque só esta radicalidade é a escolha responsável perante os dilemas pesados que enfrentamos. A política que queremos é a que faz da organização dxs oprimidxs e da sua consciência de classe eixos centrais de emancipação, é a que se inscreve na potência transformadora das mobilizações populares.

Ao BE exige-se a capacidade de reinventar a política. A um partido-movimento que exige uma transformação de fundo da sociedade e a transparência nos processos de tomada de decisão



nos centros de poder deve ser exigida de volta uma transparência ainda mais aprofundada. **As contas do Bloco e a informação genérica dos escalões de rendimento dxs funcionárixs e das contribuições ao BE feitas pelxs representantes eleitxs deverão estar acessíveis nas plataformas online do partido.**

Esta capacidade de reinventar a política faz-se também crescendo pela raiz. E isso significa tanto partir de uma base organizada e mobilizada que tenha verdadeiramente voz na política do partido, quanto construir o BE como “Partido das Solidariedade”. **Enraizar o BE será assim colocá-lo em rede e ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização dos mais desfavorecidxs, conseguindo estabelecer as pontes fundamentais de confiança que permitam a unidade nas lutas contra o austeritarismo.**

Porque não se pode decretar que a crise que devastou as nossas vidas acabou, continuam a fazer falta colectivos capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas: saúde, cooperativismo, produção agrícola feita para além do agro-negócio, mercados sem intermediários, colectivos culturais alternativos, redes que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradorxs.

13. O BE tem sido uma organização macrocéfala e faz falta mais democracia e mobilização

No BE, os espaços informais e os arranjos circunstanciais entre as correntes dominantes têm-se sobreposto aos órgãos próprios e aos espaços da militância. A macrocefalia de uma direcção que se tem revelado incapaz de delegar competências afunilou o funcionamento do partido e fez com que as decisões que verdadeiramente moldam o futuro nos momentos decisivos tenham vindo a ser concentradas em cada vez menos mãos. A incapacidade de democratizar práticas políticas correntes e de mobilizar a participação vem de tão longe quanto o reconhecimento dos problemas, mas, para além das declarações de boa vontade, os problemas mantêm-se e continuam a ser urgentes soluções de democracia participativa interna.

A militância no BE tem vindo a ser, em grande parte dos seus espaços, gradualmente substituída por um tarefismo pouco mobilizador. **É preciso inverter este caminho e multiplicar os espaços de construção democrática de decisões, realizar assembleias com poder deliberativo, promover o debate alargado criando um boletim interno e outros mecanismos participativos já aprovados mas nunca levados à prática.**

É preciso também dar resposta a quem foi expulso do país devido à política austeritária. **O BE deve promover mecanismos de participação política para quem se viu obrigado a emigrar.**

14. O BE aposta na construção de uma democracia de alta intensidade e no primado do trabalho partilhado de direcção

Uma democracia de alta intensidade exige horizontalidade nos processos de tomada de decisão e a existência de múltiplxs protagonistas que dêem a cara pelo nosso projecto de sociedade. **A melhor forma de construir o Bloco para dentro e para fora é a organização colectiva a todos os níveis, da base à direcção.** Não nos resignamos a pertencer ao partido das fugas de informação. Recusamos os cultos da personalidade e as direcções omniscientes, e acreditamos que a democratização radical é mobilizadora. **Acreditamos que é preciso reinventar o BE e fazê-lo crescer pela raiz: porque só o enraizamento popular poderá derrotar a injustiça social.**



SUBSCRITORES LISTA R:

Afonso Jantarada, 10708, Lisboa
 Albertina Pena, 263, Lisboa
 Alda Maria Lino Greló, 752, Setúbal
 Alex Gomes, 2803, Lisboa
 Alexandra Marques Espiridião Oliveira, 957, Évora
 Alexandra Sofia Freire, 4455, Aveiro
 Alexandre Nunes Cunha, 9201, Leiria
 Alistair Grant, 4221, Lisboa
 Amália Maria Marques Espiridião de Oliveira, 956, Évora
 Ana Gomes Branco, 9901, Lisboa
 Ana Martins, 6425, Lisboa
 Ângela Fernandes, 925, Lisboa
 António Alves Vieira, 10928, Porto
 António Rodrigues, 677, Lisboa
 Artur Gouveia, 12061, Viseu
 Bruno Morais, 11855, Aveiro
 Carla Leal, 3459, Porto
 Carlos Carujo, 101, Lisboa
 Carlos Cerqueira, 501, Lisboa
 Carlos Emanuel da Silva Duarte, 12270, Porto
 Catarina Príncipe, 3418, Porto
 Clara Alexandre, 1980, Viseu
 Clara Amaro, 9773, Lisboa
 Clara Coelho, 3952, Lisboa
 Dalila Teixeira, 9740, Porto
 Eduardo Fernandes, 11912, Setúbal
 Eduardo Greló, 757, Setúbal
 Egídio Paulo Fernandes, 7350, Madeira
 Elisabete Figueiredo, 9036, Aveiro
 Emília Gala, 9771, Lisboa
 Érica Almeida Postiço, 5155, Lisboa
 Fábio Caires Silva, 7689, Madeira
 Filipe Teles, 11832, Lisboa
 Frederico Leite de Almeida, 12263, Porto
 Henrique Gil, 1093, Lisboa
 Inês Ribeiro Santos, 5334, Lisboa
 Irina Castro, 6797, Coimbra
 Isabel Louçã, 2780, Lisboa
 Isabel M^a Pires Galego Simões Marques Atalaia, 9770, Lisboa
 Joana de Oliveira Peixoto Braga, 12266, Porto
 João Azevedo, 2778, Lisboa
 João Beata Neves, 11405, Lisboa
 João Carlos Louçã, 240, Lisboa
 João Luciano, 184, Europa
 João Manuel Oliveira, 7051, Lisboa
 João Mendes Marques, 6178, Lisboa
 João Pedro Santos, 9393, Setúbal
 João Reberti, 12184, Lisboa
 João Rodrigues, 10538, Lisboa
 Jorge Afonso, 102, Aveiro
 Jorge Manuel Correia, 9487, Madeira
 Jorge Mendes, 6688, Lisboa
 Jorge Miguel Magalhães Alves, 12264, Porto
 José Alfredo Carneiro Teixeira Viana, 1887, Lisboa
 José António Guerra, 1032, Setúbal
 José Carlos Tavares Teixeira da Silva, 2073, Setúbal
 José Ernesto Figueira Ferraz, 6783, Madeira
 José Luís Carvalho, 10721, Setúbal
 José Manuel Dias, 7667, Évora
 Joseph da Silva, 7878, Lisboa
 Leonardo Costa, 9739, Porto
 Leonardo Silva, 3888, Setúbal
 Lino Romão, 9202, Leiria
 Lúcia Maria Reixa da Silva, 12160, Lisboa
 Lúcia Pereira de Castro, 11137, Madeira
 Luís Filipe Pires, 1026, Lisboa
 Luís Miguel Mendes Sequeira, 12269, Porto
 Luís Ribeiro, 3457, Braga
 Mafalda Pedreira, 10550, Leiria
 Mamadou Ba, 2126, Lisboa
 Manuel António Lopes, 740, Santarém
 Manuel Botelho, 10944, Lisboa
 Marco Tito Gaspar, 3178, Viseu
 Margarida Tavares, 12220, Lisboa
 Maria Clara Ribeiro Amaro, 9773, Lisboa
 Maria Emilia Gomes, 567, Setúbal
 Maria Emília Mendes Canoa, 12268, Porto
 Maria Joana Barradas Leal, 4998, Setúbal
 Maria José Martins, 623, Lisboa
 Maria José Samora, 502, Lisboa
 Mariana Mourinho, 11503, Lisboa
 Mário Martins, 11238, Leiria
 Marta Calejo, 5274, Porto
 Marta Filipa Sousa Rodrigues, 12221, Lisboa
 Mi Martinho Guerreiro, 8469, Lisboa
 Miguel Peixoto, 2089, Viseu
 Miguel Pinto Barrantes, 11466, Lisboa
 Minerva Martins, 11371, Lisboa
 Nuno Filipe Brito, 4850, Lisboa
 Nuno Moniz, 4325, Porto
 Paula Coelho, 5088, Setúbal
 Paulo Coimbra, 1449, Lisboa
 Paulo Martins, 607, Lisboa
 Paulo Nascimento, 7034, Beja
 Pedro Abreu, 4791, Europa
 Pedro Cortez, 11530, Lisboa
 Pedro Figueiredo, 9423, Porto



Pedro Miguel Moreira Rodrigues, 2155, Aveiro
Pedro Santos Costa, 770, Lisboa
Pedro Taveira, 11056, Setúbal
Ricardo Cabral Fernandes, 10758, Lisboa
Roberto Robles, 6453, Setúbal
Roberto Tavares, 8289, Lisboa
Samuel Cardoso, 9828, Lisboa
Samuel dos Reis, 12069, Lisboa
Sandra Paiva, 10024, Lisboa
Sandra Silva, 11532, Leiria
Sandrina Espiridão, 774, Santarém
Sérgio Vitorino, 663, Lisboa
Sofia Gomes, 5421, Vila Real
Sofia Isabel Borbinha da Cruz Luna, 6786, Évora
Teresa Maria Mendes Bastos de Oliveira Peixoto Braga,
12267, Porto
Tiago Braga, 10930, Porto
Tiago Neves, 11900, Lisboa
Tomás De Sá Fernandes Aleixo Nunes, 10764, Lisboa
Valter Martins, 10935, Aveiro
Vítor Fonseca, 2356, Lisboa
Vítor Gomes, 3629, Aveiro



CALENDÁRIO

02 - Reunião da Mesa Nacional convoca X Convenção, discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC) **ABRIL**

03 - Publicação da convocatória e regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico; encerramento inscrição de aderentes para efeito dos cadernos eleitorais

25 - Apresentação pelos aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos

04 - Entrega à COC (coc.2016@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas; COC reúne às 17:30h para validar Moções. **MAIO**

07 - Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da X Convenção

09 - Sai deBatEs n.º 1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos)

15 - Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos

21 - Moções comunicam à COC as alterações que são aceites

23 - Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs n.º 2

Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais dos/as delegados/as à Convenção

24 - Envio aos aderentes dos Regulamentos Eleitorais dos/as delegados/as à X Convenção

27 - Sai deBatEs n.º 2 - Propostas finais de Moções e textos de opinião

Início período debate das Moções

04 - Debate Moções **JUNHO**

Final período debate Moções

Apresentação às Coordenadoras distritais/regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatura a delegados

05 - Validação das listas pelas Coordenadoras distritais/regionais

07 - Envio das listas de delegados + kit voto para aderentes

17 - Eleição delegadas/os à X Convenção

18 - Eleição delegadas/os à X Convenção

19 - Eleição delegadas/os à X Convenção

Sai DeBatEs n.º 3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações Estatutos, guião votações Moções)

25 - X Convenção

26 - X Convenção



ÍNDICE

Introdução	2
Regulamento do Processo Preparatório da X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda	3
Proposta de Regimento à X Convenção.....	7
Relatório da Mesa Nacional sobre o seu mandato (2014-2016).....	10
Balanço da atividade da Comissão de Direitos	36
Propostas de alteração aos estatutos	38
Moção A: A força da esperança. O Bloco à conquista da maioria	39
Moção B: Mais Bloco para enfrentar novos tempos	57
Moção C: Bloco +	69
Moção R: Crescer pela raiz. A radicalidade de reinventar a política	81
Calendário da X Convenção.....	93

FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa
Ano: 2016
Impressão A Triunfadora
Tiragem: 500 exemplares